



DOSSIER TERRORISMO

edições
Avante!

Revisão e arranjo gráfico:
Colectivo das Edições «Avante!»

© Editorial «Avante!»
Lisboa, 1977

“DOSSIER” TERRORISMO



Nº 573

Plano do Livro

Nota prévia	9
1. Um plano geral de subversão fascista	11
2. Os métodos, os alvos e o conteúdo político do terrorismo. A estatística do terror	15
3. Cronologia dos atentados	47
4. Terrorismo e propaganda terrorista. Do terror propagandístico ao terror físico. A cobertura ideológica do terrorismo	109
5. Terrorismo e terroristas. A organização e os quadros do terrorismo	119
6. Combate ao terrorismo. As boas intenções não desmantelaram a rede	145
7. Pressões e cumplicidades impedem o desmantelamento das organizações terroristas	167

Nota Prévia

Mais que um trabalho de investigação, o presente dossier é *uma compilação de informações, a maioria das quais do domínio público, abrangendo as acções terroristas entre Maio de 1975 e Abril de 1977. Através da organização, sistematização e tratamento de notícias e documentos dispersos, chega-se neste dossier ao interior das redes terroristas que têm operado em Portugal, suas cumplicidades e apoios, e apura-se a extensão da vastíssima conspiração fascista contra a democracia portuguesa.*

Este trabalho pretende ser uma contribuição para o esclarecimento da opinião pública e sua mobilização contra o terrorismo que ameaça a liberdade, a vida e a tranquilidade dos portugueses e a própria democracia. É uma voz mais que se junta aos sentimentos de indignação e aos anseios de justiça de todos os democratas portugueses e à exigência patriótica de que, com a maior firmeza e decisão, *sejam proibidas as actividades fascistas e a propaganda da ideologia fascista, nos termos da Constituição; sejam investigadas completamente as actividades terroristas, desmanteladas efectivamente as organizações respectivas e desmascarados os seus apoios políticos e materiais; sejam julgados e castigados severamente os terroristas. Tal como foi prometido ao povo português e a democracia o exige, «até às últimas consequências».*

Maio de 1977.

**O terrorismo
faz parte
de um plano geral
de subversão
fascista**

Em cerca de dois anos registaram-se no nosso país perto de 600 acções terroristas. Quase uma por dia. Atentados bombistas, assaltos, saques e fogos postos, espancamentos, atentados a tiro, etc.

O total dos danos materiais sobe a centenas de milhares de contos. Os danos para a situação democrática são incalculáveis. Entre as vítimas humanas há a registar mais de uma dezena de mortes, entre as quais a do operário José da Costa Lima, assassinado durante o assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Ponte de Lima; a do operário vidreiro e dirigente sindical António Almeida e Silva, assassinado a tiro à saída do Sindicato; as do padre Maximino de Sousa e da estudante Maria de Lurdes Pereira, assassinados devido à explosão de uma bomba; as dos cidadãos cubanos Efren Monteagudo e Adriana Corcho, assassinados pela explosão de uma bomba colocada na Embaixada de Cuba em Lisboa; a de Manuel Joaquim do Vale Silva, assassinado por espancamento em Ponte da Barca por um bando de arruaceiros fascistas; a de Maria Rosinda de Sousa Moreira, assassinada pela explosão de uma bomba colocada em sua casa, em S. Martinho do Campo.

Todas as acções terroristas têm a marca inconfundível do fascismo. Se um ou outro atentado se pode atribuir à iniciativa espontânea de reaccionários, a grande maioria dos atentados aparece enquadrada numa acção política organizada, comandada e planeada à escala nacional.

O terrorismo faz parte de um plano geral de subversão fascista. O terrorismo dirige-se não apenas contra tal ou tal força política, mas contra todo o processo democrático, contra as liberdades, contra a própria existência da nossa democracia. O terrorismo faz parte do plano de liquidação das liberdades, do plano para a instauração duma nova ditadura fascista.

Na sua evolução, o terrorismo tem demonstrado exuberantemente que não é a rejeição de certas tendências e correntes ideológicas. Pelos métodos que utiliza e pelos alvos que escolhe, o terro-

tuições e do regime democrático. Enquadradas no plano geral de subversão fascista, as vagas terroristas têm, em cada momento, o objectivo muito concreto de fazer pressão para obter resultados políticos imediatos. O terrorismo é a continuação, por outros meios, da acção dos partidos reaccionários contra as conquistas da Revolução portuguesa e as forças que defendem essas conquistas.

As condescendências, as tolerâncias, as cumplicidades a vários níveis, têm permitido que grupos fascistas e reaccionários se organizem, apetrechem e realizem as suas operações. A coordenação das acções terroristas, o seu enquadramento político, a identidade técnica na execução, mostram de forma inequívoca que existe uma organização nacional contra-revolucionária e um comando centralizado da contra-revolução.

O terror fascista é indissociável das campanhas de ódio e violência desenvolvidas pelos jornais fascistas e reaccionários e outra imprensa, que não só lhe dão cobertura e justificação política geral como, frequentemente, lhe antecipam os objectivos.

As forças reaccionárias, os fascistas, os sectores atingidos nos seus privilégios pela Revolução de Abril, usam e usarão de todos os meios e recursos para tentarem liquidar a democracia portuguesa, para instaurarem uma nova ditadura.

A contra-revolução tem experiência e apoios internacionais. Tem instrutores e quadros especializados. Usa tanto armas legais como ilegais. Associa actividades de partidos legais às provocações e atentados de grupos terroristas clandestinos.

O seu projecto é instaurar em Portugal um reinado de violência e terror fascistas. A violência e o terror de que os atentados terroristas dão hoje uma pálida imagem.

**Pelos métodos
que utiliza
e pelos alvos
que escolhe,
o terrorismo revela
que é fascista
o seu conteúdo
político**

A reacção joga no golpe

Os perigos de conspiração, provocação e acção contra-revolucionária ameaçaram sempre a democracia portuguesa.

Os sectores reaccionários e conservadores, que beneficiaram de privilégios no tempo do fascismo, sempre se opuseram ao curso democrático da política portuguesa.

Apanhados desprevenidos, tais sectores cedo se começaram a reagrupar e reorganizar, intensificando ao mesmo tempo as tentativas de intimidação e as provocações, multiplicando os esforços para reconduzir Portugal ao passado de exploração e terror.

Gozando de cumplicidade e apoios até nos mais altos postos do aparelho de Estado, a reacção, numa primeira fase, condensou a sua estratégia nas seguintes direcções: 1) Dividir o Movimento Popular e quebrar a sua aliança com as Forças Armadas; 2) Criar dificuldades económicas, conduzindo o País a uma grave crise que levantaria amplos sectores da população contra o Governo Provisório; 3) Provocar dificuldades nas classes trabalhadoras e nas camadas médias e agudizar os conflitos sociais, criando um clima de desassossego, de intranquilidade e de anarquia; 4) Multiplicar as provocações políticas e os actos de diversão ideológica; 5) Ganhar posições nas novas estruturas para refrear a democratização na medida do possível; 6) Como resultante de todas estas formas de acção, criar condições para a formação de um «governo forte» das direitas com o objectivo de «restabelecer a ordem» política, social e económica, ou mesmo para um sangrento golpe contra-revolucionário.

Num primeiro período a actividade da reacção caracteriza-se por uma intensa acção psicológica, com ausência quase total de acções violentas com carácter organizado. A reacção joga tudo no golpe (Julho, Setembro, Março) e lança as suas estruturas e quadros na sua preparação.

Fracassada a tentativa de golpe constitucional de Spínola-Palma Carlos, em Julho de 1974, a reacção prepara intensamente

a nova conspiração. Spínola marca-lhe data e objectivos ao convocar para Lisboa a «maioria silenciosa».

Na preparação da intentona conjugam-se um sem-número de acções de provocação e desestabilização que dariam ao aspirante a ditador os pretextos para as suas exigências de assumir plenos poderes (ver página seguinte).

Fracassada a conspiração reaccionária de 28 de Setembro — graças à vasta mobilização popular e à actuação do MFA —, liquidadas muitas das estruturas e organizações fascistas, presos ou simplesmente afastados do aparelho de Estado alguns dos conspiradores e patronos políticos e materiais da conspiração, a reacção recuou momentaneamente, desorganizada e duramente atingida. Mas de pronto se reagrupou e definiu a estratégia e a tática não só para impedir o avanço da democratização e do processo revolucionário mas para fazer regressar Portugal à mais brutal e cruel forma de dominação capitalista.

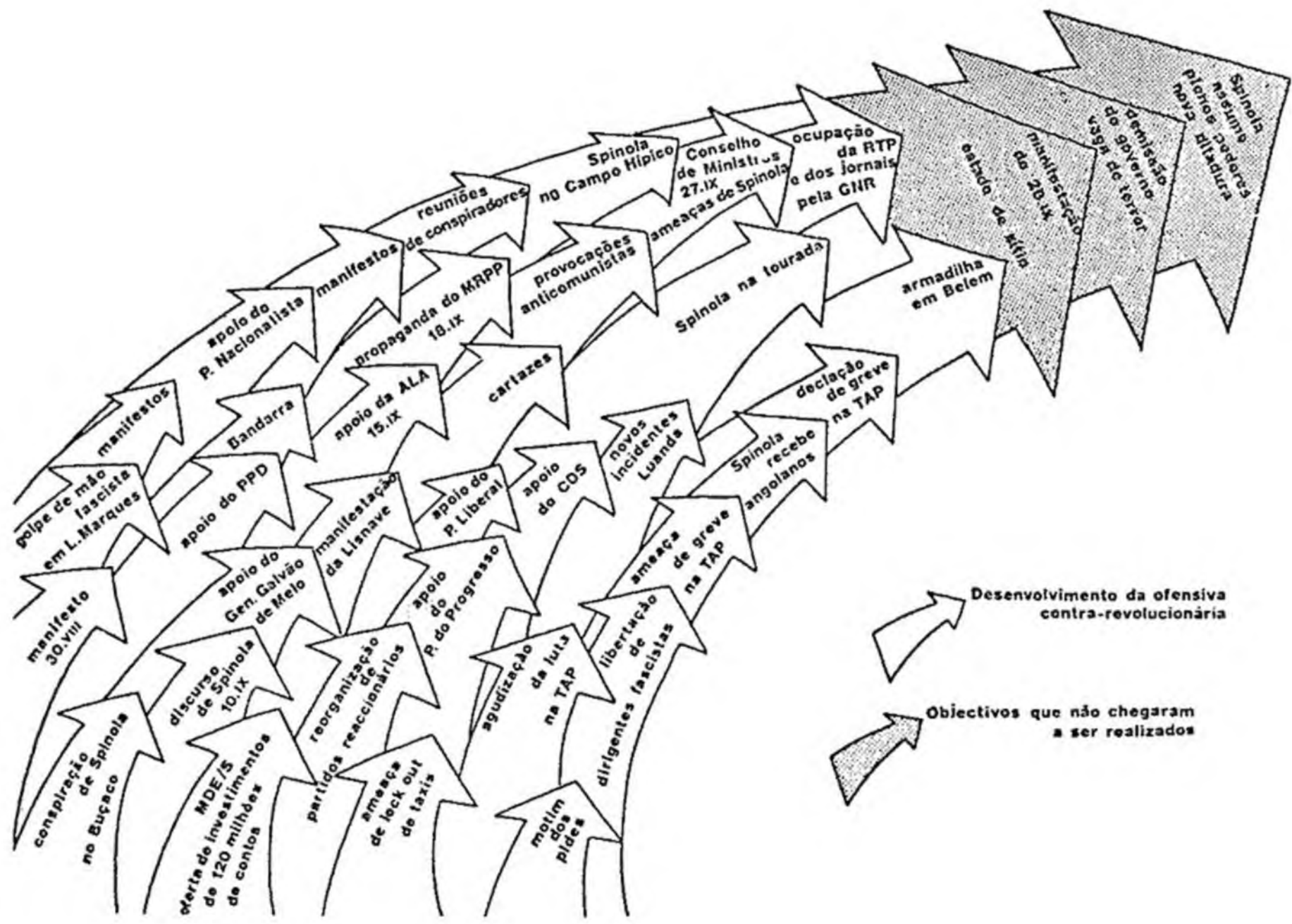
A 26 de Janeiro de 1975 afirmava o Comité Central do PCP:

«É necessário cortar o passo à reacção, que continua muito activa, procurando entravar e destruir a revolução democrática. Com esse objectivo utiliza as armas mais diversas. Desenvolve uma frenética campanha anticomunista. Leva sistematicamente a cabo uma actividade divisionista, procurando cindir a classe operária, as forças democráticas e as Forças Armadas.

Conduz a diversão ideológica através de vagas de boatos e calúnias segundo métodos da «guerra psicológica» que pressupõem uma direcção centralizada.

Utiliza largamente a sabotagem económica, no domínio do crédito, dos investimentos, da produção industrial e agrícola, do emprego. Procura utilizar formações políticas diversas, oportunistas de direita e grupos esquerdistas, como instrumentos de divisão, de agudização da tensão social, de provocação a todos os níveis. O CC do PCP acusa a conspiração contra-revolucionária fundida com grupos pseudo-revolucionários pela provocação em torno do congresso do CDS no dia 25 no Porto.

O CC do PCP sublinha que a reacção conspira na sombra, recrutando, aliciando, tentando ganhar posições



Desenvolvimento da ofensiva contra-revolucionária

Objectivos que não chegaram a ser realizados

O POVO PORTUGUÊS ACUSA

Após um período de seis meses de ditadura, caracterizada pelo desrespeito da Constituição Política da República e agravada pelo anonimato do poder de facto exercido, em benefício de forças desconhecidas ou, pelo menos, ocultas, é tempo de o Povo Português formular publicamente, perante toda a Comunidade Nacional e perante o Mundo, a sua acusação contra os agentes das violências, esbulhos e ofensas dos direitos fundamentais de que tem sido vítima. E bem assim de responsabilizá-los por todas as ilegalidades cometidas.

Em 25 de Abril último numerosos portugueses de boa fé foram iludidos pela invocação revolucionária de um «Movimento das Forças Armadas». Recordando a lealdade de sempre dos militares portugueses em relação à sua Pátria, neles confiaram, esquecendo até que o tal «Movimento» nem sequer afirmara, através da sua equívoca designação, qualquer carácter nacional.

O decurso do tempo explicou amplamente a omissão. As forças revolucionárias, depois de conseguirem atrair ao seu «Movimento» algumas colaborações úteis e mal esclarecidas revelaram, sem possibilidade de dúvida, a sua completa falta de substrato nacional e até o seu sentido totalitário e anti-democrático, contrário aos interesses de Portugal e das populações que nele se integram.

Plenamente consciente da traição dos revolucionários, ao serviço de pressões alheias e adversas ao País, profundamente ferido na sua dignidade, na sua sensibilidade e na sua própria carne, em face dos manejos malfélicos e grotescos que tem visado a alienação da Pátria, numa sucessão de factos consumados alheios a qualquer consulta nacional, o Povo Português acusa a traição colectivamente, sem prejuízo do respectivo apuramento dos crimes por cada um cometidos, as seguintes categorias de indivíduos:

- 1 Aqueles que, a coberto do Estado Novo, no sector político como nos económico, militar e administrativo, prepararam e favoreceram a conspiração conjugada do capitalismo e do comunismo internacionais contra Portugal.
- 2 Todos quantos deram ao movimento de 25 de Abril uma feição anti nacional destinada a infiltrar os inimigos da Pátria nas próprias estruturas estaduais.
- 3 Os nacionais portugueses que, a partir do passado mês de Maio, tem tentado negociar a favor de entidades estrangeiras organizações económicas cuja base se situa em Portugal, procurando receber os respectivos preços em países diversos. Essas tentativas assumem maior gravidade ainda quando acompanhadas de atitudes de reflexos políticos orientadas no sentido de valorizar os interesses negociados.
- 4 Os que de algum modo tenham facilitado a saída do ouro português, depositado no Banco de Portugal, para a Rússia ou para países satélites.

A evolução mais recente dos acontecimentos impõe que se exclua a boa fé dos actos praticados, a qual nun-

ca poderá ser admitida a partir da data da presente acusação. Tais actos serão da responsabilidade, disciplinar, civil e penal, de quem os tenha praticado, sem que possam ser invocados a ignorância ou o acatamento de ordens emanadas de quem esteja exercendo funções ilegítimas ou meros poderes de facto. É oportuno recordar, dada a situação caótica do País, a qual naturalmente suscitará dúvidas em espíritos menos esclarecidos à tal respeito, que todos os cidadãos e indivíduos desempenhando funções públicas devem acatamento às leis da República, promulgadas nos termos da respectiva Constituição Política, enquanto não forem revogadas nos mesmos termos, sendo legais e nulos os comandos provenientes de entidades inexistentes ou não identificadas, tais como «Revolução», «Forças Armadas», etc. Consequentemente, aqueles que tenham dado execução aos referidos comandos ilegais apenas poderão invocar em seu favor, pelo desrespeito das leis vigentes, a violência irresistível porventura exercida.

Torna-se desnecessário sublinhar, por ser do conhecimento comum, a particular severidade das leis penais que prevêm e punem os crimes de traição à Pátria.

As actuais condições da vida portuguesa tornam impossível o regular funcionamento dos órgãos da soberania nacional. Por isso os interesses do Povo Português serão transitoriamente prosseguidos e defendidos por uma Comissão das Forças Armadas Portuguesas, cujo fundamento e legitimidade assentam na decisão de rigoroso cumprimento da ordem legal e de respeito pelos direitos individuais e institucionais de todos os cidadãos e entidades, cujos interesses serão escrupulosamente acautelados por esta mesma Comissão e todos os seus representantes, nos mais diversos locais do território português.

A Comissão das Forças Armadas Portuguesas, constituída por onze oficiais de Terra, Mar e Ar, em cumprimento de mandato recebido de milhares dos seus camaradas, em nome do Povo e da Nação, denuncia a ilegalidade e a imoralidade, à luz de todo e qualquer padrão valorativo, da situação criada no País. E, dispondo de uma rede vasta de apoio e informação que lhe permite tomar rápido e minucioso conhecimento dos actos de traição cometidos, a todos os níveis, em todos os sectores — político, militar, administrativo, económico, sindical, escolar, informativo, etc — sem excluir os gabinetes dos membros da «Junta» e do «Governo», muito em breve desencadeará a ofensiva que libertará a Pátria da tirania comunista e da exploração capitalista anti-nacional.

Conta a Comissão das Forças Armadas Portuguesas com o apoio incondicional de todos os Portugueses, mesmo daqueles que com ela ainda não entraram em contacto (sem excluir sequer quantos, num momento inicial, se deixaram iludir pelo «Movimento» do 25 de Abril) a fim de reconstituir o Estado Português numa base autenticamente democrática e essencialmente nacional.

Viva a Pátria Portuguesa!

Quartel General em Lisboa, 1 de Novembro de 1974

A Comissão das Forças Armadas Portuguesas

e encarando projectos e possibilidades de um sangrento golpe de força que liquidasse as liberdades e instaurasse uma nova ditadura.

A acção das forças fascistas e reaccionárias é fortemente escudada pela reacção internacional, de cuja intervenção na situação política portuguesa há cada vez mais indícios.

A luta contra a reacção continua na ordem do dia. Continuam por julgar os pides e os responsáveis do regime fascista. Continua a ser indispensável o combate à reacção, a constante e infatigável vigilância popular, a detecção e a denúncia das actividades dos conspiradores, o seu pronto castigo quando descobertos. Torna-se indispensável a pronta publicação de uma legislação revolucionária.»

Procurando iludir e silenciar os verdadeiros problemas de que nessa fase do processo dependia o avanço da democratização e do processo revolucionário — o saneamento político, a legislação revolucionária, as medidas antimonopolistas e antilatifundiárias — a reacção e os seus aliados lançam uma monstruosa campanha anticomunista, acompanhada de uma escalada da violência e da anarquia, de agudização deliberada de certos conflitos políticos e sociais, de crescente desorganização da vida económica e de atentados à ordem e aos princípios democráticos. A reacção joga ainda no golpe desencadeado e fracassado a 11 de Março.

Na preparação do golpe conjugaram-se, nomeadamente, acções como:

- Campanha tendente ao isolamento do MFA;
- Intensificação da campanha anticomunista;
- Obstrução às leis do Governo e ao saneamento;
- Sabotagem sistemática aos comícios dos partidos de direita;
- Incremento das pressões externas (manobras da NATO, corte dos investimentos americanos em Portugal, etc.);
- Agudização sistemática dos conflitos estudantis;
- Intensificação da sabotagem económica e financeira;
- Campanha alarmista com previsão de guerra civil;
- Aumento da indisciplina e inoperatividade das unidades militares;

- Tentativa de apresentar Spínola como a solução para toda esta situação (**Expresso**);
- Desenvolvimento da conspiração, sob a direcção de Spínola.

A tentativa violenta de golpe reaccionário, com o ataque ao RAL 1 e outras acções militares de menor envergadura, fracassou graças à pronta e decisiva acção do MFA e à gigantesca mobilização popular.

2

Após o 11 de Março

O terrorismo foi utilizado como arma pela direita reaccionária, de forma organizada, a partir de Maio de 1975, isto é, após as derrotas de Setembro e Março e após a realização das eleições para a Assembleia Constituinte. Limitadas as suas ilusões sobre a viabilidade do golpe, perdendo terreno no plano político, prevendo que da maioria de deputados socialistas, comunistas e outros democratas resultasse uma Constituição progressista, a reacção lançou mão do terrorismo, recorreu à «estratégia da tensão».

O recurso ao terrorismo visou:

- Continuar, por outros meios, a desesperada ofensiva das forças reaccionárias contra as liberdades, contra as conquistas revolucionárias do povo português;
- Criar o pânico e um ambiente de intimidação no País, de modo a minar a confiança popular na ordem democrática e no regime democrático, paralisar pelo medo o movimento popular;
- Dificultar e impedir a acção das forças progressistas, desanimar o apoio que têm entre o povo português;
- Desacreditar os órgãos do poder democrático, desgastar as instituições democráticas, pondo em causa a sua capacidade de acção.

A actividade terrorista neste período centra-se nas zonas de maior atraso cultural e político, com população economicamente

pouco beneficiada com o processo revolucionário. Desenvolvem-se, a par de acções-relâmpago de terrorismo individual, acções «de massas» de tipo terrorista estimuladas pelos caciques, com apoio na organização terrorista clandestina, aproveitando e utilizando determinadas condições sociopolíticas:

- O descontentamento de pequenos proprietários, abandonados à manipulação dos caciques, sem apoio técnico e financeiro, submetidos à reforçada exploração dos intermediários (preços baixos no produtor, boicote ao escoamento dos produtos, com atribuição de responsabilidades ao governo);
- Manipulação de sentimentos religiosos (exploração do caso Rádio Renascença);
- Aproveitamento do desespero dos «retornados» e de outros sectores e camadas hostis ou desconfiadas ante o processo, condicionadas por uma monstruosa ofensiva ideológica;
- Aproveitamento da actuação frouxa, passiva e ambígua das forças militares e militarizadas.

No Verão de 1975, completando pelas acções de violência as manobras desenvolvidas no sentido de impor uma viragem à direita na política portuguesa, a actividade dos terroristas seguiu quase sempre o mesmo esquema:

- Grupos fascistas percorrem aldeias, geralmente em dias de feira ou de missa, tentando mobilizar pessoas ao apelo de «morte aos comunistas»;
- Cerco dos Centros de Trabalho do PCP e, por vezes, de outros partidos de esquerda;
- Aparecimento das autoridades que, em geral, retiram aos militantes de esquerda os meios de defesa;
- Assalto, perante uma autoridade — COPCON, PSP, GNR — que se demite das suas responsabilidades.

Intervindo numa reunião plenária do Comité Central do PCP realizada em 10 de Agosto de 1975, Álvaro Cunhal afirmava:

«O anticomunismo dirige-se primeiro e preferencialmente contra o PCP, mas visa a liquidação das liberdades não apenas dos comunistas, mas de todo o povo portu-

guês. O anticomunismo é a bandeira da contra-revolução contra todas as forças revolucionárias.

Os assaltos, pilhagens e incêndios de Centros de Trabalho do PCP e de outros partidos progressistas, assim como de sindicatos, a «caça aos comunistas», as expulsões de empresas, as agressões, as tentativas de linchagem, os atentados terroristas, o saqueio de escritórios, consultórios e residências pessoais, a destruição de haveres, mostram o banditismo fascista na sua odiosa expressão.

Em algumas localidades e regiões, a contra-revolução consegue liquidar as liberdades e instalar de facto temporariamente um poder local reaccionário. A tarefa essencial nessas localidades e regiões é restabelecer as liberdades, restabelecer a situação democrática.

Uma vez mais são os que acusam os comunistas de serem contra as liberdades que de facto as liquidam. E são os comunistas que corajosamente se erguem em defesa das liberdades. Defender o exercício das liberdades pelo PCP é defender as liberdades de todo o povo português, é defender a situação democrática contra os perigos de regresso ao fascismo.»

Estas acções terroristas não foram acções isoladas, mero produto da iniciativa espontânea dos reaccionários locais.

Cada atentado terrorista apareceu com evidência enquadrado na acção política terrorista, contra-revolucionária, à escala nacional.

Desmentido a tese do «levantamento espontâneo» e confirmando a existência duma organização e coordenação das acções terroristas, escreve Alpoim Calvão, chefe militar do MDLP, a páginas 46 e 47 do seu livro **De Conakry ao MDLP**:

«Pouco a pouco, o Movimento (MDLP) foi na avalanche imparável, que Agosto "quente" testemunha e que provocou a queda do gonçalvismo. A verdade — a verdade nua e crua — é que o gonçalvismo não foi derrotado na Assembleia de Tancos: à intervenção do Norte, em Agosto de 1975, se deve, efectivamente, o fim de um reinado de loucos e traidores.

Nascido em Chaves, identificado com os sentimentos dos nor-tenhos, liguei-me, natural e francamente, aos habitantes da região. Dentro do MDLP, as minhas funções eram, essencialmente, de chefia operacional (na prática, nada tive que ver com o sector político).

PORTUGUÊS!

É urgente prepararmo-nos para desencadearmos por todo o Portugal uma CRUZADA BRANCA contra a opressão vermelha, contra o comunismo estrangeiro, usurpador, opressor e ateu!

É urgente organizarmo-nos num movimento de OPENSIVA NACIONAL que se estenda por toda a nossa terra, por cada canto do nosso Portugal!

Um movimento de OPENSIVA NACIONAL que tenha em cada português um membro activo e colaborante: nas fábricas, nas oficinas, nos campos, nas escolas, nos escritórios, nos sindicatos, nos cafés, nas ruas dentro de cada casa!

Um movimento que congregue em unidade organizada a força da revolta de cada um e de todos os Portugueses!

A UMA SÓ VOZ, A UM SÓ SINAL
COM UNIDADE, DISCIPLINA E DETERMINAÇÃO
VARREEMOS DA NOSSA TERRA A "FRENTE VERMELHA"!

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE LIBERTAÇÃO DE PORTUGAL
É O POVO PORTUGUES ORGANIZADO PARA A VITÓRIA!

Todos com o MDLP

Pela LIBERDADE Pela PAZ Pela CONCÓRDIA de PORTUGAL

Pátria Pão Justiça

Por isso me liguei, fraternalmente, com os núcleos da resistência, dos quais a Igreja Católica foi sustentáculo.»

As ameaças e acções terroristas responderam, como ecos de violência física, à violência verbal de partidos e chefes reaccionários.

O desespero, com mobilização a fundo, da alta burguesia e outros sectores parasitários atingidos pelas nacionalizações e pela Reforma Agrária, a desorientação de sectores da pequena burguesia e do campesinato não beneficiados pelo processo, a divisão das forças de esquerda, não explicam tudo o que respeita à vaga terrorista do Verão de 1975. Na organização e execução das violências, dos assaltos, dos incêndios, dos atentados bombistas, reconhece-se

a mão clandestina das organizações terroristas, contando com apoios internacionais em grande escala — designadamente da Espanha, com bases de treino e penetração — e reforçadas com quadros experientes recrutados entre os conspiradores de 11 de Março, os pides libertados ou evadidos em massa, os mercenários das ex-colónias, os técnicos do imperialismo na execução da «estratégia da tensão».

Longe de significar, como o futuro demonstraria, a rejeição de certas correntes ideológicas, a onda terrorista do Verão de 1975 foi uma campanha organizada, coordenada e desencadeada com objectivos bem determinados:

- Espalhar intranquilidade, confusão, pânico e discórdia entre as massas descontentes, politicamente desorganizadas e ideologicamente desarmadas;
- Desmobilizar os elementos de esquerda e desorganizar e isolar as forças de esquerda;
- Animar as forças reaccionárias e vencer a sua desmoralização;
- Desestabilizar a situação política e criar um clima de insegurança propício à aceitação dum futuro golpe reaccionário.

Como escreve Marcos Domic, membro do CC do PC da Bolívia, no livro **A Técnica do Golpe de Estado Contra-Revolucionário**, «sobre este clima vai-se impondo a ideia da necessidade de “normalizar” a vida social, da necessidade da “ordem”; mais do que nunca forma-se a ideia de um “governo forte capaz de pôr as coisas no seu lugar”».

Balanço das acções no período de Maio a Agosto de 1975:

Assaltos	105
Bombas, petardos	34
Incêndios	20
Apedrejamentos	5
Atentados a tiro	2

Alvos políticos:

PCP	77
MDP/CDE	31
Sindicatos	7
Informação/Cultura	7
FSP	5
Outros partidos de esquerda	13
Militares	4
Acções de intimidação diversas ...	24

Balanço das acções terroristas em Setembro, Outubro e Novembro de 1975:

Bombas	82
Assaltos	18
Incêndios em florestas	8
Espancamentos	7
Atentados a tiro	5
Incêndios	3
Apedrejamento	1
	<hr/>
	124 acções

Alvos políticos:

PCP	28
Informação/Cultura	14
Militares	13
MDP/CDE	10
Sindicatos	7
Reforma Agrária	8

Balanço total no período de Maio a Novembro de 1975:

Bombas	116
Assaltos	123
Incêndios	31
Atentados a tiro	8
Espancamentos	8
Apedrejamentos	6
	<hr/>
	292 acções

Alvos políticos:

PCP	105
MDP/CDE	41
Informação/Cultura	21
Outros partidos de esquerda	23
Militares	17
Sindicatos	14
Reforma Agrária	8
PS	5
Diversos	58

Localização por distritos das acções terroristas no período de Maio a Novembro de 1975:

Porto	60
Lisboa	42
Braga	35
Viseu	27
Leiria	26
Aveiro	18
Bragança	16
Viana do Castelo	10
Portalegre	9
Santarém	9
Faro	7

Açores	5
Évora	4
Coimbra	3
Vila Real	2
Beja	1
Castelo Branco	1
Estrangeiro	1

292

3

Após o 25 de Novembro

Na sua evolução, o terrorismo demonstrou exuberantemente que não era a rejeição de certas tendências e correntes ideológicas.

Pelos métodos que utiliza e pelos alvos que escolhe, o terrorismo revela que é fascista o seu verdadeiro conteúdo político.

Pelos períodos que marcam os seus surtos e pelas datas que escolhe, o terrorismo revela que o seu verdadeiro objectivo é a contestação da institucionalização da democracia.

Depois do 25 de Novembro houve reconsideração das condições sociopolíticas, após uma acentuação da vaga de terror nos primeiros dias.

A ofensiva terrorista foi retomada em Janeiro, ante a perspectiva de estabilização da situação em termos que não correspondiam inteiramente aos objectivos e desejos da reacção.

Verifica-se por essa altura a passagem do centro de acção para os grandes centros urbanos, designadamente para a Grande Lisboa, onde as liberdades se exercem, ao contrário do que já sucedia no Norte e ilhas.

A actividade terrorista centra-se então nas acções individuali-

Os objectivos são claros:

- Pressão para completar o esmagamento das organizações de esquerda;
- Pressão política sobre os órgãos do poder, para obtenção dos objectivos políticos da direita não alcançados com a viragem à direita decorrente do 25 de Novembro, com a ameaça latente do «recurso a outros meios».

O Comité Central do PCP, reunido em 13 de Dezembro de 1975, alertava:

«A contra-revolução fascista poderá avançar por diversos caminhos. O perigo do fascismo pode concretizar-se pelo avanço progressivo e pouco espectacular das forças reaccionárias, tomando posições cada vez mais fortes no aparelho do Estado (civil e militar), ganhando cumplicidades, anulando as conquistas da Revolução, dividindo, desorganizando e amortecendo as forças revolucionárias e progressistas e conseguindo finalmente a força necessária para «legalmente» impor a liquidação da democracia e a instauração dum regime ditatorial.

O perigo do fascismo pode concretizar-se pelo desenvolvimento de provocações, de acções terroristas do ELP, do MDLP e de bandos fascistas, de sublevações, e iniciativas contra-revolucionárias como as de Rio Maior, pressionando no sentido de alterações políticas e de medidas repressivas contra o movimento operário e popular e contra todas as forças e elementos progressistas. O perigo do fascismo pode ainda concretizar-se por um golpe militar no dia em que a contra-revolução considere ter força para tal. As forças fascistas desenvolvem, por um lado, uma acção clandestina e terrorista e encobrem-se, por outro lado, em partidos e organizações legais, como o CDS e o PPD, e em organizações que, adoptando uma fachada pseudo-revolucionária (como o MRPP, o PCP m-l, a AOC) são instrumentos directos da reacção da direita.

**Balanço das acções terroristas no período de Dezembro 1975 a
Março de 1976:**

Bombas	97
Assaltos	9
Incêndios	7
Atentados a tiro	6
Espancamentos	4
	<hr/>
	123 acções

Alvos políticos:

PCP	35
Informação/Cultura	12
MDP/CDE	10
Sindicatos	9
PS	5
Outros partidos de esquerda	8
Reforma Agrária	2
Militares	1
Diversos	39
Alvos de direita	2

Localização por distritos:

Porto	43
Braga	28
Lisboa	10
Funchal	8
Viseu	8
Bragança	7
Évora	5
Guarda	3
Faro	3
Santarém	3
Leiria	1
Viana do Castelo	1
Setúbal	1
Vila Real	1

o povo está alerta o povo está alerta o povo está alerta

O povo está atento às manobras de bastidor dos drs. Cunhal e Soares e sabe que ambos se preparam para, em conluio, imporem ao país uma ditadura comunista.

O povo está alerta e não votará nem PC nem PS.

liga democrática nacional

4

**Após
A promulgação
da Constituição**

Uma nova intensificação dos actos terroristas coincide com a entrada em vigor da Constituição, que consagra as grandes conquistas do povo português e institucionaliza o regime democrático. A ofensiva

acompanha a campanha eleitoral para a Assembleia da República e recrudescer após a derrota eleitoral dos partidos reaccionários.

A intensificação do terrorismo caminha neste período a par da intensificação do assalto fascista aos meios de comunicação social, com o aparecimento de novos jornais reaccionários e fascistas — saem **O Retornado** (10-10-75), a **Barricada** (5-11), **O Dia** (11-12), **Vária 8** (Dez. 75), **O País** (9-1-76), **O Diabo** (10-2), **O Sol** (9-3), **Liberdade** (Abr. 76), **A Rua** (8-4), **Pátria** (28-4), **Rossio** (19-5), **A Gazeta** (Maio 76), **Ilustração** (6-6), etc. —, com o desencadeamento duma vaga de calúnias, provocações e incitamentos à violência utilizados com total impunidade por grupos reaccionários, com a histeria anti-comunista, que encontra abrigo mesmo em certos órgãos de comunicação estatizados — com particular destaque para **O Século** e **O Comércio do Porto** — e, naturalmente, na imprensa paga e controlada pelo grande capital — particularmente o **Jornal Novo**, órgão da CIP, o **Tempo**, o **Expresso**, etc.

Os objectivos do terrorismo neste período incluem-se nos esforços para desestabilizar a situação, intimidar a recuperação política da esquerda, dificultar ou impedir a institucionalização das estruturas democráticas.

O terrorismo pratica durante este período atentados directos — para causar mortes ou grandes estragos — e concentra-se em zonas e alvos de repercussão nacional e internacional.

A escalada terrorista após a promulgação da Constituição, a derrota eleitoral da direita reaccionária e a tomada de posse do Presidente da República comprova que à medida que o regime democrático se foi intitucionalizando as forças reaccionárias não renunciaram aos seus esforços para comprometer a estabilidade da vida democrática do país.

A 2 de Maio de 1976, afirmava a Comissão Política do CC do PCP:

«Não é por acaso que esta vaga terrorista se está a desenvolver na altura em que a reacção, tendo sofrido pesadas derrotas na Assembleia Constituinte e nas eleições para a Assembleia da República, vê diminuídas as possibilidades com que sonhava de abrir caminho ao restabelecimento duma ditadura fascista por via eleitoral.

Não é por acaso que a intensificação dos actos terroristas da reacção coincide com a entrada em vigor da Constituição, que consagra as grandes conquistas do povo

português e institucionaliza um regime democrático aberto a profundas transformações sociais e económicas, com a perspectiva do socialismo.

Não é por acaso também que a intensificação do terrorismo caminha a par da intensificação do assalto fascista aos meios de comunicação social, com o aparecimento de novos jornais fascistas, com o desencadeamento dum vaga de calúnias, provocações e incitamentos à violência utilizados com total impunidade por grupos reaccionários, com a histeria anticomunista e contra-revolucionária, que encontra lamentavelmente abrigo mesmo em certos órgãos estatizados.

O terrorismo não é mais que a continuação, por outros meios, da desesperada ofensiva que as forças reaccionárias desenvolvem contra as liberdades, contra as conquistas revolucionárias do povo português, contra a própria Constituição portuguesa. Através do terrorismo procuram as forças reaccionárias criar o pânico e um ambiente de intimidação no País, de modo a minar a confiança popular na ordem democrática e no regime democrático. Através do terrorismo pretendem as forças reaccionárias dificultar e impedir a acção das forças progressistas e desanimar o apoio que elas têm entre o povo português.

Através do terrorismo visam as forças reaccionárias e fascistas desacreditar os próprios órgãos do poder democrático, pondo em causa a sua capacidade de acção. A impunidade de que goza a acção das forças reaccionárias, mesmo as mais criminosas, é por elas alardeada como um factor de intimidação, como uma afirmação arrogante do à-vontade com que podem actuar em Portugal, e como uma prova da incapacidade dos órgãos de poder de impor a legalidade democrática.

O PCP denuncia a intensificação das acções terroristas da reacção fascista como mais uma tentativa de desestabilizar a situação política nacional, como um grave atentado contra a Constituição entrada em vigor no passado dia 25 de Abril, como uma criminoso resposta da contra-revolução à vontade popular, que nas eleições para a Assembleia da República votou para uma maioria de esquerda.»

A 27 de Julho, o deputado Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, fez na Assembleia da República uma importante intervenção sobre o terrorismo. Tendo recordado que, desde o início da campanha eleitoral para a Assembleia da República, se verificaram nada menos do que «vinte e cinco atentados bombistas que provocaram seis mortos e quase três dezenas de feridos», o deputado do PCP lembrou: «Na sua evolução, o terrorismo demonstrou exuberantemente que não pretendia apenas a «rejeição» de certas tendências e correntes ideológicas como, com ingenuidade ou cinismo, se asseverou. O terrorismo é a rejeição da democracia, da liberdade, por uma ínfima minoria de fascistas, [...] ínfima, mas criminosa.» Carlos Brito salientou ainda que «o terror fascista é indissociável das campanhas de ódio e calúnia desenvolvidas pelos pasquins reaccionários e outra imprensa, que não apenas lhe dão a cobertura e justificação política geral como, frequentemente, lhe antecipam os objectivos». A terminar a sua importante intervenção parlamentar — sublinhada por longos aplausos do grupo socialista —, Carlos Brito recordou palavras do presidente da República: «há que restabelecer a autoridade democrática e assegurar o respeito pela legalidade e o eficaz funcionamento, em tempo útil, das instituições a quem cabe a investigação e o julgamento do terrorismo[...].» E adiantou: «Os deputados do PCP aplaudem os propósitos que se encerram nestas palavras e não têm dúvidas de que elas terão o devido apoio dos trabalhadores, único sector social que até agora reagiu com firmeza às investidas do terrorismo.»

Por seu lado, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Salgado Zenha, em entrevista ao **Diário de Lisboa** em 19 de Julho, declarava:

«O Partido Socialista já teve oportunidade, por diversas vezes, de condenar os actos terroristas, e agora particularmente nós entendemos, e já tivemos oportunidade de o dizer através de comunicados, que estes actos terroristas, como o perpetrado contra a Embaixada de Cuba, visavam criar um clima de instabilidade e de ameaça pré-eleitoral. Nós pensamos que isso pode ser uma das armas que as organizações da direita poderão procurar empregar com intensidade se virem goradas as suas perspectivas eleitorais e pós-eleitorais. Mas se isso vier a acontecer, encontrar-se-ão limitadas, pois essa actividade levará também ao fortalecimento geral, à escala do País, do con-

junto do povo trabalhador, da classe trabalhadora, o que isolará ainda mais as organizações terroristas, embora nós pensemos, evidentemente, que terão de ser tomadas medidas drásticas contra o terrorismo. É claro que isso compete mais às autoridades militares que às autoridades civis.»

Balanço das acções terroristas no período de Abril a Julho de 1976:

Bombas	51
Espancamentos	13
Incêndios	3
Incêndios em florestas	3
Assaltos	1
Atentados a tiro	1
	<hr/>
	72 acções

Alvos políticos:

PCP	16
Sindicatos	6
PS	4
MDP	2
Outros partidos de esquerda	1
Militares	1
Cultura, Informação	4
Países socialistas e novos países africanos	9
Alvos de direita	3
Acções de intimidação sem alvo politicamente definido ou evidente	26

Localização:

Lisboa	24
--------------	----

Vila Real	3
Santarém	2
Leiria	2
Viana do Castelo	2
Coimbra	2
Açores	1
Beja	1
Viseu	1
Bragança	1

72 acções

5

Após o início do desmantelamento da rede terrorista

As prisões dos primeiros elementos da rede bombista não pararam por completo a vaga de atentados, prova de que a rede não foi destruída, que o seu desmantelamento foi apenas iniciado e que muitos criminosos continuam em liberdade.

Neste período, e no quadro duma grande campanha para confundir a opinião pública, para paralisar as investigações, para ocultar o envolvimento de conhecidas figuras e organizações da direita no processo, a reacção inventa à pressa o «terrorismo de esquerda».

Os atentados verificados neste período são espectaculares, dirigidos por vezes contra alvos de direita, e destinados a criar situações de generalizado incómodo e descontentamento; concretizam velhas ameaças da reacção — cortar os acessos e abastecimentos a Lisboa, por exemplo —, mas são acompanhados por uma vaga de insinuações e calúnias com o fim de lançar a dúvida sobre os verdadeiros responsáveis.

Ao mesmo tempo forjam-se organizações que, com palavreado pseudo-esquerdista, reivindicam alguns dos atentados. A manobra nem sequer tem novidade: os fascistas de todos os tempos e lugares

A campanha de diversão conta com meios poderosos, desde os jornais estatizados — **O Século**: «serão os fascistas? serão os comunistas?»; o **Diário de Notícias**: «Porque não aceitar, até prova em contrário, que elas (as explosões criminosas) são da responsabilidade de pessoas ou organizações que se autotransformam de esquerda?» — aos agitadores e provocadores profissionais. O próprio ELP, em comunicado distribuído em Dezembro de 1976, condena a falta de «estabilidade política» e de «segurança interna», e põe no mesmo pé as bombas e as greves. Sintomático.

Em 26 de Agosto, sob o título «A direita inventa à pressa o terrorismo de esquerda», escrevia o **Avante!**:

O rosto do terrorismo já era conhecido antes de começar o desmantelamento da rede bombista. Elementos muito concretos foram fornecidos às autoridades em tempo oportuno e vieram a público oportunamente. Exemplos há vários. A Imprensa democrática está cheia deles. Desde o Verão do ano passado, quando começou a onda de violência contra os centros de trabalho do PCP, que vinham a ser conhecidos nomes, matrículas de automóveis e outros dados que hoje se provou serem verdadeiros e dignos de merecer a atenção oportuna das autoridades. Confirmados, esses elementos causam preocupações à direita, que se julgava impune a coberto do anticomunismo, a coberto das vítimas (algumas mortais) que fez entre os comunistas e outros democratas.

Na sua febre de afastar para longe envolvimento perigosos para a imagem de «paz social» que quer promover, a direita reaccionária vai certamente continuar a sua campanha dos «dois terrorismos». Convir-lhe-ia muito não ficar pelo menos sozinha perante crimes gravíssimos como foram os atentados contra a Embaixada de Cuba, contra a Casa de Angola, contra o Centro de Trabalho do PCP na Avenida da Liberdade. A lista é extensa e cobre muitos meses. Não vamos referi-la por inteiro. Mas pouco esforço de memória é necessário para recordar que todos os actos de terrorismo verdadeiramente dignos de ser assinalados foram cometidos contra pessoas, organizações ou símbolos de esquerda.

O resto resume-se a mais uma condenável campanha para intoxicar a opinião pública, para a levar a con-

fundir o explorador com o explorado, o opressor com o oprimido, a vítima com o carrasco. O PCP e todas as forças democráticas têm experiência de como ainda hoje essa intoxicação dá lucros a todas as forças antidemocráticas. Por essa razão é perigosa a campanha da direita, que se anuncia com a invenção dos «dois terrorismos».

Perante isso, é tarefa de todos os comunistas, de todos os democratas, denunciar os boatos, que já surgiram e voltarão a surgir, de modo a fazer crer que existe um «terrorismo de esquerda».

O único terrorismo que existe e fez vítimas é o terrorismo de direita. É a violência reaccionária ao serviço da recuperação capitalista, contra as conquistas revolucionárias dos trabalhadores e contra a consolidação e reforço do processo democrático a caminho do socialismo.

Balanço das acções terroristas no período de Agosto a Dezembro de 1976:

Bombas	31
Incêndios em florestas	13
Espancamentos	3
Assalto	1
	48 acções

Alvos políticos:

Alvos de direita	7
Grandes acções de intimidação ...	5
PCP	3
Sindicatos	1
PS	1
Cultura, Informação	2
Reforma Agrária	1
Acções de intimidação sem alvo politicamente definido ou evidente	27
Cargas explosivas abandonadas	43

Localização:

Lisboa	24
Porto	11
Braga	4
Viseu	2
Castelo Branco	2
Viana do Castelo	1
Évora	1
Coimbra	1
Faro	1
Vila Real	1

48

6

Um novo surto de violência fascista

Sensivelmente a meio do primeiro trimestre de 1977, recrudescem as acções violentas contra as liberdades e as outras conquistas revolucionárias da democracia portuguesa. Multiplicam-se e aumentam de tom e descaramento as provocações e intrigas, as chantagens e ameaças, os incitamentos ao desrespeito da Constituição e os apelos ao uso da violência, em muitos casos concretizados.

O terrorismo completa uma vez mais a acção política da direita reaccionária, servindo como elemento de pressão para a obtenção dos seus objectivos:

- quer objectivos imediatos — libertação dos bombistas presos;
- quer objectivos de fundo — liquidação das conquistas da Revolução.

conotações políticas ou são, nalguns casos, de direita. Procura-se semear a dúvida sobre a natureza política do terrorismo, objectivo que é auxiliado por uma violenta e deformadora campanha ideológica contra os trabalhadores e as forças de esquerda.

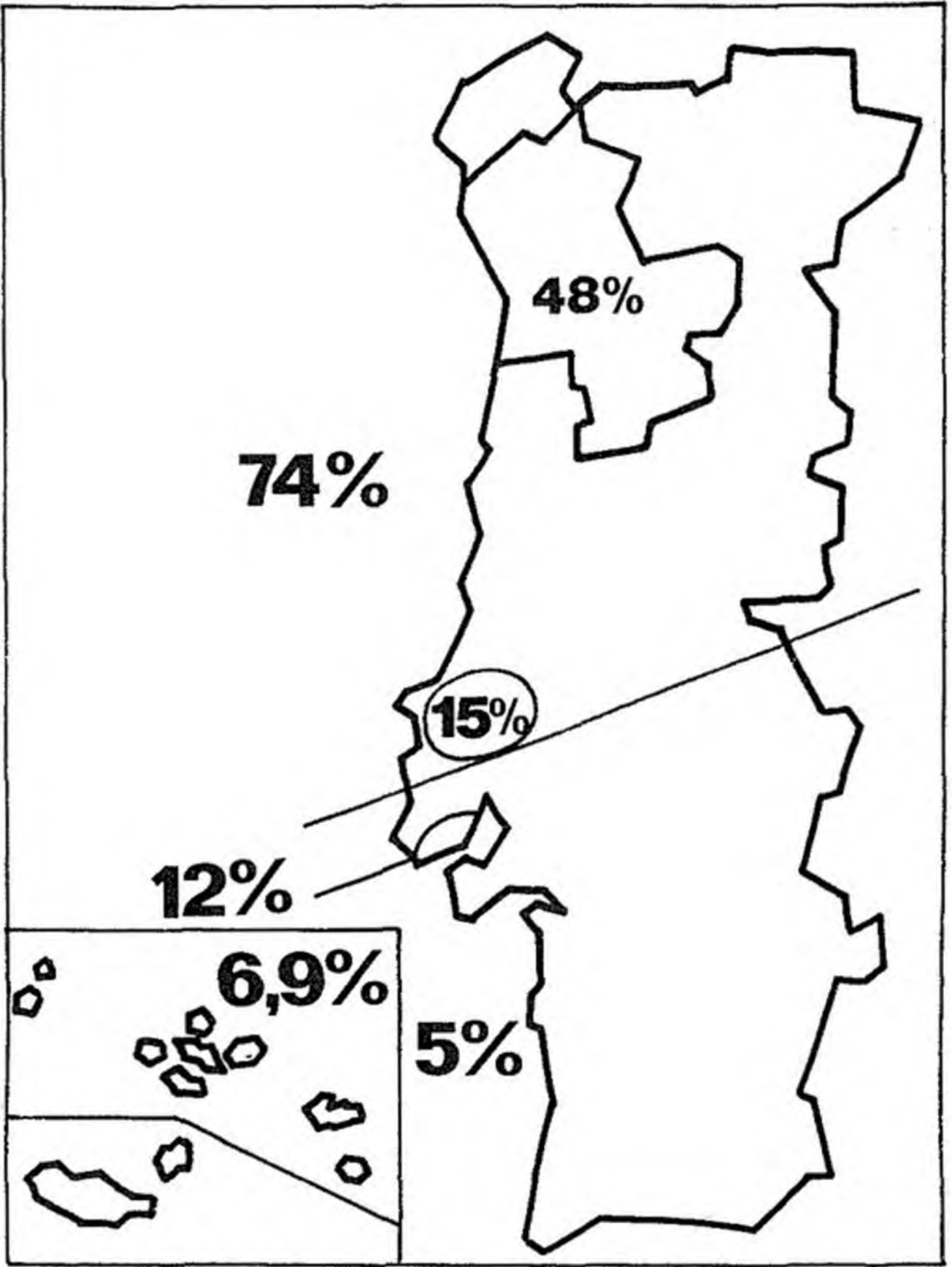
A acção terrorista é estimulada pela tolerância, que permite a reorganização dos fascistas, pela travagem no desmantelamento das redes bombistas e também pela política de recuperação capitalista seguida pelo Governo: as classes que constituem a base social do terrorismo, animadas pela recuperação de velhos privilégios, redobram as suas exigências e agressividade.

Balanço total das acções terroristas (Maio de 1975 a Abril de 1977):

Bombas	310
Assaltos	136
Incêndios	58
Espancamentos	36
Atentados a tiro	16
Apedrejamentos	10
	566 acções

Alvos políticos:

PCP	160 (44 %)*
MDP	53 (13 %)
Informação e Cultura	40 (10 %)
Sindicatos	31 (8 %)
Outros partidos de esquerda	32 (8,1 %)
Militares	19 (4,9 %)
PS	16 (4,6 %)
Alvos de direita	13 (3,3 %)
Países socialistas e novos países africanos	10
Reforma Agrária	11
Diversos (incluindo acções de intimidação sem objectivo politicamente definido)	181
Conjunto dos partidos de esquerda,	



rais, militares, Reforma Agrária, embaixadas e associações de ami- zade com países socialistas e novos países africanos	372 (65%)* (97%)**
--	--------------------

Total (por distritos):

Porto	138 (24 %)
Lisboa	110 (18 %)
Braga	70 (12 %)
Viseu	38
Leiria	30
Açores	27
Bragança	24
Aveiro	22
Funchal	17
Santarém	14
Viana do Castelo	13
Faro	11
Évora	9
Guarda	9
Portalegre	8
Vila Real	7
Coimbra	6
Setúbal	6
Beja	5
Castelo Branco	3
Estrangeiro	2

566

«O ELP, o MDLP e os partidos de direita constituem o complot fascista; os primeiros como organizações clandestinas, ilegais, onde actuam bandos de patifes formados por toda a casta de marginais e os segundos como organizações legais onde se acoitam os candidatos a “governantes” que propõem “alternativas”.»

(De um comunicado conjunto das organizações de Freamunde do PS, PCP e MDP/CDE)

Cronologia dos atentados

1975

MAIO

- 26 — Atacada a sede do MDP/CDE em Bragança por indivíduos que deixam no local inscrições do ELP;

JUNHO

- 3 — Lisboa: granada de mão ofensiva lançada contra os escritórios da Varig de um automóvel que se põe em fuga;
- 4 — Lisboa: petardo explode à porta de um banco;
- 5 — «Cocktail» Molotov no Mercado do Povo em Lisboa;
- 7 — Rajadas de metralhadora, sem objectivo, nas ruas de Lisboa;
- 12 — Granada contra o Centro de Trabalho do PCP em Fafe;

Testemunhas referem o carro com a matrícula BE-97-00 como envolvido no atentado; o carro é utilizado por Zeca Mirita e pelo irmão deste, António Lobo, funcionário da Câmara, afirma publicamente ser um dos autores do atentado; na Escola Secundária, Manuela Augusta, do CDS, gaba-se de que entre os autores se contam familiares seus.

- 16 — Assaltada a sede do MDP/CDE em A-Ver-o-Mar;
- 17 — Petardo junto a um banco em Lisboa;
- 18 — Rebentamento duma bomba à porta da Igreja da Graça;
- 18 — Viseu: assalto a um banco por dois homens e uma mulher, que à saída gritaram «O ELP continua»;

Nº 1
JULHO
1975

VIRIATO

JORNAL CLANDESTINO
DE PORTUGUESES E
SÔ PARA PORTUGUESES

= PARA DERRUBAR OS TIRANOS =

Ninguém acredite que os tiranetes que ocuparam Portugal, e nos vendem em leilão, saiam pacificamente dos poleiros em que se instalaram. Só os deixam quando forem empurrados e bem empurrados. Andam tão felizes com as estrelas de "generais" e tão bem instalados nos "espadas" que eram do fascismo (os mesmos...) que nada mais para eles conta.

Para ver se se safam, e duram mais um bocadinho, estão dispostos a tudo. Nem que tenham de vender-nos aos patrões do Barreirinhas (Cunhal) ou aos falsos beatos do Pereira de Moura e do Manecas Serra.

Para derrubar os tiranos não podes hesitar em recorrer aos métodos subversivos que são os únicos eficazes. Ainda que isso te custe. Está em causa salvar Portugal e o seu Povo. Para isso todos os meios são legítimos. Fracassaram os que procederam diferente.

Cumpra, cegamente, as instruções que VIRIATO te dá:

- | | |
|---|--|
| I Se ainda não tiveres assumido outros compromissos políticos, procura inscrever-te no P.C. ou seus satélites da esquerda. Incita alguns amorfos a fazerem o mesmo. | VI Faz tudo o que possa agradar aos endeusados tiranetes. Exibe genuíno ardor revolucionário. Não te envergenes de seres subserviente. |
| II Na actividade partidária apresenta-te sempre como militante zeloso e aproveita todas as oportunidades para defenderes a "aliança" Povo-M.F.A.. | VII Se com estes procedimentos perderes amigos velhos não teiales. Um dia os recuperarás e te agradecerão. O que é preciso é ganhar, agora, amigos novos entre os comunistas e no M.F.A.. |
| III No teu emprego procura ganhar a confiança das comissões de trabalhadores e ocupar as posições de controle. | VIII Quando estiveres seguro de não correres risco deves então, mas só então, fazer todos os actos de sabotagem que puderes. São coisas simples como: demorar um telefonema importante, atrazar uma circular, gastar horas a fazer o que poderia ser feito em minutos, prolongar as discussões no seio dos comités, denunciar como reaccionário um extremista perigoso, etc. |
| IV Deves ser dos mais entusiastas nas manifestações e dos mais extremistas na defesa e aprovação das deliberações revolucionárias. | IX Procura encravar a actividade na tua empresa. Difunde boatos com todo o ar de quem os condona. Usa a tua imaginação |
| V Quando houver apelos para formar barricadas deves ser dos primeiros a apresentar-te e dos mais rigorosos na fiscalização contra os "reaccionários". Não poupes os teus melhores amigos. | |

== X ==

Toma, cuidadosamente, nota dos nomes (como se possível fotografias, moradas e telefones) dos traidores mais perigosos e dos actos criminosos que hajam cometido contra a Pátria, a Democracia e a Liberdade. Regista (e esconde) todas as informações que possam ser úteis para o DIA do Levantamento Nacional. Espera serenamente por esse DIA e não te precipites porque poderias deitar tudo a perder. Esse DIA está mais próximo do que imaginas. Nesse DIA te chamaremos, nesse DIA precisaremos de ti e nesse DIA contamos contigo.

ENTRETANTO "VIRIATO" ESTARÁ AO TEU LADO PORQUE ESTÁ EM TODA A PARTE.

Viriato, folha clandestina, apontava, em Julho de 1975, o inimigo, a estratégia e a tática dos fascistas

JULHO

- 3 — Agrários tomam de assalto o Centro da Reforma Agrária em Elvas; o mesmo bando assalta o posto da GNR e corta as comunicações telefónicas;
- 4 — Petardo contra a sede do MDP/CDE em Goiães, Fafe;
- 7 — Lisboa: tarjetas do MDLP são lançadas do elevador de Santa Justa;

Jorge Manuel do Canto e Silva e Maria Emília do Canto e Silva (filhos do ex-subinspector da PIDE, de Setúbal, Fernando do Canto e Silva) e Victor Bacalhau Azevedo. O primeiro destes indivíduos é um dos acusadores do chamado «Relatório das Sevícias».

- 11 — Descoberta uma bomba junto à Caixa Geral de Depósitos em Lisboa;
- 13 — Destruídos os Centros de Trabalho do PCP e a sede da FSP em Rio Maior;

Entre os principais organizadores e executantes do assalto contam-se: Joaquim Correia Inglês, Fernando Casimiro, José Serrano, Joaquim Teixeira Mendes, Abílio Soares da Cruz (o «Abílio das Lenhas», o fabricante das «mocas de Rio Maior»), Fernando Graciano (industrial de serralharia), Alberto Costa, Américo Sequeira (com relações de parentesco com agentes da PIDE), Eurico Carlos Ribeiro, José Mercúrio Salema, José Manuel Soveral, José Teodósio Tavares, um tal Barbosa (em cujo armazém se fizeram as reuniões preparatórias), José Francisco Duarte (regedor de A-dos-Francos no tempo do fascismo), José Almeida Carvalho, Álvaro Casaleiro (activista do PPD). Para além destes é referido como ligado a todas as movimentações reaccionárias na região o cacique Marcolino Nobre (o Nobre das salsichas, dirigente do PDC).

- 14 — Em Paredes (Douro) um bando terrorista assalta o sanatório e agride diversos doentes;
- 16 — Explosão de um petardo num depósito de lixo em Lisboa;
- 16 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP na Lourinhã;
- 16 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP na Batalha;

Destacam-se: José Pastilhas (dono da fábrica de mármore Marelena), Adelino Correia Soares (construtor civil), Joaquim Monteiro (proprietário duma serração, dum café e duma casa de artigos regionais), Alfredo Vira-Broas (proprietário duma serração), Luís Baptista Santos, Eng. Monteiro (grande agrário e proprietário de prédios, dono da estalagem a cujos trabalhadores devia na altura 4000 contos), António Ribeiro e Francisco Gago.

- 17 — Assalto ao Centro de Trabalho do PCP no Cadaval;

18 — Assalto ao Centro de Trabalho do PCP na Lourinhã;

A operação é comandada por **Benjamim Luís Malvado** (o Benjamim das Móveis), distinguindo-se na sua execução: **José Marta Nunes** (contrabandista, CDS), **José João Patrício** (proprietário de pomares, pecuária e garagens), **José Ferreira da Costa**, **António Garcia de Matos** (fabricante de vinho a martelo), **Abel Soares Amorim**, **Graciano Almeida** (PPD), **Daniel Luís Santos Fernando** (grande talhante), **Valentim Prazeres**.

18 — Monchique: tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP. Dias depois, em Portimão, um bando reaccionário invade a Câmara Municipal.

18 — Violências contra reuniões de Comissões de Moradores na Batalha;

18 — Assalto à sede do MDP/CDE em Matosinhos;

18 — Onda de violência em Aveiro; assalto ao Centro de Trabalho do PCP e à sede da União dos Sindicatos;

Os principais organizadores dos assaltos são **Manuel dos Santos Silva** (ex-ANP, com ligações à PIDE e ao legionário Casal Ribeiro), **António Manuel Machado** (das relações de Salazar e Bissaia Barreto, hoje do CDS) e **José Luís Rebocho Albuquerque Cristo** (advogado, elemento responsável do CDS). Na execução do assalto distinguem-se: **Artur Valente Almeida**, **Vitor Mangerão**, **Angelino Apolinário**, **Manuel Vilarinho**, **Fernando Canha**, **José Maria** (o «Rei da Pedra»), **Carlos Eurico Marques**, **António Pinto Tavares**, **Carlos Zagalo**.

19 — Assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Mínde;

19 — Assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Ílhavo;

19 — Assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Valença;

19 — Ataques a pavilhões do PCP, MDP/CDE e **Diário de Notícias** no Porto e à delegação do Rádio Clube Português;

20 — Ponta Delgada: assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP e sede do MDP;

20 — Petardo contra o Centro de Trabalho do PCP em Vale de Cambra;

20 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Viseu;

20 — Bomba na casa dum militante do PCP em Fafe;

20 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em S. Tiago da Cruz, Famalicão;



Na véspera do assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Valença, foi afixado este cartaz nas imediações. O assalto consumou-se no dia seguinte, sendo encabeçado por Graciano Silva (PPD), José Carneiro, Manuel Silva e João Faria. Antes deste assalto foi «proposto» aos militantes comunistas que uma «comissão» formada por indivíduos do PPD e CDS passasse uma busca ao Centro de Trabalho a fim de recolher os «caixotes com armamento» que a reacção fazia constar que se encontravam no edifício

20 — Cerco e tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Alcanena;

Na organização e execução do atentado distingue-se João Paulo Frazão Inácio.

20 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Figueiró dos Vinhos;

20 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Mortágua;

20 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Vila Viçosa;

«A contra-revolução está na rua. As forças reaccionárias lançam-se através das brechas abertas pela acção dos dirigentes do PS e de sectores militares conservadores, pela campanha e apelos anti-

comunistas de uns e de outros, pelos conflitos entre forças que, de uma forma mais ou menos empenhada ou condicional, têm estado com o curso revolucionário.

Nos Açores e em numerosas localidades e regiões, enquadrados em organizações clandestinas e comandos móveis nuns casos, ou em partidos legais como o PPD e CDS noutros casos, bandos fascistas, ante a condescendência e passividade das autoridades, assaltam, saqueiam, incendiam Centros de Trabalho de partidos e sindicatos, fazem a caça ao homem, impedem o exercício das liberdades democráticas, destroem bens privados de cidadãos, instauram praticamente um poder local reaccionário, que atemoriza, domina e coage as populações.

A defesa da ordem democrática, a desatirulação das organizações e dos bandos fascistas, o severo castigo dos responsáveis, a garantia efectiva do exercício das liberdades e direitos dos cidadãos são tarefas prioritárias e urgentes de cuja pronta execução depende a salvação das liberdades, a salvação da Revolução.»

(Declaração do PCP sobre a Crise Política,
apresentada por Álvaro Cunhal em 20-8-1975)

- 21 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Castelo Branco;

Na preparação desta movimentação reaccionária destacam-se: **Martinho Ribeiro** (industrial de transportes), **José Galvão**, **Luísa Salazar**, **José Luís Alvim**, **António Mendes Calcinha** (comerciante, PPD), **Octávio Barata** (espingardeiro), **José Manuel Caldeira** (CDS), **José Carvalhão** (PPD), **Júlio Grilo** (latifundiário, PPD), **Jorge Barata** (CDS), **António Santos Torres** (MRPP), **Pombo** (MRPP), **Ricardo Valente** (CDS), **Nuno Navarro** (PDC), **João Bicho** (gorila do PPD), **Albano** e **Nuno** (AOC). Este último grupelho tem um papel extremamente activo na tentativa de mobilização para o assalto.

- 21 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Oliveira de Azeméis;

- 21 — Apedrejamento do Centro de Trabalho do PCP em Campanhã;

- 21 — Assalto e saque ao Centro de Trabalho do PCP em Estarreja;

- 21 — Provocações e arruaças contra a presença de comunistas numa delegação bancária e na Repartição de Finan

CDS, referenciados no assalto no Cadaval), José Sarreira (CDS), Carlos Franco (CDS), Plínio Prazeres Duarte, António Vieira de Sousa, Pedro Lopes da Silva, Evaristo Pais Loureiro (CDS), Américo Ferreira (fabricante de vinho a martelo, CDS), Rui Coelho, Tito Loureiro Sarreira.

- 21 — Bomba destrói o Rádio-Farol em Vilar Formoso;
22 — Assaltado e saqueado o Centro de Trabalho do PCP em Alcobaça;

Destacam-se: Álvaro António (PPD), José Bernardo Peralta (negociante de automóveis), Helena Antunes (conhecida por «A Puta»), Francisco Vitorino André (candidato à Assembleia Constituinte pelo CDS), Hernâni Bastos (PPD), José Alexandre Almeida e Silva, Mário Amaral (PS), José Baptista, Luís Capador, José Fialho Vinagre (industrial de mármore), José Manuel Castanheira. Este último, juntamente com Rogério Maria dos Santos e José Duarte (empreiteiro) participa activamente, nesse mesmo dia, no assalto ao CT do PCP em Vestiaria. A Helena Antunes figura como queixosa no chamado «Relatório das Sevícias».

- 22 — Assaltado o Centro de Trabalho do PCP e a sede do MDP/CDE em Ansião;

A provocação é comandada pelo ex-ANP, Júlio da Silva Rodrigues.

- 22 — Assaltado o Centro de Trabalho do PCP em Vestiaria, Alcobaça;
22 — Tentativa de assalto à sede do MDP/CDE em Braga;
23 — Assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP em Valença;
23 — Castelões, Guimarães: disparos sobre um grupo de militares, matando um deles; do grupo que disparou fazia parte o pároco de Castelões, que desapareceu em seguida;
23 — Assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP em Oliveira de Azeméis;

Distinguem-se José Político e Licínio Político (ambos do CDS), Monte (ex-legionário), Álvaro Cunha Figueiredo (industrial de transportes), Vieira Dias (ex-dirigente da Liga dos Combatentes, CDS), Afonso (industrial de sapatos).

- 24 — Ataque à sede do MDP/CDE em Sever do Vouga;
- 24 — Encontrada uma bomba na caixa do correio da Pró-Unep em Lisboa;
- 24 — Duas bombas em automóveis em Fafe;
- 25 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Tomar;

Na organização e execução distinguem-se: **Adelino Gomes da Silva** (o «Carvoeiro»), **Francisco Ribeiro**, **Rui Paulino** e **Manuel Ribeiro Basílio**.

- 25 — Assaltado o Centro de Trabalho do PCP em Trofa;
- 25 — Assaltado e destruído o Centro de Trabalho do PCP em Esmoriz;
- 26 — Assaltado o Centro de Trabalho do PCP em Águeda;

Do bando reaccionário que executa o assalto fazem parte: **Emílio Carvalho**, **António Barbosa**, **Ismael Timóteo**, **Carlos Duarte Melancia**, **Albino Oliveira Duque** (PPD), **José Castro Lopes**, **Guilherme Almeida Baptista** (empreiteiro), **Aires Martins de Almeida**, **Ramon** (PPD), **Acácio Bronha**, **Henrique Xavier**.

- 26 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Casainho, Fanhões;
- 27 — Assaltado e saqueado o Centro de Trabalho do PCP em Gândara dos Olivais;

Do bando fazem parte: **Alexandrino Duarte** (informador da PIDE), **Orlando Carvalho**, **Jaime Costa**, **Vasco Carvalho** (MRPP), **Alfredo Dinis** (o «Belezas»), **Manuel Evangelista**, **José Ervilha**.

- 27 — Santa Comba Dão: reaccionários assaltam o posto da GNR e libertam um ex-médico da PIDE que aí se encontrava detido;
- 28 — Tentativa de assalto ao Sindicato dos Metalúrgicos em Águeda;
- 28 — Concentrações e arruaças exigindo o afastamento de dois comunistas de um banco em Torres Vedras;
- 28 — Assalto à Associação Recreativa Cultural em Amor, Leiria;
- 29 — Ameaça do assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Reguengos;

29 — Assalto ao Centro de Trabalho do PCP em S. João da Madeira;

Destacam-se: **José Santos, Amadeu Monte Forno, José dos Couros, Quim Mineiro, Eduardo Nunes da Silva, José Alberto da Silva Oliveira.**

29 — Bomba contra a casa do dirigente do PCP Dinis Miranda;

30 — Assaltadas as sedes do MDP/CDE, PRP e FEC em S. João da Madeira;

30 — Incendiado um pavilhão de vendas do MDP/CDE na Costa da Caparica;

30 — Assaltada a delegação do jornal **República** do Porto;

31 — Tentativa de fogo posto no Centro de Trabalho do PCP em Anadia;

AGOSTO

1 — Cerco e tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP e à sede do MDP/CDE em Famalicão;

1 — Ataque contra o Município de S. Pedro do Sul;

2 — Bomba na oficina de um democrata e outras duas num local onde ia decorrer uma reunião do MDP/CDE em Anha, Viana do Castelo;

3 — Assaltados o Centro de Trabalho do PCP e a sede do MDP/CDE na Póvoa de Lanhoso;

4 — Petardo junto a casa dum activista do MDP/CDE e bomba numa mercearia dum militante do PCP em Fafe;

4 — Destruição da sede do MDP/CDE em Porto de Espada, Marvão;

5 — Assalto ao escritório dum advogado, tendo sido incendiados os processos destinados ao Tribunal de Trabalho, em Famalicão;

5 — Saqueados e parcialmente destruídos o Centro de Trabalho do PCP e as sedes do MDP/CDE e da FEC em Santo Tirso;

Nésio Andrade (CDS), António Reis (CDS) e Palhares (PPD) são os assaltantes mais activos.

5 — Assalto, saque, destruição parcial e ocupação do Centro de Trabalho do PCP em Famalicão;

As operações são comandadas por **Manuel Charter**, destacando-se entre os executantes: **José Augusto** (o «Folhetas»), **Veloso** e **Mo-**

Libertação

ÓRGÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO PORTUGUÊS (E L P)

Cada Português deve ser um Combatente

Estamos empenhados numa luta total: no plano ideológico, naturalmente, mas também nos campos da organização e da acção directa. Nesta guerra profunda e generalizada, em que assentam as esperanças de Portugal e dos Portugueses, a vitória não poderá ser alcançada por meio de aviões e de tanques. Para além da luta de salvação e da libertação nacional de que deve estar embebido cada português, é imprescindível que as forças patrióticas se organizem em núcleos celulares e secretos, ganhando eficiência e segurança, para apresentarem como uma vaga avassaladora por cidades e aldeias, empresas, fábricas e serviços públicos. Importa que esses núcleos tenham um plano de acção, de modo a não se desorganizarem, de modo a toda a parte, conhecendo o inimigo, as suas intenções, os seus hábitos e as suas fraquezas. Há que estar em todo o lado para bater o inimigo em todos os pontos, quando, como e onde entendermos. É preciso, dia a dia, martelar o inimigo em lhe deixar tempo para descansar.

- Sabotar o trabalho nas empresas nacionalizadas, ao serviço de Moscovo, é lutar!

- Não pagar impostos ao governo comunista é lutar!
- Referenciar e desmascarar elementos comunistas do COPCON e do MPA é lutar!
- Atacar as comissões administrativas, os centros de organização política e sindical ao serviço do comunismo é lutar!
- Atacar fisicamente os agentes do chamado "serviço cívico estudantil" ou das "brigadas de dinamização" é lutar!
- Sabotar a economia marxista é lutar!

- Obstruir a acção das forças militares de repressão é lutar!

- Atacar objectivos militares (instalações, meios de comunicação e transporte, ou elementos afectos ao PC) é lutar!

CONSELHOS PRÁTICOS AO MILITANTE

A batalha começa: uma luta de morte contra os comunistas e os seus aliados, em especial os militares marxistas e marxistas do MPA.

O primeiro passo tem de ser a organização!

A correr ao combate em tropel, ao terreno descoberto, a peito limpo e de mãos vazias é um suicídio. Só serve para oferecer alvos fáceis aos assassinos do PC e do MPA.

1º Organização - em pequenos grupos de choque, em verdadeiros comandos, treinados como tal. Arranjam os nossos próprios meios de transporte, de comunicação e de combate. Se necessário actuamos clandestinamente, no maior segredo; no caso de contactarem com a simpatia e a colaboração de muita gente do vosso sector, será bastante a semi-clandestinidade.

2º Armas - não é indispensável possuir espingardas, metralhadoras, canhões (se os houver, melhor, é claro).

- as armas de fogo (pistolas, espingardas de caça) devem ser reservadas para as acções mais importantes.

- arranjam armas simples: navalhas, barras de ferro, mactacas, correntes de bicicleta, e, principalmente uma ampla provisão de cocktails molotov, arma por excelência da "guerra urbana".



COCKTAIL MOLOTOV

COMPOSIÇÃO:

Mistura incendiária no interior de uma garrafa:

GASOLINA 25% + GLICEROL (usado em vidrarias) 25% + ÁCIDO SULFÚRICO 25%.

No exterior da garrafa é fixada uma compressão de goma, algodão ou lã, na forma de saco, dentro do qual se coloca uma mistura de:

DUAS COLHERES DE SOPA DE CLORETO DE POTÁSSIO + DUAS COLHERES DE SOPA DE AÇÚCAR BRANCO.

NOTA: É importante que se prepare esta mistura com um mínimo de 48 horas de antecedência de maneira a obter uma melhor combustão quando se quebrar a garrafa.

FUNCIÓNAMENTO:

Ao ser lançada contra o objectivo a garrafa quebra-se, entrando a mistura interior em contacto com os produtos químicos contidos no saco de gaze colado no exterior da garrafa, produzindo a respectiva combustão espontânea.

UTILIZAÇÃO:

- pode neutralizar um carro de combate se penetrar pela torre ou se pegar fogo ao motor;
- poderoso agente incendiário (veículos, apartamentos, oficinas, todos os sítios em que haja matéria combustível: madeira, papel, plástico, etc.);
- contra as forças repressivas do PC-MPA ou contra manifestantes (alguns destes artefactos bem aplicados podem fazer fracassar uma manifestação);
- em actos de intimidação ou de aviso (arma psicológica);
- em ataques a sedes de partidos ou reuniões.

Utilizai a vossa imaginação!

segue no proximo numero.

rais (lacaio do patrão da Têxtil Manuel Gonçalves), Plácido e Edgar (gorilas do CDS), Dr Dulcínio Rebelo (CDS), Manuel Azevedo (CDS), Joaquim Ribeiro, Eng Francisco Bernardo, Jorge Folhadela Matos Cardoso, Manuel Sequeira, Ernesto Gonçalves Cardoso (PPD) Destaca-se igualmente Francisco Oliveira Peres, igualmente reconhecido no assalto ao jornal República no Porto e principal suspeito da autoria do atentado bombista contra a residência do Eng Lopes Cardoso

- 5 — A explosão de uma bomba em Lisboa mata o seu portador, um ex-legionário e guarda-costas da família Mello;
- 5 — Bomba num camião do Exército em Pinhel,
- 5 — Assalto aos escritórios da empresa Têxtil Manuel Gonçalves, em Famalicão,
- 6 — Destruição do Centro de Trabalho do PCP em Cantanhede,
- 6 — Destruição do Centro de Trabalho do PCP e da sede do MES no Bombarral,

Distinguem-se Antonio Silva Tuna, José Correia, Jose Bento Barros Soares, José Lopes da Silva, Manuel Anjos Francisco, Manuel Vidão Pereira, Jose Carvalho Roldão, José Loureiro dos Santos, Ramiro Amaro Veloso, Agostinho Gomes e Luís Filipe Amaro da Silva.

- 6 — Tentativa de fogo posto no Centro de Trabalho do PCP em Ponte da Barca,
- 7 — Inscrições e panfletos incitando à violência em Bragança, pelo denominado Movimento de Libertação do Povo Transmontano,
- 8 — Assalto ao Centro de Trabalho do PCP e arrombamento da sede do MDP/CDE em Penafiel,

Participação activa de Augusto Vieira, Ricardo Teles, Jose Ribeiro, Zequinha da Farmácia, Antonio Marceneiro, Eduardo Ferrador, Domingos Roscas e José Barbeiro.

- 8 — Tentativa de assalto ao Município de S João da Pesqueira (Viseu),
- 9 — Bando de reaccionários e marginais, após um comício do MRPP, tenta assaltar a sede do PCP em Tavira;
- 10 — Incendiado o «stand» de vendas da UJC no Porto;
- 10 — Assaltado o Centro de Trabalho do PCP em Monção;
- 10 — Assaltados de novo o Centro de Trabalho do PCP e a sede do MDP/CDE em Penafiel;

- 10 — Assaltados o Centro de Trabalho do PCP e o «stand» da UJC em Trofa;
- 11 — Assaltados o Centro de Trabalho do PCP e a sede do MDP/CDE em Tondela;



Centro de Trabalho do PCP em Braga após o assalto. Uma imagem da intolerância e do terror fascistas

- 11 — Onda de violência e destruição em Braga: incendiados o Centro de Trabalho do PCP, as sedes MDP/CDE e da União dos Sindicatos e o Mercado do Povo; tentativa de destruição do emissor de FM do Rádio Clube Português;

Na organização desta onda de violência são identificados, entre outros: o cônego Melo, Franklin Sampaio e José Marques (construtor civil).

Relato do assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Braga, feito por uma jovem que presenciou todo o desenrolar dos acontecimentos:

«Naquele dia havia muita gente na rua porque tinha havido a manifestação por causa da Rádio Renascença. Viera muita gente de fora em camionetas de carga e de passageiros. Perguntei a um homem, que trazia um cartaz que dizia "Exigimos a Rádio

Renascença”, o que queria aquilo dizer. Não me conseguiu explicar. Só me disse que o abade da aldeia o tinha mandado trazer o cartaz.

Quando passei perto do Centro de Trabalho do PCP vi que estavam a apedrajá-lo. Estavam aí umas 200 pessoas na rua, mas só uns poucos é que atiravam pedras. Algumas das pessoas criticavam aquilo, dizendo que achavam mal que o PCP não tivesse a liberdade de ter as suas sedes, como tinham os outros partidos. Mas não faziam nada. A PSP e a GNR também não faziam nada para evitar aquilo. A minha mãe começou a chorar e a gritar que salvassem as pessoas que estavam dentro do Centro de Trabalho, e as pessoas que estavam mais perto tentaram acalmá-la dizendo que não havia de lhes acontecer nada. Resolvi telefonar para o Regimento de Infantaria a dizer o que se passava. Pediram que eu me identificasse e eu só respondi: “sou uma portuguesa”.

Às tantas, um homem, que tem um escritório por baixo do Centro de Trabalho, disse que precisava de ir buscar umas coisas ao escritório e deixaram-no passar. Pouco depois o prédio começava a arder. O incêndio vinha do rés-do-chão. Só quando chegou a tropa é que os bombeiros se atreveram a atacar o incêndio.

Ao ver aquele espectáculo e a inactividade de toda aquela gente que nada fazia comecei a chorar e gritei: “Não matem os nossos queridos amigos”. Algumas pessoas tentaram acalmar-me e um homem exclamou: “Filho da mãe do Arcebispo!”. Notava-se que as pessoas se sentiam desprotegidas e incapazes de fazer o que quer que fosse, pois sentia-se em todas elas um medo enorme. A maior parte das pessoas não estava de acordo com aquilo. Havia aí umas 200 pessoas na rua que assistiam aos incidentes, mas só uns 15 é que os provocavam. Uma tia minha ainda gritou: “Aqueles homens só querem fazer um Portugal novo para todos nós”. Chamaram-lhe comunista. Um deles disse: “Aqui só há PPD e CDS e comunistas. Morte aos comunistas. Queremos o Marcelo Caetano porque esse é que era bom”.

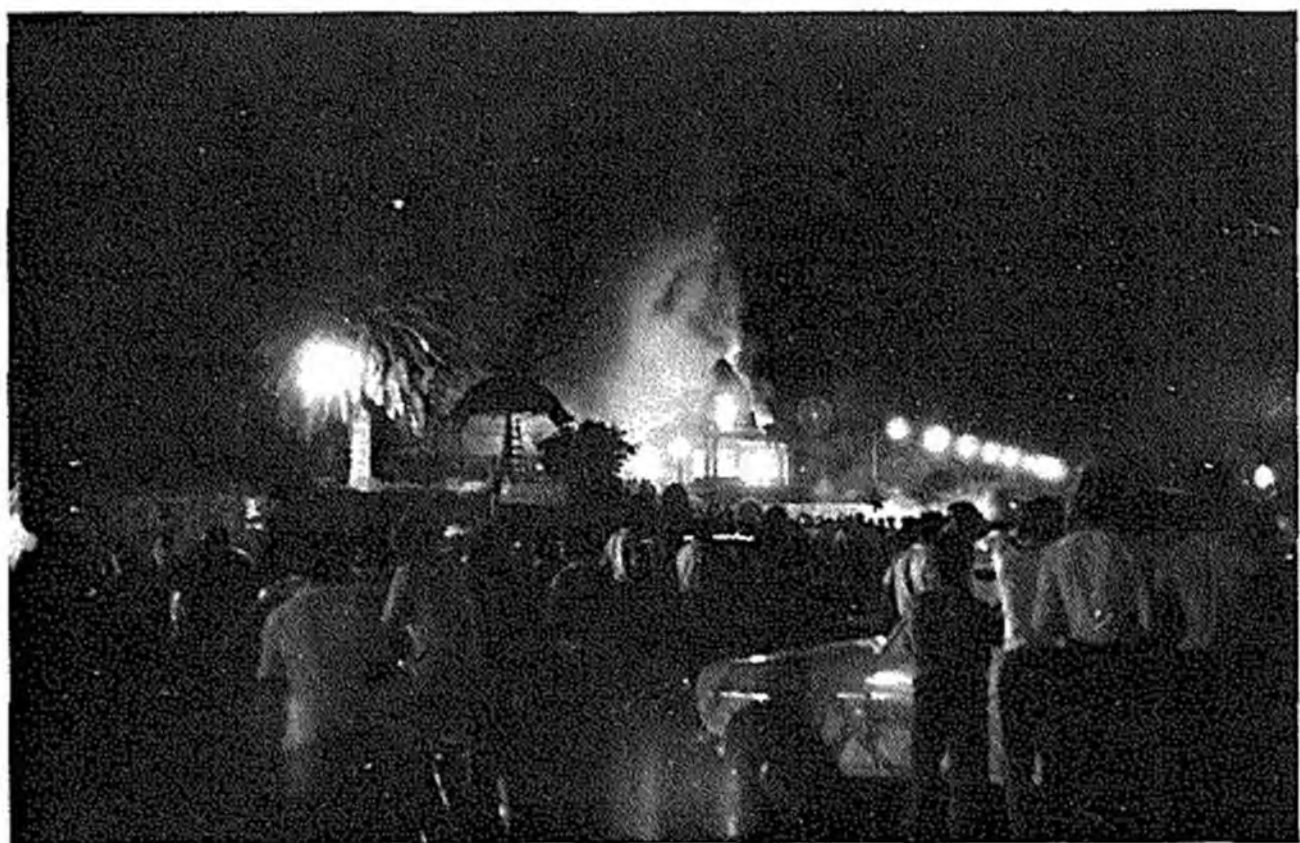
Depois disto, aqui na cidade toda a gente ficou com medo, pois eles dizem que hão-de queimar as casas de todos os progressistas.»

- 12 — Presos no distrito de Aveiro, por ordem do Comando da Região Militar Centro, seis indivíduos suspeitos de ligação à onda de terrorismo;
- 12 — Panfleto do ELP prega a «contra-ofensiva nacional», «as acções de represália recorrendo a todos os meios», avisando que pôs de parte «todas as considerações humanitárias»; durante o mês é igualmente distribuído um panfleto do MDLP pregando «a cruzada branca» para «varrer a Frente Vermelha»;
- 12 — Tentativa de incêndio da sede da FSP no Porto;

- 12 — Assaltados o Centro de Trabalho do PCP em Viseu e as sedes do MDP, FSP, MES, UDP, PRP e da União dos Sindicatos;
- 13 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Montemor-o-Velho;
- 14 — Incendiado o Centro de Trabalho do PCP em Arcos de Valdevez;

São identificados: **Alberto Barreiras Aranhas** (ex-presidente da Câmara, bufo da PIDE, CDS), **António Costa e Sousa**, **Joaquim Amorim Pinto** (CDS), **Joaquim Arcanjo Dias** (relacionado com o pide Mário Salgado Ventura), **Manuel Gonçalves Pereira**, **Aventino Saraiva de Meneses**, **padre Amaro**, **António Gonçalves Ferreira**, **Orlando Codeça** e **Maria dos Anjos Varajão**.

- 14 — Tentativa de incêndio do Centro de Trabalho do PCP em Amarante;
- 15 — Apedrejado o Centro de Trabalho do PCP em Marco de Canaveses;
- 15 — Assalto ao Centro de Trabalho do PCP no Caramulo;
- 16 — «Cocktail» Molotov contra a sede do MES em Gaia;
- 16 — Grande provocação, agressões e cerco a um comício do PCP em Alcobaça;
- 18 — Ataque ao Centro de Trabalho do PCP em Ponte de Lima. Vítima deste atentado terrorista morreu o operário José da Costa Lima, militante comunista, ao defender a sede do seu Partido;
- 18 — Destruição do Centro de Trabalho do PCP em Angra do Heroísmo e assaltadas as sedes do MDP e MES. Seguiu-se a expulsão dos dirigentes locais do PCP pelas autoridades;
- 19 — Assalto à sede do MDJ no Porto;
- 19 — Tentativa de assalto à sede da União dos Sindicatos do Porto;
- 19 — Destruição do Centro de Trabalho do PCP em Ponta Delgada;
- 20 — Destruição da sede do MDP/CDE em Fafe;
- 20 — Provocação contra o Município de Cascais;
- 20 — Agressão a um militante comunista em Beja;



Ao fim de 12 horas de cerco, os fascistas incendiaram o Centro de Trabalho do PCP em Ponte de Lima. Dentro do edifício encontravam-se diversos militantes comunistas

20 — Grupo armado assalta uma escolta militar, à porta do Hospital da Marinha, e liberta o primeiro-tenente **Barbieri Cardoso** e dois agentes da PIDE;

O principal suspeito de ter comandado esta operação é **Ângelo Nascimento**, de Trancoso, proprietário dum supermercado e de uma perfumaria. Este indivíduo desde 1962 que se dedicava a passar emigrantes a salto para França, dedicando-se também ao contrabando. Em 1966 são-lhe apreendidos relógios e rádios em quantidade; é preso às ordens da PIDE em Coimbra, passando a colaborar com a polícia política fascista, nomeadamente na denúncia e prisão de elementos da LUAR.

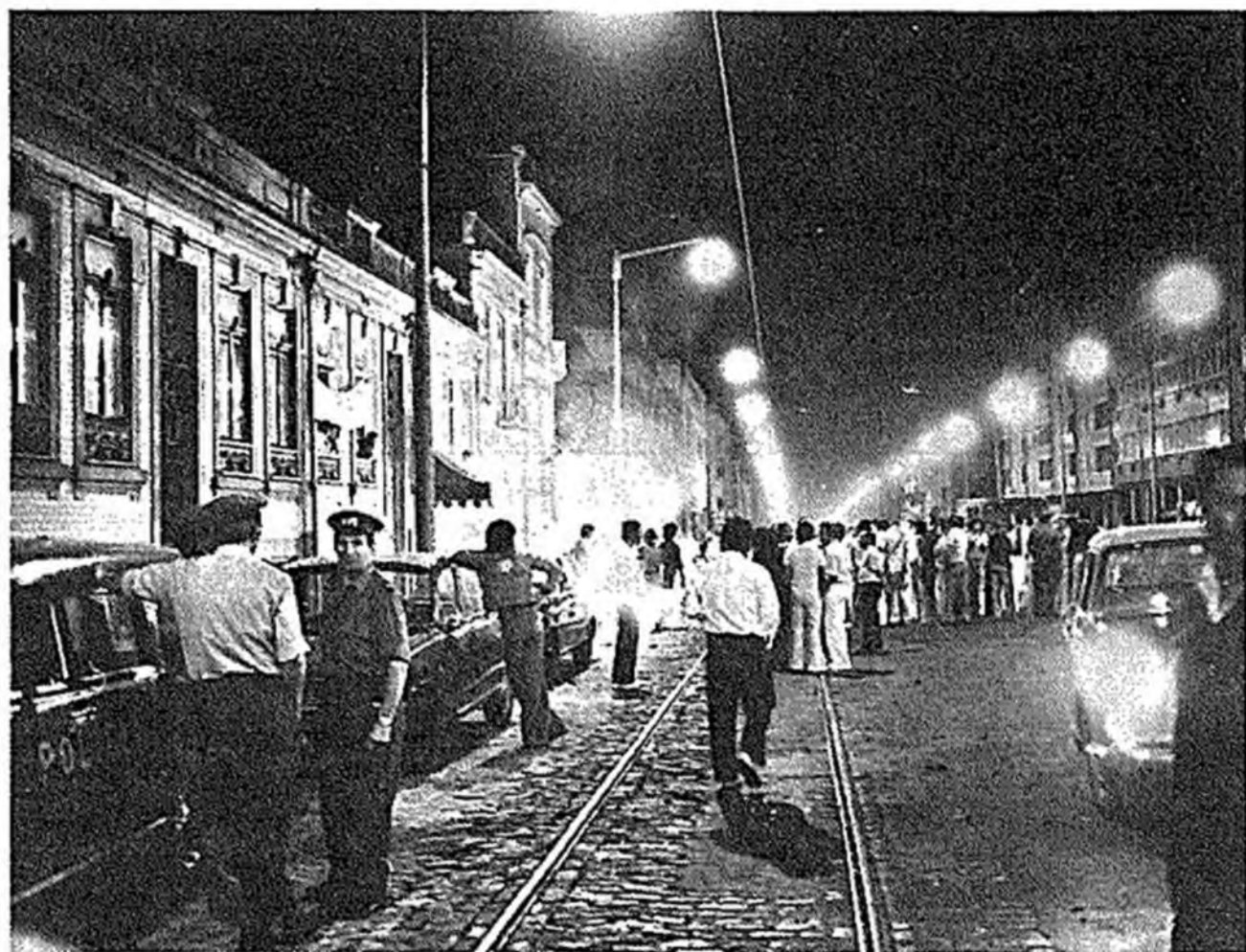
Depois do 25 de Abril liga-se ao CDS; aparece em Guimarães como guarda-costas de Galvão de Melo. Liga-se ao ELP, sendo suspeito de ter participado nas acções bombistas contra o emissor da EN na Guarda e contra uma viatura militar em Pinhel. Ligado também ao caso da explosão de Monsanto.

Utiliza como frente de apoio em Coimbra a casa de **Mário Ramos**

liberdade. Mantém-se nesta situação, não tendo sequer qualquer processo pendente. Reclamam fortes suspeitas sobre este indivíduo de estar relacionado com o atentado bombista verificado em Dezembro de 1976 contra a conduta de água de abastecimento a Lisboa.

Ângelo Nascimento usava no ELP o pseudónimo de «Mota».

- 21 — Descobertas cargas de plástico no Centro de Instrução de Operações Especiais em Lamego;
- 22 — Tentativa de ataque à sede do MDP/CDE no Porto;



Perante uma autoridade que se demite das suas obrigações, fascistas assaltam uma sede do MDP/CDE no Porto

- 23 — Bomba e assalto ao Centro de Trabalho do PCP e à sede do MDP/CDE em Bragança;

Nesta movimentação são identificados: António Figueiredo Sarmiento, o «Toneca da Moagem» (cacique local), Ernesto e João «Michelin», Marcolino Parada e o «Bombadas» (ligado ao fascista Camilo de Mendonça).

O POVO ACUSA

O Povo do Norte, nomeadamente do Porto, vem vivendo com muita ansiedade as lutas entre as Forças militares, provocadas pelas infiltrações do Partido Comunista Português nas Forças Armadas, particularmente no Exército, que é onde se nota mais a sua influência grosseira e oportunista junto de certos militares, que a troco de privilégios, promoções e dinheiro, não hesitam em trair o seu povo, do qual fazem parte, antes de tudo

O Povo acusa, todos os militares, que não são dignos de vestir uma farda, porque se servem dela para servir os interesses do Partido Comunista Português.

O Povo acusa os militares, que tirando vantagem da sua graduação, enganam os soldados pondo-os ao serviço do Partido Comunista Português contra os seus irmãos

O Povo acusa os militares que continuam descaradamente a proteger e encobrir os golpes do Partido Comunista, mesmo quando este Partido os insulta e até os ataca a tiro, com as armas roubadas ao nosso próprio Exército

O Partido Comunista divide os militares uns contra os outros e há militares que continuam a proteger o P C e a fazer o seu jogo contra os seus camaradas de armas

O Povo acusa os militares que no Quartel General permitem que o chefe do Partido Comunista no Porto tenha carta branca para lá entrar sem dar satisfações a ninguém

O Povo acusa os militares que encobrem o comunista Ângelo Veloso, entre e tenha acesso aos inquéritos e documentos da 2.ª Divisão do Quartel General do Porto

O Povo interroga-se

— OU OS MILITARES SÃO TRAI-
DORES NÃO SE OPONDO A ES-
TES PRIVILÉGIOS OU SÃO
COBARDES, E ENTÃO DEVEM
DESPIR A FARDA!

O Povo lamenta que o ex-Comandante da Região Militar do Norte se tenha transformado de Herói do 25 de Abril em colaboracionista e lacão do P C P.

O Povo lamenta que o ex-Comandante da Região Militar do Norte, que podia ser um homem da primeira linha na

defesa do seu Povo se tenha deixado enxovalhar por um Partido que, quando não precisar dele, o apunhalará pelas costas como faz normalmente aos lacaios falhados

O Povo lamenta que o ex-Comandante da R M N tenha traído a confiança que ainda hoje muitos militares nele depositam, como companheiro, comprometendo-se a si e aos seus oficiais e soldados, com um Partido que é indigno da confiança das F A.

E Como é do vosso conhecimento, ainda hoje no R I 6, TRINTA militares muito bem pagos pelos «novos fascistas» do P C tentaram dominar esta unidade e a maioria esmagadora dos seus camaradas, simultaneamente, e como já é também do conhecimento do Povo e dos soldados patriotas, também a «Pesada 2», de Gaia, esteve submetida todo o dia à mesma pressão, por parte de uma minoria de «soldadesca mercenária», enfeudada ao social fascismo-soviético

Soldado, sargento, oficial, tens uma grande responsabilidade de honra perante o Povo e os teus irmãos

Se és militar, se conheces e estás disposto a respeitar o teu juramento de bandeira, lembra-te antes de mais de que estás ao serviço e na defesa do teu Povo
NÃO te acoites cobardemente sob a tua farda

Faz uma escolha de coragem

— OU VESTES A FARDA E DEFEN-
DES O TEU POVO CONTRA O
IMPERIALISMO OU DESMASCARA-
TE E VENDE PORTUGAL AOS
NOVOS IMPERIALISTAS E DITA-
DORES!

Soldado, o Povo não dorme e sabe ainda mais do que tu

Amanhã te dirá quem são os grandes traidores que vivem no teu meio e utilizam a tua boa fé para atingirem os seus fins

Não tenhas medo e mantem-te vigilante

O Povo está contigo e distinguir-te-á dos vendilhões na hora do julgamento

VIVA O POVO PORTUGUES!

VIVA PORTUGAL LIVRE!

21 de Agosto de 1975

- 23 — Tentativa de assalto à sede da Luar em Vila Flor;
- 23 — Assalto à sede do MDP/CDE em Serzedo, Gaia;
- 23 — Horta: assalto e incêndio do Centro de Trabalho do PCP;
- 24 — Tentativa de cerco ao Centro de Trabalho do PCP em Faro;
- 24 — Casais de Vale da Pedra, Santarém: assalto e destruição do recheio do Centro de Trabalho do PCP;
- 25 — Assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Seia;
- 25/26 — Três dias de violência em Leiria: assaltos, saques, fogos e 27 no Centro de Trabalho do PCP, nas sedes da LCI, MES e FEC e nos escritórios de dois advogados antifascistas;
- 26 — Bomba junto ao Centro de Trabalho do PCP na Areosa, Porto;
- 26 — Dois «Cocktails» Molotov lançados para o Centro de Trabalho do PCP em Peniche;

Atentado bombista por testemunhas a Joaquim Pedro Belchior Fernandes e seu filho.

- 26 — Atentado bombista no Funchal contra um centro de convívio de jovens militantes do PCP;
- 26 — Descoberta uma carga de plástico na sede da FSP em Lisboa;
- 27 — Assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Arrabalde, Esmoriz;
- 29 — Tentativa de assalto à sede do PS no Crato;
- 29 — Incendiado o carro dum militante do PCP em S. Pedro, Barcelos;
- 30 — Bomba no Centro de Trabalho do PCP na Guarda;
- 31 — Incendiada a sede do MDP/CDE em Cinfães;

SETEMBRO

- 1 — Vaga de incêndios criminosos em Aljusqueiro, Carrego, Brugó, Fundão, Porta da Várzea e diversas áreas de Bragança;
- 2 — Tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP, à sede do MES e aos estúdios da Rádio Ribatejo em Santarém;
- 3 — Provocação contra o Município de Vouzela;
- 3 — Carga de trotil rebenta no QG do Funchal;

- 4 — Provocação e tentativa de expulsão de militares da Campanha de Dinamização em Bragança;
- 5 — Tentativa de assalto à sede da União dos Sindicatos do Porto;
- 5 — Retornados ocupam Banco de Angola;
- 5 — Tentativa de assalto a um colégio em Bragança onde se encontravam instalados os militares da campanha Maio-Nordeste;
- 6 — Roubadas da Sociedade Portuguesa de Explosivos, Sines, 200 quilos de explosivos;

Há fortes suspeitas de que este assalto tenha sido dirigido pelo ex-capitão **Francisco Van Uden**, elemento responsável pela organização clandestina do ELP.

Francisco Xavier Damião Bragança Van Uden, por alcunha «o Colombiano», tem 28 anos, é antigo alferes-comando graduado em capitão. Pertenceu à 32.ª Companhia de Comandos. Indivíduo riquíssimo, ligou-se ao Partido Liberal através de **Almeida Araújo**. Dirigiu as reuniões preparatórias da manifestação da «maioria silenciosa» que decorreram em casa de **Sousa Machado**, ficando a fazer parte da Comissão Organizadora da manifestação com os pelouros da propaganda e segurança. Organizou grupos de caceiteiros e coladores de cartazes com o fadista **João Braga**, com quem se encontrava na manhã de 28 de Setembro no Hotel Sheraton. Fugiu para Espanha em 16 de Outubro, iludindo a Guarda Fiscal, que chegou a detê-lo junto à fronteira.

- 8 — Uma avioneta lançando cargas incendiárias é avistada centro do país;

O MDLP dispunha em Espanha de dois aeródromos e de uma frota aérea considerável. Numa quinta entre Salamanca e Ciudad Rodrigo existe um aeródromo onde estacionavam habitualmente 4 Dakotas pintados de alumínio e laranja, 4 helicópteros, 1 Dornier e diversos táxis-aéreos; nas imediações de Madrid, no aeródromo Quatro Vientos encontravam-se diversas avionetas pertencentes a portugueses, sendo ali vistos com frequência **Alpoim Calvão** e o seu piloto **Francisco Pessoa**.

- 8 — Bomba na Efacec em Matosinhos;
- 11 — Agressão organizada ao Inspector-Geral do Trabalho em Lisboa;
- 13 — Ataques organizados contra trabalhadores das herdades de Cujancas, Chança e Alter do Chão;
- 14 — Encontrada abandonada no Porto uma carrinha contendo armas e explosivos;

- 14 — Tentativa de assalto ao emissor de Miramar do RCP; na mesma noite são encontradas num hotel do Porto bobinas com «proclamações ao país» assinadas pelo ELP;

A estes dois casos está igualmente ligado **Francisco Van Uden**; a carrinha pertencia-lhe, tendo sido roubada da porta do hotel onde se encontrava hospedado. Supõe-se que o ladrão, ao dar pela carga da carrinha, a tenha abandonado mal estacionada, o que despertou as atenções da polícia. No interior do carro foram encontradas armas, 21 kg de explosivos e o passaporte de Van Uden. As bobinas de fita magnética seriam para transmitir pelo RCP, caso se consumasse o assalto.

- 15 — Bomba no Emissor Regional da Guarda da EN;
- 16 — Assalto, no Porto, ao Bank of London and South America; roubados 500 contos; o assalto é atribuído ao ELP;
- 16 — Cerco e tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Portalegre;
- 20 — Cinco petardos em diversos lugares do concelho da Batalha;
- 21 — Bomba na messe do Estado-Maior da Armada em Cascais; atentado reivindicado pelo ELP;
- 21 — Dois petardos numa escola destinada a filhos de emigrantes espanhóis no Porto;
- 21 — Bomba no carro dum artista do Circo de Moscovo em Leiria;
- 22 — Bomba contra o Centro de Trabalho do PCP na Marinha Grande;
- 24 — Petardo contra o Centro de Trabalho do PCP em Vieira do Minho;
- 24 — Tentativa de destruição do posto retransmissor da EN em Bragança;
- 25 — Descoberta em Colares de grande quantidade de armas e explosivos e preso, na sequência das investigações, **Jorge Penaguião Cavaleri**;

Cavaleri tinha ligações com **Van Uden**, ao tempo principal chefe operacional do ELP, que lhe dera a guardar um lote dos explosivos roubados em Sines; tratava-se de 80 kg de plástico. Juntamente com Cavaleri foi preso **José Lima Ferreira**. Cavaleri e Lima Ferreira foram libertados após o 25 de Novembro e o seu processo arquivado a «aguardar melhor prova». O Cavaleri é um dos queixosos do «Relatório das Sevícias».

26 — Explosão violentíssima destrói em Monsanto um carro que transportava explosivos e mata os dois ocupantes; o carro pertencia a **Herminio Venâncio**, de Trancoso;

O carro havia sido cedido pelo Venâncio, por intermédio do **Ângelo Nascimento**, a **José dos Santos Pinto Inácio**, 27 anos, de Trancoso, bancário, residente na Reboleira, e trazido para Lisboa pelo Inácio e pelo Van Uden. Em Lisboa juntaram-se-lhes outros oito elementos, entre os quais **Norberto Augusto Albuquerque Silva**, 40 anos proprietário. A poderosa carga destinava-se às antenas da televisão em Monsanto. Nas proximidades, três elementos saíram do carro, ficando o Inácio e o Norberto no interior a prepararem a carga, que entretanto explodiu.

Ângelo Ramos do Nascimento, o «Mota» do ELP, comprovadamente ligado a toda a sorte de atentados e actividades criminosas, suspeito de ser o autor do atentado bombista que cortou o abastecimento de água a Lisboa em Dezembro de 1976, encontra-se em liberdade



Este caso é relatado no livro «MDLP-ELP — O que são», Edições Acrópole, por um elemento do ELP (Van Uden?) que refere as baixas sofridas pela organização terrorista nestes termos:

«A primeira vítima foi o **Resende**, que morreu em Agosto, na Avenida João Crisóstomo. Aliás, a imprensa portuguesa noticiou o facto [...]. As outras vítimas morreram ambas no mesmo acidente — com explosivos — em Monsanto [...]. O caso deu-se quando um "comando" ELP, composto por cinco pessoas, parou o carro em que seguia, algures na serra de Monsanto, para preparar uma carga que iria ser aplicada [...]. O comando dessa unidade, em operação, mandou sair todo o pessoal do carro, uma vez que as cargas iam ser ligadas e, nesta operação, há sempre algum risco. No carro ficaria somente o técnico. Um outro elemento pediu para assistir à operação, para aprender, sendo-lhe dada ordem para isso, enquanto os outros se afastavam um pouco. Houve qualquer falha porque o carro voou em pedaços e os corpos

também [...]. Um chamava-se Norberto e outro Inácio. Este último era um elemento que tínhamos infiltrado na LUAR.»

O Hermínio Venâncio foi libertado depois do 25 de Novembro e o seu processo arquivado a «aguardar melhor prova». Pertence hoje à Assembleia Municipal de Mangualde em representação do CDS.

- 30 — Encontrada grande quantidade de explosivos na Amadora, em casa de um dos mortos de Monsanto;

«O firme combate à contra-revolução, a manutenção da ordem democrática, o efectivo exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional constituem objectivos imediatos essenciais para o prosseguimento do processo revolucionário.

A vaga de violência fascista — assaltos, pilhagens, incêndios, atentados e outros actos de terrorismo — exige pronta e enérgica resposta.

É urgente tomar medidas preventivas que atalhem a tempo a preparação de actos contra a ordem democrática.

É urgente acabar com a impunidade, que tem sido um dos mais poderosos estímulos ao desenvolvimento da violência e do banditismo terrorista. Medidas enérgicas (com os recursos adequados) devem ser empreendidas para descobrir e liquidar os centros de conspiração, desmantelar as organizações terroristas clandestinas (ELP, MDLP e outras), prender e castigar severamente os conspiradores e os responsáveis por actos terroristas, tenham a origem que tiverem.

A contra-revolução e a provocação pseudo-revolucionária recebem do estrangeiro ordens, armas, quadros especializados e recursos financeiros. É necessário estabelecer um sério controlo das fronteiras terrestres e marítimas, através das forças militarizadas cooperando com a vigilância das populações.»

(Editorial do Avante!, 2-10-1975)

OUTUBRO

- 3 — Bomba destrói um autocarro militar no Estádio da Luz em Lisboa; atentado reivindicado pelo ELP;
- 3 — Uma bomba é detectada e despoletada no carro do actor José Viana;
- 4 — Dois petardos rebentam nas ruas do Funchal;
- 4 — Presos em Braga, no convento de Santiago, o primeiro-tenente **Benjamim de Abreu** e o major **Mira Godinho**, desertores, implicados no 11 de Março, que participavam numa reunião ao que se crê do MDLP; **Alpoim Calvão**

consegue fugir; na sequência da operação vêm a ser presos mais 12 indivíduos em Lisboa; Benjamim de Abreu era o responsável operacional do MDLP para a zona sul do País;

- 7 — Ocupação por fascistas da FLAMA do Emissor Regional da Madeira, da EN;
- 9 — Bombas nos carros dum activista do MDP/CDE e num carro da Sada em Mirandela;
- 9 — Tiros e granada contra um dirigente sindical em Montoito;
- 10 — Bomba no quartel da GNR em Lagos;
- 10 — Petardo no carro dum dirigente do PCP em Elvas;
- 10 — Bomba no carro dum elemento da CA do Município de Viana do Castelo;
- 15 — Petardo em casa dum militante do PCP em Fafe;
- 15 — Petardo no carro dum militante do MDP/CDE em Fafe;
- 15 — Petardo na sede da LCI no Porto (**Ramiro Moreira**);
- 15 — Petardo na Estação de Melhoramento de Plantas em Elvas;
- 17 — Petardo num carro em Melgaço, Braga;
- 19 — Incendiado o Centro Cultural e Social de Fânzeres, Gondomar;
- 21 — «Cocktail» Molotov na livraria Avante! no Porto (**Ramiro Moreira**);
- 23 — Tiros contra uma viatura do RALIS transportando crianças em Lisboa;
- 24 — Seis bombas em diversos carros de militantes do PCP e de militares em Lisboa;
- 24 — Bomba no Centro Regional da Reforma Agrária em Alcácer do Sal;
- 25 — Bomba na tipografia Inova do Porto (**Ramiro Moreira**);
- 25 — Saqueada a Casa de Angola em Lisboa;
- 27 — Tarjetas do MDLP, com a assinatura de Alpoim Calvão, proclama que se aproxima «a hora da libertação»;
- 27 — Em Castro Verde, morrem num desastre de viação **Mário de Deus Coutinho Dias** e **António José de Lemos Píneiro**; nos destroços do carro são encontradas armas e panfletos do ELP;
- 29 — Bomba no carro dum militante do PCP no Porto (**Ramiro Moreira**);

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE LIBERTAÇÃO DE PORTUGAL

AO APROXIMAR-SE A HORA DA LIBERTAÇÃO, EXORTO O VERDADEIRO E BOM POVO PORTUGUES A MANTER-SE DISCIPLINADAMENTE ATENTO AS PALAVRAS DE ORDEM DO M D L P, POIS É DO ESFORÇO COMUM E CONCERTADO DE TODOS NÓS QUE HÁ-DE RESULTAR A **VITORIA**

VIVA A LIBERDADE

VIVA PORTUGAL

Pelo MDLP



(Alpoim Calvão)

- 29 — Bomba no carro dum militar do CICAP/RASP no Porto (Ramiro Moreira);
- 31 — Bomba no Centro de Trabalho do PCP em Famalicão;
- 31 — Bomba no Centro de Trabalho do PCP em Fafe;

NOVEMBRO

- 1 — Petardo no carro de um militante do PCP em Chaves;
- 1 — Agressão a um dirigente sindical em Setúbal;
- 5 — Petardo no carro dum dirigente do MDP/CDE no Porto (Ramiro Moreira);
- 5 — Petardo no carro dum dirigente do MDP/CDE em Beja;
- 6 — Petardo no carro dum militante do PCP em Valpaços;
- 6 — Bomba em casa dum elemento do Secretariado do PS nos Açores;
- 7 — Petardo contra o Rádio Clube Português no Porto (Ramiro Moreira);

7 — Petardo contra a sede do PS em Lisboa;

O autor do atentado é **José Cruz Ribeiro da Silva**, mais adiante identificado como elemento da rede bombista e um dos assaltantes da Standard Eléctrica. Um outro dos assaltantes, **Panasqueira Gago**, participa igualmente neste atentado.

Ligados à CODECO e a **Vasco Montês**, ao tempo elemento da segurança do PS (ver adiante), os bombistas escolheram uma carga de fraca potência apenas para intimidar e provocar. O atentado verificou-se enquanto decorria na TV um frente-a-frente entre Mário Soares e Álvaro Cunhal; a notícia do rebentamento, dada a meio do programa, causou grande impacte.

- 9 — Petardo no cinema Nimas (RCP) em Lisboa;
- 9 — Granada no gabinete do Almirante Rosa Coutinho em Lisboa;
- 9 — Assalto e incêndio do Centro de Trabalho do PCP em Alfândega da Fé;
- 11 — Petardo contra o Centro de Trabalho do PCP em Famação;
- 11 — Petardo no carro dum membro do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto;
- 11 — Petardo no carro de um activista do MDP/CDE no Porto (**Ramiro Moreira**);
- 11 — Petardo no carro dum padre no Funchal;
- 12 — Assalto à sede do MES em Aveiro;
- 12 — Bomba no estabelecimento Colunata no Porto (**Ramiro Moreira**);
- 12 — Agressões e perseguições a militantes do PCP em Castelo de Vide;
- 12 — «Cocktail» Molotov contra a tipografia República em Lisboa;
- 13 — Ocupação do posto emissor regional da EN em Viseu;
- 14 — Petardo nos estúdios do RCP no Porto;
- 14 — Atacadas e saqueadas as instalações da União dos Sindicatos do Porto;
- 14 — Apedrejamento da sede da UEC no Porto;
- 16 — Bomba em casa dum advogado em Melgaço;
- 16 — Bomba num café de Matosinhos;
- 17 — Petardo no carro dum militante da LCI em Coimbra;
- 17 — Preso pela GNR, em Soure, um portador de material bélico de nome **José Esteves**, ligado à FNLA, à CODECO, a **Vasco Montês** e à segurança do CDS.

- 18 — Bomba na livraria do **Diário de Notícias** em Lisboa;
- 19 — Saque e fogo posto na sede do PS em Ermidas/Sado;
- 21 — Descoberta uma bomba junto do Palácio de Belém, Lisboa, onde ia decorrer uma manifestação operária;
- 21 — «Cocktail» Molotov contra a sede do PCP em Paranhos;
- 21 — Petardo no quintal dum militante do PS em Santo Tirso (**Ramiro Moreira**);
- 21 — Profusamente distribuído, em Lisboa, manifesto do ELP;
- 23 — Petardo no quintal dum militante do MDP/CDE em Santo Tirso (**Ramiro Moreira**);
- 24 — Bomba na casa dum dirigente do MDP/CDE de Viseu;
- 24 — Bomba numa fábrica de cerâmica em Chaves;
- 24 — Bomba destrói retransmissor da EN em Chaves;
- 24 — Cerco e corte dos acessos a Lisboa por agrários de Rio Maior; nesta localidade e em Porto Alto e Alcácer do Sal;
- 24 — Assalto à herdade do Roncão Velho, comandado pelo fascista **Vital Furtado**, indivíduo suspeito de ligações com uma rede de contrabando (tabaco, armas e droga) que opera no Algarve;
- 25 — Três bombas no Porto; duas em carros de militantes do PCP (**Ramiro Moreira**);
- 25 — Cerco a um local de reunião do MDP/CDE em Viseu;
- 25 — Tiros contra o carro dum dirigente sindical em Mangualde;
- 26 — Bomba no carro dum militante do PCP em Vila do Conde (**Teixeira Gomes**);
- 26 — Bomba no carro dum militante do PCP em Viseu;
- 26 — Bomba numa padaria em Vila Nova de Gaia;
- 27 — Metralhado o Centro de Trabalho do PCP em Guimarães;
- 27 — Assassinado a tiro um dirigente sindical no Porto;
- 27/28 — Perseguições e agressões a militantes do PCP em Viseu;
- 28 — Bomba no carro dum activista do MDP/CDE em Viseu;
- 28 — Bomba num estabelecimento em Braga;
- 28 — Bomba num carro no Porto;
- 30 — Bomba no Centro de Trabalho do PCP em Fafe;

- 4 — Bomba no Centro de Trabalho do PCP em Famalicão;
- 4 — Bomba na cooperativa Coopmaq em Santo Tirso (**Ramiro Moreira**);
- 7 — Bomba na cooperativa de máquinas têxteis em Guimarães;
- 8 — Bomba na garagem dum militante do MDP/CDE em Riba d'Ave (**Ramiro Moreira**);
- 8 — Comício do CDS em Rio Maior, com apelos de **Galvão de Melo** para que os comunistas sejam lançados ao mar;
- 10 — Bomba na Embaixada de Portugal em Paris, atentado reivindicado pelo ELP;
- 11 — Dois petardos na residência dum arquitecto em Valadares;

«PROBLEMAS POLÍTICOS. O problema político mais grave é o perigo da contra-revolução e da instauração duma nova ditadura. O avanço da reacção, a impunidade com que têm agido as forças reaccionárias e as organizações terroristas clandestinas exigem medidas urgentes de defesa das liberdades e da ordem democrática.

São tarefas imediatas:

- a) O combate às actividades contra-revolucionárias, o desmantelamento das organizações terroristas clandestinas como o ELP e o MDLP e a prisão e castigo dos responsáveis por actos de violência;
- b) A cessação da vaga de saneamentos à esquerda (no aparelho militar e civil) e das perseguições políticas por motivo ou a pretexto dos acontecimentos de 25 de Novembro;
- c) A defesa da ordem democrática e a garantia do exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos em todo o território nacional, pondo fim aos poderes locais reaccionários e punindo aqueles que atentem contra as liberdades.

O PCP reclama do governo e das autoridades militares que sejam revogadas nos Açores as medidas de encerramento dos Centros de Trabalho, de suspensão das actividades do PCP e outros partidos de esquerda e de exílio para o Continente de destacados militantes.

O PCP reclama igualmente que seja assegurada a defesa, contra violências e atentados, das actividades políticas em todas as regiões e localidades onde forças e caciques reaccionários impedem de facto o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.»

(Comité Central do PCP em 13-12-1975)

- 15 — Tiros contra o Centro de Trabalho do PCP em Famalicão;
- 18 — Incendiada a sede da UDP em Braga;
- 18 — Bomba na casa do presidente da CA do Município da Maia;
- 20 — Bomba num automóvel em Gondomar (**Ramiro Moreira**);
- 23 — Bomba contra o Centro de Trabalho do PCP na Póvoa de Varzim;
- 23 — Bomba na tipografia dum militante do PCP em Freamunde;
- 23 — Bomba no carro dum dirigente sindical no Porto (**Ramiro Moreira**);
- 25 — Bomba numa livraria em Vila Nova de Gaia;

1976

JANEIRO

- 2 — Metralhada a Livraria Victor em Braga;
- 3 — Em entrevista ao **New York Times**, dada em Madrid, elementos do ELP reivindicam a autoria de um certo número de atentados à bomba e de outras acções «que deram o impulso para a onda de ataques populares, no Verão passado»;
- 7 — Bomba na Cooperativa Árvore, no Porto (**Ramiro Moreira e Décio Sottomayor**);
- 7 — Petardo na casa dum militante do MDP/CDE na Póvoa de Varzim (**Ramiro Moreira**);
- 8 — Petardo no carro dum militante do PCP em Fafe;
- 8 — Bomba no carro dum técnico do IRA em Coruche;
- 8 — Bomba na casa do vice-presidente da CA do Município de Amarante (**Ramiro Moreira e Décio Sottomayor**);
- 8 — Rajadas contra um carro com turistas espanhóis em Braga;
- 8 — Uma carga explosiva colocada no carro dum advogado em Bragança não chega a explodir;
- 13 — Bomba na residência de um militante do PCP;
- 13 — Bomba no carro de um padre progressista no Funchal;

- 13 — Rajadas contra um café frequentado por militantes do PCP e MDP/CDE na Póvoa de Varzim (**Ramiro Moreira e «Zé Luís»**);
- 13 — Agressões a um militante do PS em Fátima;
- 13 — Bomba na casa dum militante do PCP em Rio Tinto (**Ramiro Moreira e Décio Sottomayor**);
- 13 — Bomba no estabelecimento Colunata, no Porto (**Ramiro Moreira**);
- 13 — Bomba numa furgoneta conduzida por um militante do PCP;
- 13 — Desordens e espancamentos na Cooperativa de Casais, Monchique;
- 14 — Duas bombas destroem instalações do SAAL no Porto (**Ramiro Moreira**);
- 14 — Bomba numa tabacaria no Porto;
- 14 — Bomba numa pastelaria no Porto;
- 15 — Bomba no estabelecimento dum militante do MDP/CDE em Vila do Conde;
- 15 — Bomba descoberta no Centro de Trabalho do PCP em Montemor-o-Novo;
- 15 — Bomba na sede do PS em Évora;
- 16 — Incendiado o carro dum elemento da CA do Município de Esposende;
- 16 — Bomba mata o seu manipulador (um agrário) em Reguengos;
- 16 — Bomba nas traseiras da Casa do Povo em Odemira;
- 16 — Petardos contra um navio soviético em Leixões (**Ramiro Moreira**);
- 16 — Petardos contra a casa dum militante do MDP/CDE em Fafe;
- 16 — Rajada contra a casa dum militante do PCP em Fafe;
- 18 — Bomba no Centro de Trabalho do PCP em Viana do Castelo (**«Zé Luís»**);
- 18 — Quatro rebentamentos em Viseu;
- 18 — Bomba no estabelecimento dum militante do MDP/CDE em Santo Tirso;
- 19 — Petardo em casa dum militante do PCP em Bragança;
- 19 — Incendiado o Centro de Trabalho do PCP em Olhalvo;
- 20 — Petardo na sede do MES em Faro;

- 21 — Bomba na casa dum ex-membro da CA do Município de Santo Tirso (**Ramiro Moreira**);
- 21 — Bomba no Centro de Trabalho do PCP em Mértola;
- 21 — Petardo numa tabacaria no Porto;
- 21 — Tentativa de fogo posto na carpintaria dum militante do PCP em Arruda dos Vinhos;
- 21 — Petardo no carro dum militante do PCP em Seia;
- 21 — Petardo no carro do presidente do Sindicato dos Lanifícios em Gouveia;
- 21 — Assalto e roubo no Sindicato dos Fogueiros no Porto;
- 23 — Bomba na FAOJ em Braga (**Ramiro Moreira, Macedo e Regadas**);
- 23 — Bomba no carro do actor José Viana em Lisboa;
- 24 — Bomba no carro de uma militante do PCP em Lisboa;
- 24 — Bomba no carro dum militante do PCP em Chaves;
- 24 — Bomba na Cooperativa Popular de S. Martinho no Funchal;
- 25 — Bomba na Associação Cultural de Braga;
- 28 — Petardo no carro dum militante do PCP na Póvoa de Varzim (**Teixeira Gomes e Marques da Costa**);
- 29 — Braga: 7 atentados bombistas, principalmente dirigidos contra sindicatos (**Ramiro, Macedo, Regadas, Marques da Costa, Teixeira Gomes, Rangel, Gonçalo Gonçalves, Menezes e Caimoto**);
- 29 — Incendiado um edifício onde se localizavam as sedes do MES, UDP e FSP na Covilhã;
- 29 — Bomba na casa do padre de A-Ver-o-Mar (**Ramiro, Regadas, Rangel**);
- 30 — Assalto à Standard Eléctrica em Cascais; as investigações conduzem à descoberta duma rede de tráfico de armas e revelam ligações com rede bombista;

O bando de assaltantes está ligado à CODECO, tendo um plano para assaltar empresas geridas por trabalhadores para angariar fundos. As reuniões do bando realizavam-se na Costa da Caparica numa casa cedida pelo Joaquim Centeio (da segurança do PS). Vêm a ser presos, julgados e condenados por este assalto: **António Jorge Panasqueira Gago, António José Bouça Areal, João Pedro Tavares, Manuel Lúcio Cruz Ribeiro da Silva e José Cruz Ribeiro da Silva**; um sexto indivíduo, **José Carlos Vieira**, é entregue ao foro militar. O **José Cruz Ribeiro da Silva** ou «Zé Luís» estabelecia ligações com outros bandos terroristas, nomeadamente com os grupos de **Ramiro Moreira** e de **José Maria Ber-**

nardo Pinto (Esquadrões Chipenda); tinha ligações igualmente com o João «Veríssimo», com o Rui Moreira (patrão da Molaflex), com o Centeio e Montês, com grupos de retornados reaccionários; participou no atentado bombista contra a Casa de Angola e no assalto com que um bando de retornados procurou completar o atentado.

Os assaltantes da Standard Eléctrica, no próprio dia do assalto, jantaram com o general Galvão de Melo num restaurante de Lisboa; Galvão de Melo vive nas imediações da empresa assaltada, em Cascais.

- 31 — Santo Tirso: atentado bombista contra a residência de um activista do MDP/CDE (**Ramiro Moreira**);
- 31 — Lisboa: 2 cargas de plástico explodem em automóveis;

FEVEREIRO

- 1 — Barcelos: atentado bombista contra a Cooperativa Niltex; presos os autores, 7 indivíduos ligados ao antigo patrão; são postos em liberdade;
- 3 — Braga: falha um atentado bombista contra o carro de um médico;
- 3 — Mirandela: assaltado e destruído o único Centro de Trabalho do PCP que ainda existia no distrito de Bragança: o assalto é comandado por um indivíduo do CDS de nome **Morais**;

Com adesão significativa realiza-se uma paralisação de protesto contra a onda terrorista, convocada pela União dos Sindicatos de Lisboa, à qual aderiram mais de seis distritos.

Durante a paralisação foram aprovadas pelos trabalhadores diversas moções exigindo «medidas eficazes contra as acções desencadeadas pelos bandos fascistas do ELP e MDLP».

- 5 — Coima: preso um indivíduo suspeito, que confessou preparar-se para atacar o Centro de Trabalho do PCP; foram-lhe apreendidas armas e explosivos;
- 5 — Leiria: bomba explode junto à sede do CDS;
- 6 — Trofa: detectada uma encomenda com armas e munições dirigida a um cacique (CDS) da Póvoa de Varzim;
- 7 — Santa Marta de Penaguião: encontrados no sótão da Casa do Povo (dirigida por caciques do CDS e PPD) caixotes de munições e granadas e 20 armas de guerra;

As investigações sobre este caso são abafadas pelo presidente da CA da Câmara Municipal; afirma que a investigação, a

prosseguirem, iriam prejudicar o CDS, que preparava uma iniciativa local de propaganda.

- 7 — Mangualde: atentado bombista contra a casa dum militante do PCP;
- 7 — Penalva do Castelo: atentado bombista contra a casa dum militante do PS;
- 11 — Dois petardos explodem no Porto, um dos quais junto à empresa Rolsol, cujos trabalhadores estão em luta contra o regresso do patrão (**Ramiro Moreira**);
- 11 — Vila Real: bomba de grande potência rebenta na Câmara Municipal, onde está patente uma exposição da Associação Portugal-URSS (**Macedo e Ramiro** por ordem de **Mota Freitas**);
- 13 — Porto: 2 petardos explodem sem objectivo aparente (**Ramiro Moreira**);
- 13 — Mirandela: explosão e fogo posto numa tipografia (2 mortos);
- 14 — Guimarães: fogo posto destrói uma fábrica em auto-gestão;
- 14 — Mangualde: 2 automóveis (um dos quais de um activista do MDP) destruídos à bomba;
- 15 — Braga: bomba destrói um automóvel;
- 20 — Rebentamento de um engenho no Funchal, no percurso a percorrer pelo primeiro-ministro;
- 20 — Viana do Castelo: detidos pela PSP e entregues ao QG da RMN sete indivíduos, aos quais são apreendidos engenhos explosivos;
- 23 — Rebentamento de um engenho no carro de um deputado do PS no Funchal;
- 23 — Famalicão: petardo contra o Centro de Trabalho do PCP;
- 25 — Bomba no carro de um militante da FEC no Funchal;

MARÇO

- 3 — Rebentamento de um forte petardo na Fonte de Pau, no Funchal;
- 4 — Rebentamento de um forte petardo na Boa Nova, Funchal;

- 6 — Porto: arruaceiros assaltam e destroem a sede do FAOJ, entoando o Hino da Mocidade Portuguesa, não identificados pela PSP;
- 6 — Porto: 2 explosões em locais concorridos (**Ramiro Moreira**);
- 7 — Alvalade do Sado: arruaceiros assaltam a sede do PS e hasteiam a bandeira do CDS;
- 9 — Bomba no jornal **O Sol** em Lisboa;
- 10 — Coruche: agrários ligados ao CDS e à CAP assaltam o Centro Regional da Reforma Agrária;
- 10 — Braga: «**Correcios**» agridem à chicotada militantes do PCP que procediam à colagem de cartazes, afirmando que ali só permitiam cartazes do ELP e do CDS;
- 14 — Porto: rajada de arma automática contra as instalações em Felgueiras do Sindicato dos Têxteis;
- 15 — Espinho: carga explosiva contra o Centro de Trabalho do PCP;
- 16 — Porto: atentado com 2 petardos contra uma empresa pertencente a um militante do PCP;
- 20 — Paranhos: bomba contra a sede da UDP;
- 22 — Porto: atentado bombista contra a Faculdade de Economia (**Ramiro, Teixeira Gomes, Marques da Costa e Rangel**);

«É um atentado contra a unidade entre os estudantes e o povo trabalhador, é uma bomba contra o ensino e a cultura — a prova de que às forças da reacção não interessa a cultura, mas sim a perpetuação do obscurantismo, essencial à sua prática de exploração económica e social.»

(Comunicado da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto)

- 23 — Funchal: reaccionários da Flama/CDS/PPD sequestram um militante do PCP, funcionário do MEIC; são todos identificados;
- 24 — Porto: petardo contra a Livraria Vento Leste, do MRPP;
- 24 — Porto: 2 petardos contra a residência de um assistente da Faculdade de Economia (**Ramiro Moreira**);
- 25 — Rebentamento de um petardo numa padaria em Canelo, Gaia (**Ramiro Moreira**);
- 25 — Rebentamento de um engenho num carro dum oficial do QG da RMN no Porto (**Pedro Meneses**);

- 26 — Porto: petardo explode na Ordem dos Médicos;
- 26 — Portimão: rebentamento de um petardo no carro de um militante da FSP;
- 27 — Marco de Canaveses e Várzea do Douro: reaccionários agridem um candidato a deputado pelo PCP e um guarda da GNR que tentou protegê-lo; são todos identificados, encontrando-se entre eles o agente da PIDE **Joaquim de Azevedo Soares**;

O pide Azevedo Soares já foi «julgado» pela sua participação na máquina de terror do fascismo, tendo sido «condenado» pelo juiz **Barata** a uma pena já expiada. Quando da agressão, o pide Azevedo Soares estava em liberdade provisória; a sua participação nesta acção criminosa deveria tê-lo levado de novo à prisão, o que não se verificou.

- 27 — (Espanha: as autoridades espanholas interceptam um carro que se dirigia para Portugal e que continha armas automáticas e explosivos; os ocupantes são detidos, encontrando-se entre eles um agente da ex-PIDE e o **Asp. Marcelino da Mata**;
- 28 — Olhalvo: um grupo de mixordeiros e grandes intermediários, todos identificados, desencadeia uma série de violências com o objectivo de impedir a reconstrução do Centro de Trabalho do PCP; todos eles haviam já sido denunciados como autores do assalto e destruição daquele Centro de Trabalho;
- 29 — Bragança: funcionária da DGD encontra nas instalações velas de dinamite, detonadores e rastilho;
- 30 — Lisboa: assalto à sede do PRT; a PSP deteve 4 dos assaltantes;
- 31 — Porto: assalto e destruição de material do Teatro de Campo Alegre;

ABRIL

- 2 — Vila Real: atentado bombista de que resultou a morte do padre Maximino de Sousa e da estudante Maria de Lurdes Pereira;

«O terrorismo é hoje a expressão mais esclarecedora dos métodos e propósitos da direita e da reacção. O terrorismo mostra bem o futuro que a direita reservaria ao nosso povo no caso de conse-

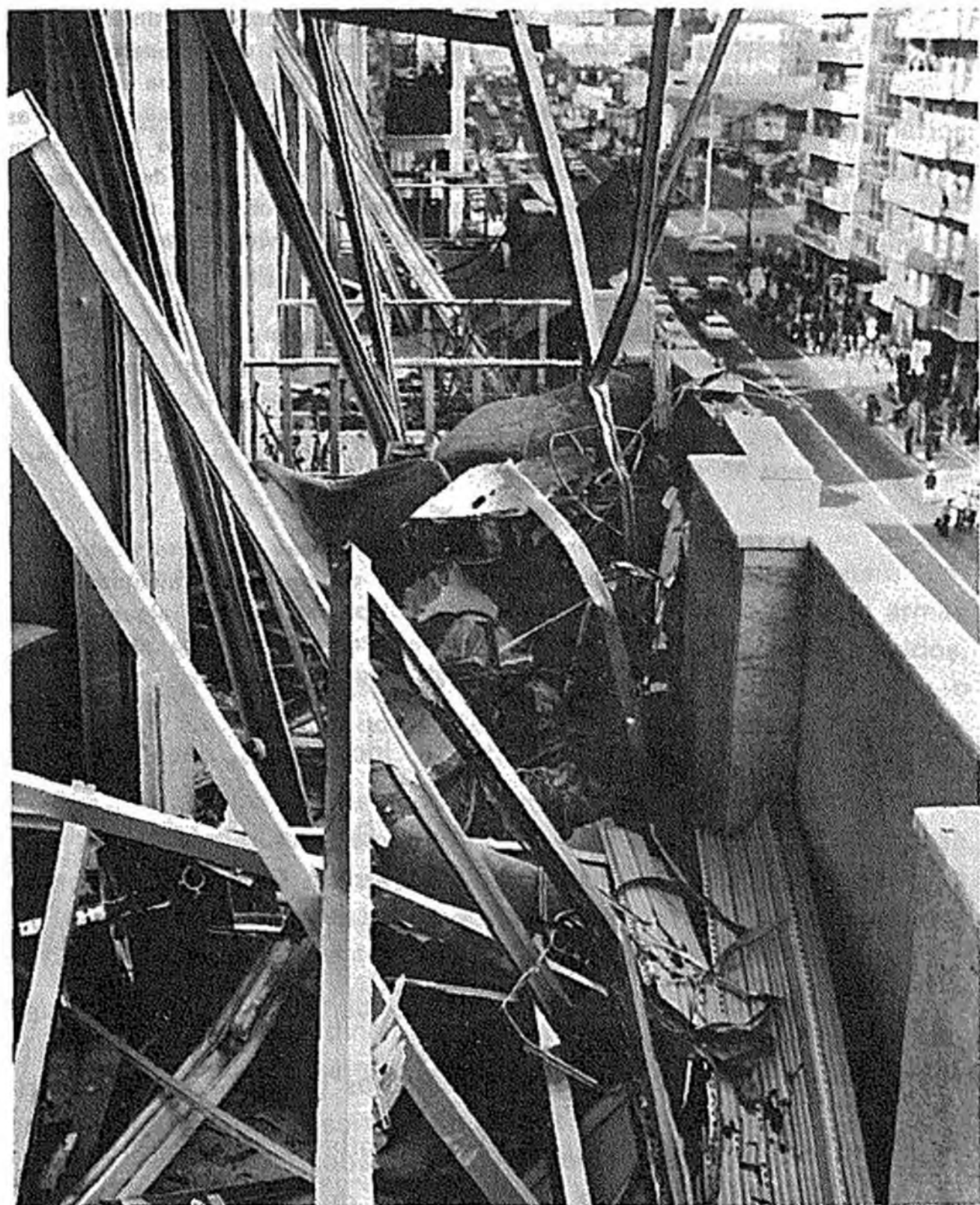
guir liquidar a situação democrática. Os factos continuam a demonstrar que, como o PCP sempre alertou, a escandalosa impunidade de que gozam os fascistas, resultante de uma inquietante passividade das autoridades, estimula e torna mais audaciosas as actividades terroristas. É efectivamente significativo que apesar de já se terem verificado mais de três centenas de atentados, que apesar de muitos dos agitadores e provocadores reaccionários terem sido oportunamente identificados, não se tenha conhecimento de que algum deles continue detido, tenha sido julgado ou condenado.

O PCP reclama energicamente que sejam finalmente tomadas medidas para desarticular as organizações terroristas, punir severamente os apoios políticos e materiais que recebem.»

(Nota da SIP do PCP sobre o atentado verificado em Vila Real em 2-4-1976)

O Grupo de Reflexão, Acção e Intervenção do Porto (sacerdotes e leigos) publicou um comunicado condenando o atentado terrorista que vitimou o padre Maximino, denunciando alguns órgãos de informação que pretenderam «transformar este atentado de feição política num atentado de origem passional».

- 2 — Vagos: carga explosiva e incendiária descoberta no Pinhal da Soza;
- 3 — Porto: petardo no restaurante Cabana, em Miramar;
- 7 — Porto: atentado bombista contra o Centro de Trabalho do PCP na Areosa;
- 9 — Porto: bomba num carro;
- 10 — Porto: bombas em 2 carros pertencentes a militantes do PCP (**Ramiro Moreira**);
- 13 — S. João da Madeira: arruaceiros do CDS e PPD espancaram 17 trabalhadoras da Fábrica Paulo Presman; todos os agressores foram identificados;
- 14 — Comunicado do ELP, enviado de Espanha, ameaça de morte os elementos da Comissão de Trabalhadores da Maiombe; a acção segue-se a outras violências praticadas por **José Galvão de Melo**, ex-patrão da empresa;
- 15 — Ponta Delgada: roubo de 55 kg de explosivos;
- 15 — Amarante: bomba contra a residência de um deputado do PPD (**Ramiro Moreira** e **Manuel Macedo**);
- 15 — Santarém: agressão organizada contra o presidente do Sindicato dos Operários Agrícolas; os agressores são identificados;



Destruição e morte em consequência do atentado bombista contra a Embaixada de Cuba. Dos cinco autores do atentado só três se encontram presos. A solta anda também o terrorista que planeou e comandou o atentado, o cacique Joaquim Ferreira Torres

- 22 — Explosão de um petardo na sede do PCP em Porto Santo;
- 22 — Porto: fogo posto na Casa de Angola;
- 22 — Lisboa: bomba na Embaixada de Cuba, provocando a

morte a 2 cidadãos cubanos (Ramiro, Teixeira Gomes, Marques da Costa, Rangel e Décio Sottomayor);

«Como o PCP tem afirmado, os atentados, o terrorismo, são apenas um exemplo do clima de violência e de instabilidade que as forças reaccionárias reservariam para Portugal, caso tomassem o poder.

O PCP denuncia não só mais este atentado terrorista como também toda a actividade que o preparou e com ele se conjuga. O atentado contra a Embaixada de Cuba completou, por outros meios, a intensa campanha de calúnias em que os partidos e jornais reaccionários se empenham contra os países socialistas, nomeadamente contra Cuba.

O PCP chama a atenção para o facto de, hoje mesmo, o jornal O Século ter dedicado as páginas centrais do seu suplemento à divulgação das maiores falsidades e calúnias sobre as conquistas do povo cubano. Por sua vez, o grupelho reaccionário AOC utilizou ainda hoje grande parte do seu programa de propaganda na RTP para semear o ódio cego contra Cuba socialista. Tais actuações assumem a grave responsabilidade de conivência ideológica com o criminoso atentado.»

(Nota da SIP do PCP)



Explosão num carro armadilhado, estacionado perto do Centro de Trabalho do PCP na Avenida da Liberdade. O atentado destina-se a assinalar, por parte dos fascistas, o 1.º de Maio de 1975

- 24 — Sintra: agressão organizada contra um candidato a deputado do PCP no Mucifal;
- 24 — Porto: 2 bombas explodem, com pequeno intervalo, em automóveis (**Ramiro Moreira**);
- 25 — Murça: explosão dum bomba nas mãos do seu detentor, um laçao do cacique de Murça: o atingido é do PPD;
- 26 — Barcelos: provocadores do PPD semeiam a desordem e o terror numa festa promovida pelo PS em Vila Seca;

MAIO

- 1 — Lisboa: bomba junto ao Centro de Trabalho do PCP do Hotel Vitória, 1 morto e 6 feridos (**Ramiro, Teixeira Gomes, Marques da Costa e Rangel**);
- 1 — Ponte da Barca: Agressão a um militante do PCP, Manuel Joaquim Vale da Silva, de 27 anos, que lhe provoca a morte três dias depois. Os agressores eram indivíduos afectos ao CDS e PPD, alguns deles implicados também no assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP em Ponte de Barca, em Agosto de 1975; são todos identificados;
- 4 — Coimbra: Explosão dum petardo nas proximidades do Estádio Municipal, onde decorria um comício do CDS;
- 6 — Alcobaça: Explosão de um petardo num estabelecimento de um militante do MDP (**Ramiro, Teixeira Gomes e Marques da Costa**);
- 7 — Melgaço: descobertos 7 kg de explosivos guardados num anexo da Escola Preparatória;
- 7 — Matosinhos: explosão de uma bomba junto ao edifício do Centro de Trabalho do PCP na freguesia de Senhora da Hora;
- 9 — Estoril: explosão de uma bomba, que estariam a preparar, na casa do ex-latifundiário **D. Luís Coutinho**; provocou ferimentos no filho deste (**João de Almeida Dias Coutinho**), 24 anos, e num seu amigo (**João Pedro Galvão Arouca**) ambos inscritos no CDS; ficam sob prisão, sendo pouco depois postos em liberdade;

O **João Coutinho** é o principal suspeito da autoria do atentado bombista verificado em Cascais contra a messe do Estado-Maior

da Armada em 21 de Setembro de 1975. Crê-se que a bomba que lhe rebentou em casa se destinava a uma acção de intimidação contra um festival de cinema que na altura decorria no Casino do Estoril.

- 9 — Murça: agressão à fachada por um grupo de caceteiros a um militante socialista. A GNR não intervém;
- 10 — Porto: rebentamento de um petardo lançado de (ou para) uma janela, sem objectivo aparente;
- 14 — Rebentamento de um petardo no Funchal num estabelecimento que se encontra em autogestão;
- 14 — Lisboa: bomba na Torre de um dos radares do aeroporto da Portela (**Ramiro, Teixeira Gomes e Marques da Costa**);
- 15 — Coruche: nova agressão a Jerónimo Bom, presidente do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém; o Sindicato identifica num comunicado todos os agressores;
- 17 — Um «Cocktail» Molotov destrói o carro de um activista de esquerda no Funchal;
- 17 — Cascais: descoberta antes de explodir uma granada armadilhada num carro;
- 18 — Gaia: agressão a um dirigente do Sindicato dos Tapeiteiros e Cordoeiros do Norte; o agressor foi o patrão da empresa;
- 21 — Freamunde: bomba na oficina de marcenaria dum militante do PCP;

«O ELP, o MDLP e os partidos de direita constituem o complot fascista, os primeiros como organizações clandestinas, ilegais, onde actuam bandos de patifes formados por toda a casta de marginais e os segundos como organizações onde se acoitam os candidatos a "governantes" que propõem "alternativas", que falam de contra-revolução num tom beatífico e claustal e se benzem sempre que ouvem falar de socialismo.»

(Comunicado conjunto das organizações de Freamunde MDP/PCP/PS)

- 21 — Santo Tirso: bomba contra a casa de um militante do MDP que provoca 2 feridos e 1 morto. Denunciado pelo MDP **Ramiro Manuel Moreira**, como um dos responsáveis pelo atentado. (Matrícula do carro: Opel branco 1604 HN-95-96). Ramiro Moreira defende-se da acusa-

ção em entrevista a **O Comércio do Porto**. Foi também um dos assaltantes à sede do MDP em Agosto de 1975, na Av. da Boavista (**Ramiro, Teixeira Gomes e Marques da Costa**);

- 21 — Freamunde: bomba na oficina de mercenaria dum militante do PCP;
- 27 — Porto: explosão de dois petardos junto à casa de um militante do PCP (**Ramiro, Teixeira Gomes e Marques da Costa**).

JUNHO

- 4 — Lisboa: agressão em S. Bento aos deputados comunistas Jaime Serra e Francisco Miguel por um grupo de retornados. A PSP não intervém. Preso um dos agressores; «É de exigir [...] o exemplar castigo dos criminosos agressores.»

(Vasco da Gama Fernandes, Presidente da Assembleia da República)

A agressão enquadra-se numa operação provocatória montada por um bando de retornados reaccionárias que se encontravam acampados nas imediações de S. Bento. A agressão é comandada por **João Serejo**, «secretário-geral» da chamada Inter-Organizações de Refugiados, IOR, que aparece pela primeira vez com esta operação. Serejo não é incomodado pela polícia. A agressão aos deputados comunistas não foi um acto isolado: os mesmos bandoleiros haviam assassinado com 32 facadas um popular, dias antes.

- 4 — Porto: petardo rebenta em **O Comércio do Porto**;
- 5 — Lisboa: bomba nas instalações das Associações de Amizade Portugal-Moçambique-Angola e Portugal-Guiné: 17 feridos. Um preso suspeito de estar envolvido no atentado foi logo libertado;
- 5 — Explosão de uma bomba no edifício da Caixa de Previdência no Funchal;
- 6 — Aljustrel: explosão de uma carga de plástico na casa de um encarregado da mina;
- 7 — Lisboa: bomba no MEIC;
- 9 — Póvoa de Varzim: bomba na Cooperativa António Sérgio, destruindo por completo o edifício (**Ramiro e Marques da Costa**);

- 9 — Lisboa: rebentamento de um «Cocktail» Molotov na Livraria Popular dos Olivais (CDL);
- 13 — Mirandela: provocação contra uma festa organizada pelo PCP na freguesia de Carvalhais, que dá origem a um conflito de que resultaram vários feridos, incluindo o próprio provocador. Trata-se de **Serafim Jacob** (um dos assaltantes ao Centro de Trabalho do PCP e da Cooperativa Coopgente);
- 15 — Nazaré: agressão à pedrada a 8 militantes comunistas quando procediam à colagem de cartazes da campanha eleitoral. Identificado um dos agressores e apresentada queixa na PSP;
- 19 — Arouca: petardo rebenta na residência paroquial em Escariz;
- 20 — Lisboa: bomba nas instalações da empresa Zanco, adjudicatária das obras de construção da barragem de Cabora Bassa;
- 26 — Porto: bomba no carro dum militante comunista estacionado nas proximidades do Palácio de Cristal, onde decorria um comício do PCP (**Ramiro Moreira**);
- 26 — Vila do Conde: bomba na sede do PPD (**Ramiro, Teixeira Gomes e Marques da Costa**);
- 26 — Braga: agressão na localidade de Real a um militante comunista pelo bando de provocadores «**Os Corrécios**». Provocação contra a população com disparo de tiros, um dos quais atingiu um militante do PS;
- 27 — Lisboa: bomba de elevada potência na Associação de Amizade Portugal-URSS. Prejuízos de algumas centenas de contos;
- 30 — Lisboa: bomba na Intersindical. Engenho explosivo de grande potência. Um ferido.

«A Intersindical tem sido um dos alvos principais dos inimigos dos trabalhadores, tendo sido usados contra ela os meios mais diversos, desde os atentados bombistas à sede da US de Braga e a diversos sindicatos da mesma cidade, aos assaltos e incêndios às sedes das US de Viseu, Porto e Aveiro, às calúnias e mentiras nos jornais reaccionários, tudo tem sido utilizado para destruir a Intersindical Nacional. A bomba desta madrugada é apenas o mais recente passo desse processo.

Tal acção tem sido encorajada pela falta de actuação das autoridades responsáveis pela manutenção da ordem democrática e

tem recebido cobertura da parte das forças políticas, que em vez de combater a recuperação capitalista preferem dirigir as baterias contra os trabalhadores, tentando ilegalizar a Intersindical.»

(Comunicado do Secretariado da Intersindical)

JULHO

- 2 — Paralisação de trabalho por meia hora em protesto contra o atentado contra a Intersindical. A adesão é significativa. Durante a paralisação são aprovadas inúmeras moções de protesto:

TRABALHADORES DA STANDARD ELÉCTRICA:

«Exigem das entidades oficiais que de uma vez por todas tomem as medidas necessárias para que os autores destes atentados sejam severamente punidos.»

TRABALHADORES DA SEICLA:

«Apelam às entidades responsáveis para que acabem com actos de vandalismo.»

TRABALHADORES DA HESKA:

«Veemente repúdio por este acto terrorista, que pretende intimidar os trabalhadores e criar um clima propício às tentativas reaccionárias de ilegalização da Inter e de recuperação capitalista.»

TRABALHADORES DA SOREFAME:

«Exigem uma acção firme que acabe de vez com o terrorismo no nosso país, que desejamos transformar numa pátria democrática.»

- 2 — Braga: agressão ao Dr. Humberto Soeiro pelo bando «Os Corrécios». Estes são presos dias depois;
- 7 — Santo Tirso: incêndio criminoso na Junta de Freguesia de Vila das Aves. Teria sido pelo facto de a Comissão Administrativa ter permitido o funcionamento, nas referidas instalações, de uma feira do livro organizada pelo Grupo de Intervenção e Animação Cultural;
- 10 — Aveiro: incêndio criminoso na mata circundante da Base Aérea da Cortegaça. **Manuel de Jesus Silva** é preso em flagrante delito. **O Comércio do Porto** afirma que este é militante do PCP, o que é desmentido pela DORN e por ele próprio;

- 10 — Alverca: 7 bombas destroem torres de alta tensão, no dia da tomada de posse do Presidente da República (Ramiro, Rangel e Marques da Costa);

«O PCP pronuncia-se uma vez mais pela necessidade urgente de dar firme, resoluto e decisivo combate aos instigadores e fautores do terrorismo, por forma a que o regime democrático que a Constituição consagra seja uma realidade e uma lei em todo o País. Os actos de terrorismo com que a reacção, derrotada noutros campos, procura impedir a institucionalização da democracia e desacreditar o regime democrático, não podem continuar a ser tolerados, assim como não pode continuar a ser subestimada a ameaça que o terrorismo representa.

O PCP volta a reclamar que sejam tomadas enérgicas medidas contra o terrorismo e seus apoios políticos e que o combate às actividades e organização reaccionárias e fascistas não se fique por declarações de intenção.

Continuando a esperar de todas as forças democráticas a firme condenação do terrorismo e uma actuação consequente contra a reacção, o PCP apela para a serenidade e vigilância dos trabalhadores, por forma a desmascarar e denunciar os que por qualquer forma atentem contra a democracia portuguesa.»

(Nota da SIP do PCP sobre o atentado bombista de 14 de Julho)

- 19 — Freamunde: atentado a tiro contra um dirigente sindical; o agressor é preso pela GNR;
20 — Lisboa: bomba contra a Casa de Angola;

«Esperamos que os responsáveis portugueses saibam tirar todas as ilações deste atentado e compreendam sem reservas todas as críticas que o MPLA e o Governo Angolano sempre levantaram à impunidade com que actuaram os autores e inspiradores dos anteriores atentados e à tolerância que permite que publicações sem escrúpulos alimentadas pelos fundos da corrupção imperialista aviltem a imprensa portuguesa com as suas calúnias e difamações contra o povo e a nação angolana, como de resto o fazem contra o povo e a nação portuguesa.»

(Comunicado do Comité 4 de Fevereiro)

- 22 — Lisboa: bomba nas instalações da DETA — linhas aéreas de Moçambique;

«O atentado terrorista que atingiu as instalações da DETA em Lisboa inscreve-se obviamente num plano de inspiração fascista

que visa, mais do que destruições físicas e danos materiais, comprometer a normalização de relações, a todos os níveis, com os novos países de expressão portuguesa.»

(Nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros)

- 23 — Lisboa: bomba nas instalações da Associação de Amizade Portugal-RDA;

«O País tem direito à verdade e certamente justiça será feita.»

(Major Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros)

«Urge levar ao fim a desmontagem política [...] da rede que pretende fundar o Estado sobre a bomba.» Congratulando-se com “as declarações inequívocas das autoridades de segurança nesse sentido” e denunciando os apelos “em termos humanitoides à concórdia universal” como só aproveitando “a bomba seguinte” que pode muito bem “vir a visar os próprios apóstolos da concórdia”.

(Comunicado da Intervenção Socialista)

«A crescente audácia e gravidade das acções terroristas constitui não apenas um desafio ao regime democrático, que não pode ser admitido, mas também um arrogante desafio lançado contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução, que em sucessivas declarações têm vindo a condenar tais actividades como ofensivas do regime consagrado na Constituição.

Para cimentar a confiança popular no empenhamento democrático e antifascista dos órgãos do poder, em defesa da sua autoridade democrática e para pôr termo às inquietações e apreensões suscitadas pela escandalosa impunidade que o terrorismo tem desfrutado, torna-se imperioso que sejam tomadas urgentemente medidas eficazes e enérgicas contra os inimigos da liberdade e da democracia.

O PCP exorta os trabalhadores e as massas populares, todos os democratas e antifascistas, a que continuem a insistir vigorosamente na justa exigência da rápida identificação dos agentes e mentores do terrorismo, do pronto desmantelamento das suas organizações clandestinas e de uma indispensável investigação em profundidade sobre os apoios políticos e materiais que recebem.»

(Nota da SIP do PCP)

- 23 — Lousã: fogo posto no perímetro florestal; preso o incendiário, que vem a ser posto em liberdade;
- 29 — Vila da Feira: brutal agressão contra um membro de uma Comissão de Trabalhadores e candidato a depu-

tado pelo PS; os agressores, que não foram presos, pertencem a uma «Comissão de Apoio ao regresso do patrão»;

AGOSTO

- 3 — Vila Real: fogo posto na estrada da Nogueira; no mesmo dia é preso o incendiário de Santa Marta de Falperra;
- 3 — Oliveira do Douro: agressão organizada contra um militante do PCP; os agressores são identificados;
- 4 — Mafra, Sintra, Loures, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço: 11 incêndios de origem criminosa;
- 5/6/7 — Presos alguns dos principais implicados na rede bom-
e 12 bista;
- 16 — Ermesinde e Viana do Castelo: encontrado abandonado material de guerra diverso;
- 17 — Lisboa: falsos alarmes de bombas em dois locais;
- 18 — Presos alguns dos principais implicados na rede bom-
bista;
- 21 — Pinhel: preso um incendiário e lançada grande campanha de calúnias pela imprensa reaccionária, atribuindo a um militante do PCP a «encomenda» dos incêndios.
- 23 — Presos alguns dos principais implicados na rede bom-
bista.

SETEMBRO

- 1 — Faro: agressão contra um dirigente sindical;
- 3 — Porto: 3 explosões quase simultâneas, pouco antes da chegada do Presidente da República, junto às sedes do PS e PPD e do QG da RMN; uma quarta bomba, junto à sede do CDS, não chegou a explodir (**Esquadrão Chিপenda**);

«Actos desesperados dos inimigos da democracia e de Portugal, que procuram na agitação e desestabilização do País o caminho criminoso para o regresso ao passado.»

(Comissão Executiva da Federação Distrital do Porto do Partido Socialista)

«A DORN do PCP vem, uma vez mais, reclamar que as investigações iniciadas prossigam até ao completo esclarecimento e

castigo dos responsáveis por mais de seis centenas de atentados neste último ano. As pressões que a direita reaccionária vem fazendo para paralisar as investigações, para confundir e mistificar a opinião pública com uma nova campanha de diversão anticomunista, para ocultar o envolvimento de conhecidas figuras de direita no processo, têm que ser vencidas. A verdade tem que ser conhecida. Todos os responsáveis têm que ser presos, julgados e condenados.»

(Direcção da Organização Regional do Norte do PCP)

- 4 — Penalva do Castelo: explosão de 2 petardos;
- 5 — Cascais: atentado bombista contra o carro de um sargento deficiente das FA;
- 5 — Famalicão: um bando de caciques invadiu a igreja de Arneso e espancou um grupo de jovens ligados a trabalho de animação cultural; são identificados;
- 10 — Lisboa: encontrado um engenho explosivo e incendiário no Penta Hotel;
- 13 — Lisboa: encontrado um engenho semelhante no Hotel Altis; descoberto no quarto de um hóspede material de guerra, cargas explosivas e literatura reaccionária (designadamente da FNLA);

O hóspede detentor dos explosivos havia, dias antes, assassinado a tiro um indivíduo no Hotel Lys, encontrando-se preso por esse motivo.

- 14 — Porto: atentado bombista contra a casa de um militante do PCP;
- 14 — **Marcelino da Mata** apresenta-se às autoridades militares portuguesas, ficando a aguardar em liberdade a conclusão do seu processo;
- 15 — Lisboa: descobertas numa estação dos CTT 2 cartas explosivas expedidas de Frankfurt;
- 15 — Chaves: detido um contrabandista de explosivos; não lhe é atribuída ligação com a rede bombista, embora os explosivos que transportava sejam do tipo dos que rebentaram no Porto em 1-9-1976;
- 16 — Porto: tentativa de assalto ao Banco de Portugal por indivíduos que utilizaram carrinhas pintadas da cor dos carros do Exército;

O caso das carrinhas, encontradas incendiadas nos arredores do Porto, vem a ser atribuído ao «Esquadrão Chipenda», bando terro-

rista de que fazem parte, entre outros: **João Stuart Vasconcelos**, **José Maria Bernardo Pinto** e **Carlos Favas**. Para além dos indivíduos que vêm a ser presos faz parte do bando **Carlos Alberto Baptista Ferreira**, o «capitão» Ferreira, que comandou as operações de reconhecimento para a invasão de Angola, com o nome de guerra de «Leonardo».

O Carlos Favas havia participado no assalto ao Banco de Nova Lisboa, de onde foram roubados 117 000 contos; preso em Lisboa em 15 de Novembro de 1975 com cerca de 6 000 contos em moeda angolana e diamantes, é posto em liberdade após o 25 de Novembro. Também o José Maria Bernardo Pinto estivera preso, tendo sido posto em liberdade após o 25 de Novembro.

- 23 — Lisboa: rebentamento de uma carga explosiva na FIL, onde ia começar no dia seguinte a Festa do «Avante!»;
- 23 — Figueira da Foz: encontradas numas obras 2 bombas de relógio;
- 28 — Porto: descoberta na central dos telefones uma carga explosiva.

OUTUBRO

- 8/12/24 — Novas prisões de indivíduos acusados de ligações à rede bombista;
- 11 — Alameda (Castelo Branco): bomba destrói parcialmente a residência paroquial;
- 13 — Lisboa: rebentamento de 2 engenhos explosivos junto aos Hotéis Sheraton e Ritz;
- 14 — Lisboa: detectado e neutralizado um engenho explosivo junto ao Hotel Altis;
- 25 — Lisboa: 37 cargas explosivas são encontradas abandonadas ao longo da linha de Sintra.

NOVEMBRO

- 1 — Évora: petardo no carro de um funcionário do IRA;
- 9 — Porto: detectado e neutralizado um engenho explosivo no carro de um agente da PJ do Porto;

«Vítimas directas dos atentados terroristas dirigem telegramas ao Presidente da República, Conselho da Revolução, grupos parlamentares do PS e PCP, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Ministros da Justiça e Administração Interna,

manifestando a sua preocupação “a verificarem [...] que houve uma travagem nas investigações”.

E acrescentam:

«Quando há vidas ceifadas e famílias destroçadas pelo terrorismo fascista que aguardam uma reparação da justiça, o castigo dos bombistas e a indemnização de milhares de contos de prejuízos materiais que lhe foram causados, é altamente preocupante que possam ser libertados alguns dos bombistas presos, como já sucedeu.»

15 — Lisboa: atentado contra a casa do Eng. Lopes Cardoso;

«O que é de lamentar é que os bombistas não só continuem à solta, como estejam a ser soltos.»

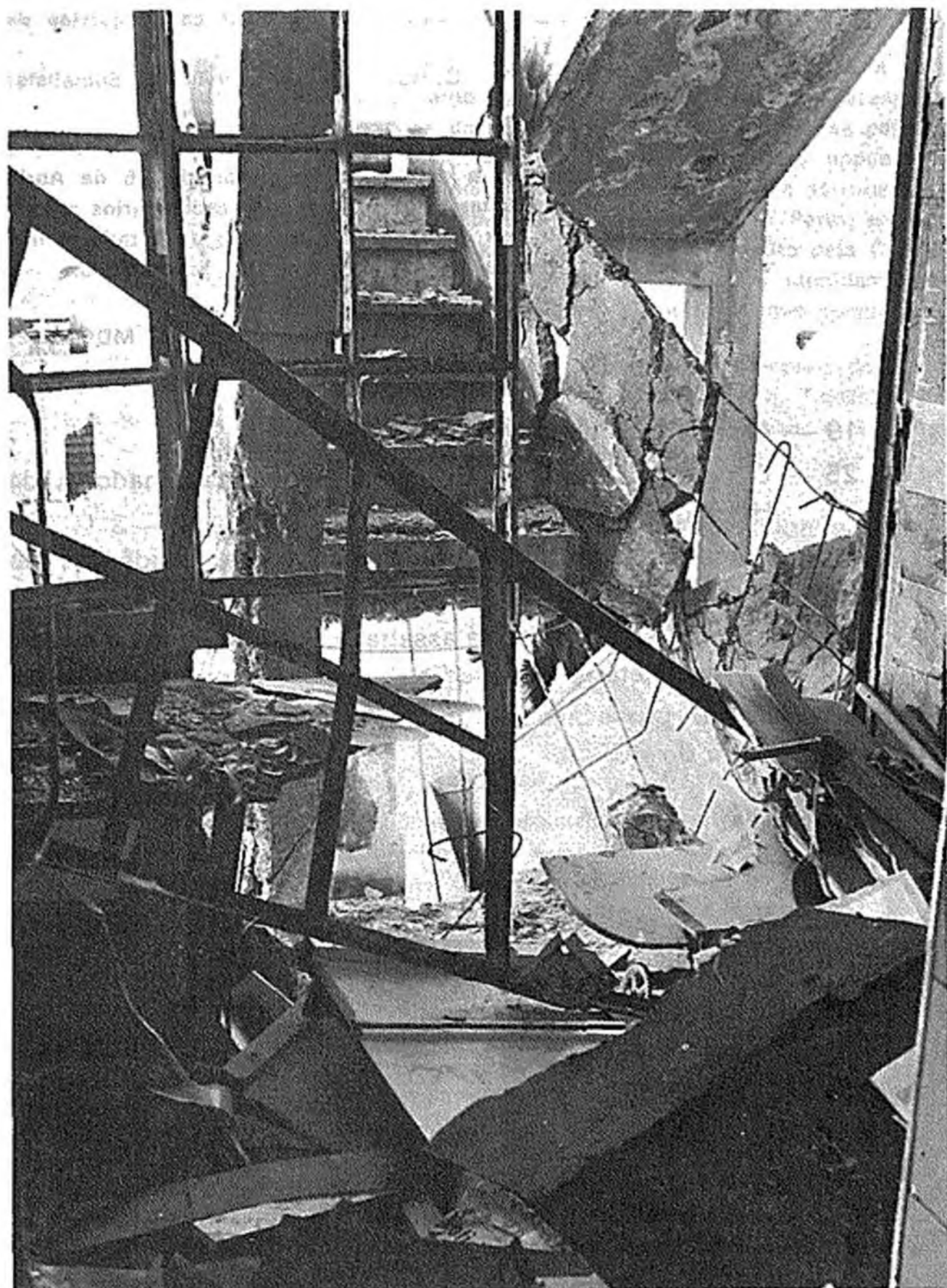
(Eng. Lopes Cardoso)

«O atentado terrorista contra a residência do Eng. Lopes Cardoso visa claramente, na pessoa do ex-ministro da Agricultura, uma das maiores conquistas da Revolução portuguesa, a Reforma Agrária, e surge na sequência de uma das mais agressivas campanhas que a reacção desenvolve a todos os níveis contra esta grande transformação revolucionária que a Constituição consagra. Nos últimos tempos recrudescceu a monstruosa campanha de intrigas e provocações contra a Reforma Agrária, desenvolvida pela imprensa reaccionária — com particular destaque para os jornais O Dia, o Tempo, o jornal da Confederação da Indústria e a revista estatizada Vida Mundial, que cada vez menos se distinguem das folhas fascistas. Entretanto, na Assembleia da República, o CDS propõe a suspensão das expropriações dos prédios rústicos da área da Reforma Agrária. Por sua vez, a CAP, organização fascista à qual o Governo do PS vem dando ouvidos e fazendo cedências, eleva o tom das suas exigências e ameaças reaccionárias. O terrorismo é, como o PCP tem com frequência advertido, o prolongamento da actuação que a reacção desenvolve no plano legal. Cada atentado terrorista tem em geral culminado intensas campanhas de ódio e de incitamento à violência reaccionária.»

(Nota da SIP do PCP)

«O Secretariado Nacional do PS chama a atenção das autoridades responsáveis para a necessidade imperiosa de se tomarem medidas concretas que ponham cobro à violência e ao terrorismo.»
«A democracia não pode pactuar com os que a pretendem destruir. A democracia tem o direito e o dever de se defender.»

(Comunicado do Secretariado Nacional do Partido Socialista)



Aspectos das destruições causadas na residência do Eng. Lopes Cardoso. O suspeito da autoria do atentado, Francisco Oliveira Peres, continua à solta

«É apoiada na escandalosa libertação arbitrária de pides, bombistas e legionários, no não julgamento dos fautores de golpes de Estado, que a reacção fascista tenta avançar, que a direita, como a CAP, o CDS e o PPD, procura bater as conquistas da Revolução.»

(Comunicado da Juventude Socialista)

«A defesa do regime democrático a caminho do socialismo, a defesa da Constituição, a defesa da Revolução do 25 de Abril, exigem medidas imediatas contra todos os reacçãoários e fascistas, quer estejam fora ou dentro do aparelho de Estado, e não a impunidade e a promoção com que têm sido favorecidos.»

(Comunicado do MDP/CDE)

- 19 — Assaltada a sede do PS em Chaves;
- 25 — O agrário Damião Félix agride a tiro trabalhadores da Herdade da Lobata;
- 25 — Barcelos: atentado bombista contra a residência do padre de Airo;
- 29 — Porto: a sede da FSP é assaltada por indivíduos a mando da proprietária do prédio;
- 29 — Porto: provocação montada para incriminar um militante do PCP;

«As forças fascistas e reacçãoárias têm sistematicamente pretendido fazer crer que o terrorismo bombista é obra das vítimas do terrorismo. Tentaram-no em relação aos atentados aos Centros de Trabalho e às casas e automóveis de militantes do PCP; tentaram-no em relação aos atentados aos sindicatos, à «Árvore», à Faculdade de Economia, à Embaixada de Cuba, aos postes de Alverca, em suma, em relação a todos os atentados. Tentaram-no através dos seus pasquins — jornais diários ou folhas de província —, em coro de argumentação que demonstrava logo a existência de um centro comum de propaganda directamente ligado aos bombistas e ao MDLP/ELP. Ainda hoje, essas forças fascistas querem fazer crer que não são conhecidos os autores directos dos atentados e a rede bombista, etc. Mas de facto são conhecidos. A provocação que se quer agora montar também pretende desviar a atenção do escândalo de andarem à solta ou de terem sido libertados alguns dos principais responsáveis da rede terrorista, dos seus contribuintes e dos seus mentores.»

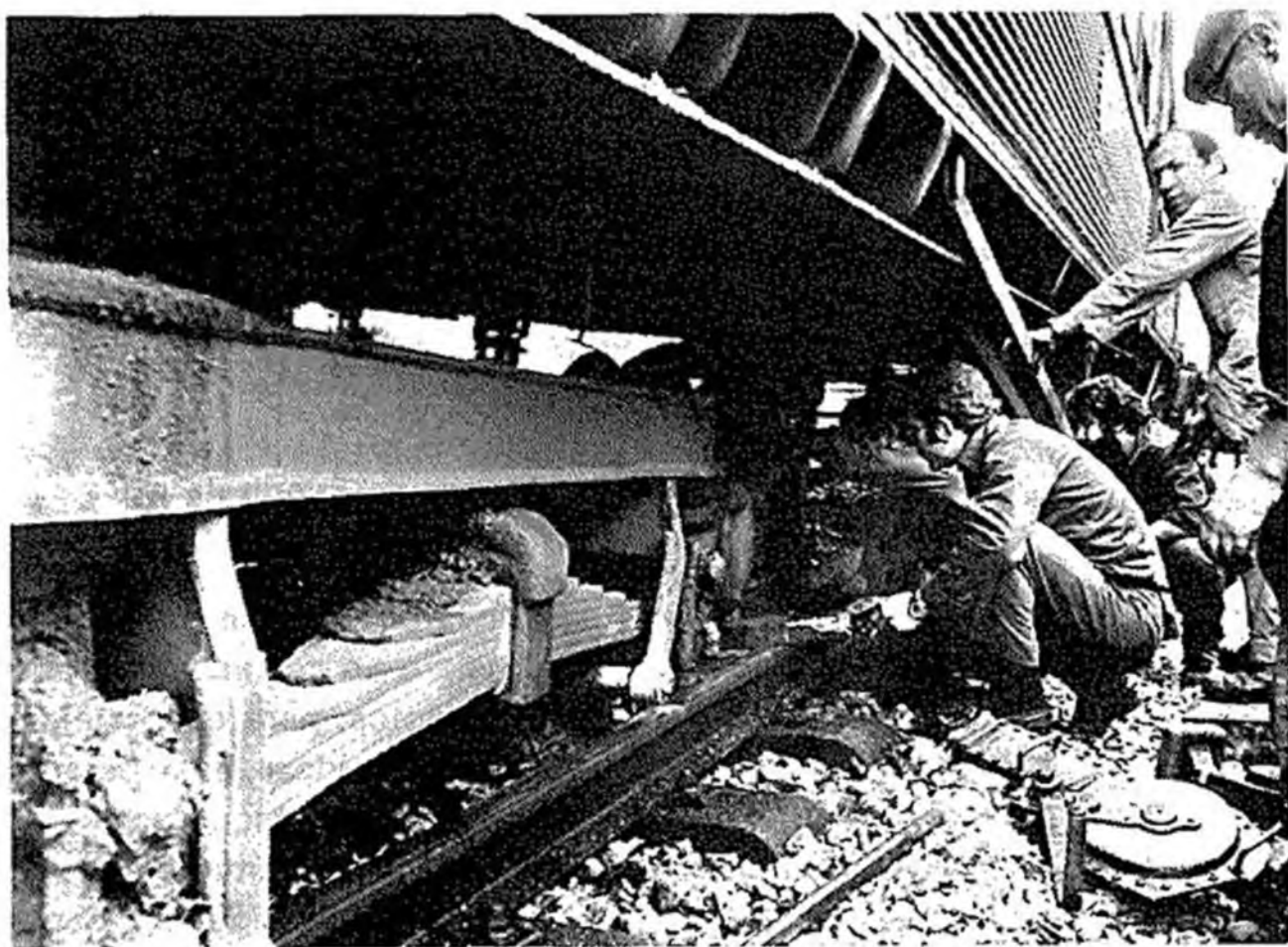
(Comunicado da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP)

30 — Comunicado do ELP condena a falta de «estabilidade política» e de «segurança interna» e põe no mesmo pé as bombas, as greves, as manifestações e comícios.

«Bombas destroem instalações de sindicatos, instituições e partidos progressistas, embaixadas de países amigos, assassinam militantes e activistas de esquerda; deixam-se à solta os patrões do ELP e MDLP; libertam-se os pides; restituem-se impunes à liberdade elementos claramente implicados na rede terrorista. Os abaixo assinados, trabalhadores intelectuais do Porto, exigem das autoridades democráticas deste país, no respeito pela Constituição, o cumprimento integral das promessas e medidas rigorosas contra os culpados deste crimes contra o povo português.»

(Exposição subscrita por 600 intelectuais do Porto dirigida ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Tribunal Militar de Santa Clara)

3 — Lisboa: petardo junto às bombas de gasolina na auto-estrada em Caxias;



Cortar os acessos a Lisboa é uma velha ameaça da reacção

- 3 — Caminha: petardo na Escola Preparatória;
6 — Lisboa: rebentamento quase simultâneo de cargas de grande potência nas linhas férreas de Sintra e Cascais;

«Vamos mobilizar meios civis e militares consideráveis para apagar os autores desses crimes e os punir seriamente.»

(Mário Soares)

«O povo português, como resposta às suas justas inquietações e à sua indignação pela libertação de pides com penas simbólicas, pela arrogância e despudor que exibem nos julgamentos, pela libertação de presumíveis bombistas, não pode continuar a receber afirmações de princípio, atitudes fatalistas, frases dúbias, promessas inconsequentes e, muito menos, declarações que representem uma caução objectiva para comportamentos incompatíveis com as normas de vida democrática consagradas na Constituição. Neste sentido torna-se inquietante verificar que o Governo, contra a luta dos trabalhadores alentejanos que defendem a Reforma Agrária, que exigem o cumprimento da lei e o respeito dos compromissos assumidos, seja capaz de mobilizar os órgãos de informação que controla numa vasta campanha de alarmismo e calúnias, seja capaz de impor a intervenção de forças militarizadas para cobrir as ilegalidades, prepotências e abusos que está patrocinando e que, em contrapartida, seja tão frouxa a sua actividade e tão ineficazes as medidas que toma em relação ao terrorismo, que ameaça, de forma crescente e real, a liberdade dos portugueses.»

(Nota da SIP do PCP)

«O povo trabalhador e a população em geral de Paço de Arcos [...] protestam firmemente contra a escandalosa libertação de bombistas e terroristas e reclamam dos órgãos do Poder Democrático a sua severa punição.»

(Moção aprovada na estação de Paço de Arcos por utentes da linha do Estoril afectados pelo atentado)

- 9 — Panfleto timbrado do ELP enviado à sede do **Jornal Novo** apela à atenção e vigilância e ao «estado de mobilização permanente» dos seus adeptos, para que estejam «prontos a intervir com energia e rapidez», isto perante o «rearmamento político das forças de esquerda»;
- 9 — Póvoa de Santa Iria: rebentamento de uma carga de grande potência corta o abastecimento de água a Lisboa;
- «Enquanto fascistas e reaccionários, sobejamente conhecidos, andarem à solta [...] não nos surpreende que as vidas e os bens

de cidadãos honestos e progressistas deste país (caso do ex-ministro Lopes Cardoso) e as coisas públicas, que são, afinal, de todos nós, corram perigo de sabotagem criminosa à bomba.»

(Comunicado de Trabalhadores Socialistas da EPAL)

«Os bombistas não conseguirão os seus intentos: ao terror fascista responderemos com a nossa organização e com a consciência plena de que não abdicaremos das conquistas alcançadas.»

(Comunicado da Célula do PCP na EPAL)



A reacção procura explorar em seu proveito o descontentamento causado pelo rebentamento da conduta de água que abastece Lisboa. O suspeito da autoria do atentado, Ângelo do Nascimento, o «Mota», do ELP, continua à solta

«O bombismo e o terrorismo, como armas da direita, continuam, em segurança, a atacar o povo através de acções das mais criminosas.»

(Comunicado da Frente Socialista Popular)

«A actividade terrorista continua impune. Para além da sabotagem económica, dos apelos à violência por parte da informação reac-

cionária, dos múltiplos ataques às conquistas duramente alcançadas pelos trabalhadores, a direita reaccionária dita a sua "ordem" através de cobardes ataques bombistas.»

(Comunicado da Intersindical)

- 11 — Amarante: explosão de um petardo: grande especulação atribuindo o atentado a elementos «afectos» à FEPU;
- 12 — Coimbra: explosão de uma bomba como parte do plano para a tentativa de fuga de duas dezenas de reclusos da Penitenciária;
- 14 — Criad, Apúlia, Esposende: explosão de um petardo na sequência de uma confrontação entre gente do CDS e PPD;
- 14 — Lisboa: explosão de uma bomba no semanário **O País**, em circunstâncias rocambolescas;

«Recordando que os últimos atentados terroristas, tendo estado estreitamente combinados com insinuações e manobras provocatórias que visam desviar as atenções do envolvimento das forças reaccionárias nos actos terroristas, o PCP volta a acentuar que tais atentados só podem interessar aos inimigos do Povo e da democracia portuguesa, sejam quais forem os alvos escolhidos ou a fachada a que os seus autores recorram para disfarçar os seus reais objectivos.»

(Nota da SIP do PCP)

- 18 — Braga: Três de os **Corrécios** provocam novos distúrbios e violências;
- 19 — Na sequência de um plenário da CAP em Macedo de Cavaleiros registam-se graves provocações contra a Cooperativa «Os Pioneiros»;
- 19 — Assaltada a Casa Paroquial de A-Ver-o-Mar, com destruição parcial das instalações;
- 21 — Os antigos patrões da empresa FACAR de Leça da Palmeira tentam a ocupação violenta das instalações da empresa;
- 21 — Cascais: presos novos elementos acusados de atentados e assaltos a bancos, um dos quais havia sido um dos primeiros criminosos presos sob a acusação de ligações com o ELP;
- 23 — Olhão: encontrada abandonada uma carga de trotil.

JANEIRO

- 1 — Matosinhos: encontrada abandonada uma carga explosiva;
- 4 e 9 — Estoril: presos novos suspeitos de atentados e assaltos;
- 12 — Lisboa: rebenta um engenho explosivo no cinema Berna, onde se exhibe um filme racista;
- 17 — Lisboa: desactivada uma bomba incendiária colocada no cinema Condes, onde se exhibe um filme racista;
- 22 — Os jornais anunciam estar concluído o processo dos bombistas, no qual figuram 14 arguidos, 9 dos quais presos em Caxias;
- 23 — Nos Açores, uma bomba destrói o carro de um militante do PS;
- 29 — Explodem mais duas bombas nos Açores;
- 31 — Assaltado por um bando reaccionário o ex-Grémio da Lavoura de Tarouca.

FEVEREIRO

- 1 — **A Capital** revela que elementos ligados à Internacional Fascista se encontram no Nordeste transmontano, escondidos em propriedades de **Gonçalves Rapazote**;
- 1 — O Supremo Tribunal Militar anula o julgamento de **Eduardo da Costa Oliveira «Corrécio»** determinando que seja repetido, dado não terem sido ouvidas todas as testemunhas de defesa;
- 4 — Engenho explode nas instalações do Comité «4 De Fevereiro». O atentado é reivindicado pelos CODECO;
- 11 — O semanário **O Jornal** afirma que a extrema-direita prepara novos actos de violência;
- 22 — Autodenominados «Comandos Democráticos do Norte» ameaçam desencadear acções violentas caso não sejam libertados até ao dia 25 os bombistas presos;
- 24 — A imprensa divulga o resultado da instrução do processo dos bombistas;
- 24 — O **Diário de Lisboa** denuncia o completo à-vontade com que se movem e actuam em ligação com o exterior os

poucos pides ainda presos: **Silva Pais** recebe visitas do ex-inspector **Matos Rodrigues**; a ex-pide **Maria Albertina**, agora «jornalista» de **A Rua**, faz frequentes visitas aos principais responsáveis da PIDE ainda presos;

- 25 — **José Galvão de Melo** e guarda-costas assaltam uma vez mais a empresa Maiombe, agredindo diversos trabalhadores;
- 27 — Três rebentamentos em Lisboa: no Instituto Superior Técnico, numa Caixa de Previdência e num lar de enfermeiras;
- 28 — Mais três engenhos explosivos rebentam em Lisboa: numa dependência do Banco Borges & Irmão na Av. dos EUA, no Centro Comercial Caleidoscópico e numa subestação de transformação de corrente eléctrica no Campo Grande;

«Os novos atentados terroristas verificaram-se pouco depois da divulgação pela imprensa dos resultados da instrução do processo dos bombistas. O PCP faz notar que, segundo tal documento, dos 16 incriminados metade encontra-se em liberdade; na nota de culpa que a imprensa divulgou faz-se referência a diversos indivíduos cuja identidade não está ainda apurada; as incriminações referem-se apenas a cerca de 10 % dos atentados terroristas verificados em Portugal (22 % dos atentados à bomba). Tais factos, bem como os novos atentados, demonstram bem que está longe de se poder considerar desmantelada a rede terrorista e que, como o PCP sempre tem afirmado, condescendências e tolerâncias para com fascistas apenas estimulam a sua agressividade e audácia.

(Nota da SIP do PCP)

- 28 — Identificada uma rede de apoio aos bombistas presos que preparava a sua fuga; tem ligações com um informador da PJ. A concretizar-se a fuga, o terrorista Ramiro Moreira o que mais informações prestou à polícia durante os interrogatórios, seria assassinado.

MARÇO

- 3 — Panfletos fascistas distribuídos no Liceu António Nobre, no Porto, incitam ao assassinio de dirigentes militares



Novas acções de intimidação e terror verificadas em Fevereiro de 1977 demonstram que as redes bombistas continuam por dismantelar e activas. A tolerância para com fascistas apenas estimula a sua agressividade

e políticos e à colocação de bombas em edifícios diplomáticos;

A onda de intolerância e violência que grassa em estabelecimentos de ensino liceal tem como principais protagonistas grupos de choque de «Juventude Centrista» que, no Liceu António Nobre, chegaram a afixar cartazes apelando à inscrição na «Juventude Hitleriana».

A União dos Estudantes Comunistas denunciou em conferência de imprensa os neonazis responsáveis por tais atentados e violências. Entre os indivíduos nomeados pela UEC encontram-se **Arnaldo S. S. Pinto**, «nazi e CDS declarado»; **Santos Carvalho**, recentemente transferido do Liceu António Nobre para o Garcia da Orta e que afirma haver um núcleo «nacional-socialista» naquele liceu; **Manuel Serrão**, dirigente da Juventude Centrista; **Carlos Jorge**, ligado à FNLA; **Rui Louro**, que fez transmitir através da instalação sonora do Liceu Garcia da Orta um discurso de Mussolini; **Cidalino** e **Guilherme Melo**, dois irmãos que não sendo

alunos do Liceu de Espinho ali têm provocado graves conflitos; Soares Fonseca e Manuel Alberto, destacados elementos do CDS, que distribuíram comunicados de um tal «Movimento Avançado de Comandos Anticomunistas».

- 5 — Comício fascista em Lisboa, promovido pela chamada Interorganizações de Refugiados e presidida por Galvão de Melo. Apelos à violência;
- 7 — Manifestação fascista em Lisboa, promovida pela mesma organização, junto à Assembleia da República, para apoiar Galvão de Melo. Novos apelos à violência e ameaças de desencadeamento de acções terroristas dirigidas por um tal João Serejo;
- 8 — Bando reaccionário impede no Porto a realização de uma jornada de apoio aos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau;
- 8 — Caceteiros fascistas impedem em Seia a realização de uma reunião sindical (têxteis);
- 9 — Engenhos explosivos rebentam em Lisboa no Teatro Aberto e num posto transformador de electricidade na Rua Castilho, nas traseiras do Hotel Ritz; a Brigada Especial da PJ incumbida de tratar de actos de terrorismo detém dois suspeitos, retornados, os quais eram portadores de documentação suspeita e de munições. No entanto são ambos libertados no mesmo dia;
- 11 — Bomba explode em Lisboa num autocarro da Rodoviária Nacional;

«Não vemos neste crime outra intenção que não seja a de atentar contra uma conquista dos trabalhadores portugueses, como foi a nacionalização das maiores empresas rodoviárias e as nacionalizações em geral.»

(Comunicado do Sindicato dos Rodoviários)

- 12 — Carga de plástico explode em Lisboa nas instalações do BIP na Av. Fontes Pereira de Melo;
- 12 — Agressão organizada contra um motorista de táxi em Vila do Bispo por indivíduos do PPD;
- 14 — Engenho explode em Lisboa numa caixa de sinalização eléctrica em Alcântara;

Mantenha a sua Terra Limpa

Eliminando diariamente um

Comunista.

O incremento da violência fascista está relacionado com o incremento da propaganda fascista. Esta tarjeta terrorista, apelando para a eliminação física dos comunistas, tem sido profusa e impunemente distribuída

- 15 — Fogo posto na casa do deputado Jaime Gama, do PS, em Ponta Delgada;
- 16 — Bando dos «Corrécios» agride à navalhada um sindicalista em Braga;
- 16 — Engenho de fraca potência explode junto à porta da residência do presidente do CDS em Lisboa; no dia seguinte é desactivada pela PSP uma bomba junto à sede do mesmo partido;
- 18 — PSP de Lisboa recebe num só dia 9 falsos alarmes de bombas;
- 19 — Rebentamento de um engenho explosivo nas instalações do IARN em Lisboa;
- 30 — **Eduardo Oliveira «Corrécio»**, presente no 2.º Tribunal Militar Territorial do Porto para a leitura da sentença do seu segundo julgamento, «foge» do Tribunal no intervalo da audiência. Durante todo o dia os restantes elementos da quadrilha dos «Corrécios» haviam rondado as instalações do Tribunal;
- 30 — Patronato reaccionário da região de Leiria desencadeia uma onda de agressões e outras violências contra trabalhadores do «barro vermelho» que se encontram em greve. Os incidentes mais graves registam-se na Cerâmica Centro, onde 80 caceteiros transportados desde Pombal em automóveis, procedem a espancamentos que levam diversos trabalhadores ao hospital.

- 4 — Explosão de um «Cocktail» Molotov no Hotel Sheraton, em Lisboa. A PJ prende um indivíduo como autor do rebentamento;
- 4 — Beringel, Beja: arruaceiros apedrejam o Centro de Trabalho do PCP, as instalações da cooperativa de consumo «Seara Nova» e residências de dois antifascistas.
- 11 — Lisboa: a PSP desmonta uma carga explosiva colocada num automóvel em Campo de Ourique;
- 11 — Assaltada uma vez mais a casa do padre Ângelo de A-Ver-o-Mar;
- 16 — A bordo dum navio alemão procedente da África do Sul é detectado um carregamento de armas. O navio transportava automóveis e bagagens de «retornados» de Moçambique;
- 19 — Apreendidas diversas armas, no aeroporto de Pedras Rubras, escondidas em malas transportadas do Brasil por duas ciganas. Na sequência das investigações são descobertas mais armas nas bagagens de outros indivíduos procedentes do Brasil;
- 20 — Uma denominada «Frente Patriótica Anti-Comunista» distribui profusamente no Norte um panfleto atacando e caluniando comunistas e socialistas e considerando o 25 de Abril uma data de «luto, de meditação e de tristeza».

POVO DO NORTE

A Pátria está em perigo!

A festa do 25 de Abril vai servir AOS SOCIALISTAS para um comício de APOIO AO GOVERNO e AOS COMUNISTAS para se juntarem à volta da FOICE E DO MARTELO! Serão manifestações de alegria, de gastos fabulosos dos dinheiros que conseguiram roubar aos portugueses!

Esta data deverá ser de LUTO, de MEDITAÇÃO e de TRISTEZA: de LUTO porque não podem ser esquecidos os nossos mortos que tombaram no ULTRAMAR PORTUGUÊS às mãos dos comunistas; de MEDITAÇÃO sobre a governação ruínosa que os socialistas fazem neste país; de TRISTEZA porque todos os dias vemos ser calcada aos pés a BANDEIRA PORTUGUESA, atraída a PÁTRIA, esmagados os mais nobres conceitos de DIGNIDADE E HONRA PORTUGUESAS!

Mas para os "vermelhos", o que é preciso é que o Povo continue a ser enganado. E para isso, oferecem-lhe FESTAS. Uma que é paga pelo P.C.P., que alugou mais de 70 camionetas para trazer os "comunas das aldeias do Norte" até ao Porto, onde lhes oferecerá uma festa à russa: 3 dias de gozo, tudo pago, comida e bebidas à borla!!! E os socialistas irão a Lisboa, todos juntos para parecerem muitos, tudo pago à custa dos impostos roubados a todos nós!!!

A PÁTRIA ESTÁ EM PERIGO!

Já sabemos que as camionetas passarão de bandeiras vermelhas desfraldadas, a mostrar que este país já não é PORTUGAL! Que é uma colónia russa! Venderam as nossas PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS e agora querem transformar a PÁTRIA PORTUGUESA em território soviético!

Para eles só há uma bandeira: a vermelha.

E a nossa bandeira é miseravelmente misturada com as foices e os martelos! Eles confundem-nas, NÓS NÃO: A BANDEIRA NACIONAL É A PORTUGUESA!!!

ABAIXO AS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL!

ABAIXO OS TRAIADORES!

VINGAREMOS OS NOSSOS MORTOS!

A PÁTRIA VENCERÁ!

F. P. A. C.

FRENTE PATRIÓTICA ANTI-COMUNISTA

**O terror fascista
é indissociável
das campanhas
de ódio
desenvolvidas
pelos pasquins
fascistas
e reaccionários
e outra imprensa
que não só lhe dão
a cobertura política
geral,
como,
frequentemente,
lhe antecipam
os objectivos.**

O fascismo procurou, sobretudo através da ignorância, criar uma base de apoio. Se é certo que o não conseguiu inteiramente, não é menos certo que 48 anos de obscurantismo deixaram marcas profundas na consciência de grandes sectores e camadas sociais. A influência alienatória, hostil e reaccionária da ideologia da classe exploradora criou um vasto contingente de presas fáceis para as manobras reaccionárias.

Abolida formalmente a censura com o 25 de Abril e o Programa do MFA e conquistadas, pela acção dos trabalhadores da informação; as condições para que a liberdade de imprensa não fosse apenas formal, as classes sociais atingidas nos seus privilégios pela Revolução portuguesa não deixaram de encontrar formas de se adaptar à nova situação e de assegurar a cobertura ideológica para as suas conspirações e manobras. Tiraram partido de todas as contradições e ambiguidades do processo — em particular das concepções liberais dos que defendem um pluralismo sem fronteiras — e do numeroso contingente de elementos da sua confiança que permaneceram anichados nos grandes órgãos de informação, criaram uma nova imprensa para lançar a perturbação e afastar do processo as camadas sociais mais descontentes, desorganizadas e desarmadas ideologicamente.

A grande arma ideológica da reacção e do fascismo, antes e depois do 25 de Abril, foi o anticomunismo, estreitamente ligado à conservação da ideologia dominante e à defesa dos seus valores; a propriedade privada entendida como elemento fundamental para a existência da própria sociedade, a aceitação das desigualdades sociais, os sentimentos religiosos conservadores, etc.

A democracia, o socialismo, a realidade dos países socialistas, a natureza do marxismo-leninismo, a actividade do PCP e de todas as forças democráticas, designadamente o MFA, foram apresentadas como a negação dos valores da ideologia dominante, como um atentado contra aquilo que rege o pensamento e a prática quotidianos.

Em relação à propriedade privada, o anticomunismo identifica a colectivização dos meios de produção com a abolição da posse individual de bens, o que implica, no pensamento-anticomunista, um igualitarismo com os que nada têm ou, como também se propagandeia a outro nível do anticomunismo, um «socialismo de miséria».

No que diz respeito à família, de tipo patriarcal e autoritário, e aos sentimentos religiosos conservadores, acompanhados muitas vezes de práticas obscurantistas e de superstições, o anticomunismo

manifesta-se na associação da liberdade, da democracia, do socialismo à violação de ideias e instituições sagradas.

Os casos limites de acusações de antropofagia (criancinhas) e eutanásia (velhos) contra os comunistas e os progressistas em geral não são do âmbito da caricatura no manual do anticomunismo em Portugal. Num texto publicado em Braga, a 1 de Dezembro de 1975, pode ler-se que «o comunismo procura instaurar o reino de Satanás», é inspirado «pelo maligno», «ensina a violar as mulheres dos povos não comunistas», expõe à violência «as filhas e as esposas» e «massacra» os chefes de família que se oponham «à profanação do seu lar», «não reconhece nunca, a ninguém, o direito de propriedade», acrescentando que comunismo, marxismo, socialismo, socialismo moderado, socialismo cristão e social-democracia são no essencial a mesma coisa.

Este é sem dúvida um caso extremo. Mas a diferença entre exemplos de anticomunismo tão grosseiro e outros mais sofisticados está apenas no facto de se dirigirem a alvos sociais e culturais diferentes.

A defesa de outros valores dominantes serviu igualmente como eixo de ataque contra a revolução: o desejo de segurança, a valorização da ordem, a aspiração à respeitabilidade da pequena burguesia, o medo da proletarianização e da instabilidade, foram utilizados de forma sistemática para sugerir a «vantagem» de um regime autoritário e repressivo. O tipo de regime que está no projecto das forças reaccionárias.

Dispondo de poderosos apoios financeiros, gozando de cumplicidade e complacências de toda a ordem, a reacção criou e manteve um poderosíssimo aparelho de agressão ideológica, de propaganda reaccionária e de agitação subversiva para cobrir os seus sinistros intentos e manobras.

A informação, e em particular os meios de informação que mais imediata e eficazmente podem influir na mobilização e comportamento das massas, esteve sempre na linha de fogo da contra-revolução, chegando a ser alvo de acções violentas. Em 28 de Setembro os jornais foram impedidos de sair por Spínola-Sanches Osório, e a Rádio e TV ocupadas por forças militarizadas; em 11 de Março os emissores do RCP foram sabotados e os estúdios da EN

A reacção, contando neste campo com um vasto leque de aliados, tudo fez para manter e reforçar a sua influência ideológica sobre o povo.

Os surtos da imprensa fascista e reaccionária têm uma relação evidente com períodos de grande perturbação no processo revolucionário:

- Em Agosto e Setembro de 1974 saem o **Bandarra**, o **Tempo Novo**, a **Tribuna Popular**, reaparece o **Jornal Português de Economia e Finanças**; a imprensa regional, na sua quase totalidade, estimulada pelas posições reaccionárias de alguns elementos da JSN, volta a assumir o seu carácter fascista e fascizante, que temporariamente abrandara;
- Em Abril e Maio de 1975 saem **O Templário**, o **Jornal Novo** e o **Tempo**;
- Em Outubro e Novembro de 1975 saem **O Retornado**, a **Barricada** e o **Liberdade**;
- Após o 25 de Novembro, com a viragem à direita na política portuguesa, estimulando e apoiando essa viragem e procurando criar condições para levar por diante os objectivos da reacção que não foram alcançados com o 25 de Novembro, saem **O Dia** (11-12), **Vária 8** (Dez.), **O País** (9-1), **O Diabo** (10-2), **O Sol** (9-3), **A Rua** (8-4), **Pátria** (28-4), **Rossio** (19-5), **A Gazeta**, **Ilustração** (6-6), **Jornal dos Agricultores** (CAP), **A Semana** (11-11), **Presse**, etc., etc.

Aliás, é significativo o peso de conhecidas figuras ligadas à propaganda reaccionária entre os fundadores das mais recentes organizações fascistas:

L e D	PAP	MIRN
Sanches Osório (jornal Liberdade)	Pinheiro da Silva (Vária 8)	M. Carlos Viveiros A. Moreira (Tempo) (O País)
Luís Arouca (jornal Liberdade)	Valdês dos Santos (Economia e Finanças)	

O terror fascista é indissociável das campanhas de ódio desen-

As campanhas terroristas seguem a par de intensas acções de provocação e diversão ideológica que tomam por alvo o mesmo alvo das bombas, dos assaltos, dos espancamentos.

Os golpes falhados da reacção de 28 de Setembro e 11 de Março foram precedidos de grandes campanhas alarmistas lançadas, no primeiro caso, pela imprensa abertamente fascista então existente, no segundo pelos jornais **Expresso** e **República**; durante a vaga de terrorista do Verão de 1975, o **Jornal Novo**, propriedade da Confederação da Indústria, o **Expresso**, **A Luta**, e toda a sorte de pasquins reaccionários, estimularam todas as iniciativas e factores de divisão das forças democráticas, civis e militares, semearam intrigas e desconfianças em relação a alguns dos democratas mais dedicados ao projecto do 25 de Abril, recuperaram todo o arsenal do anticomunismo, enquanto em largas regiões do território a contra-revolução descia à rua assaltando, saqueando, incendiando, destruindo, instaurando o terror.

Após o 25 de Novembro, com a concretização do plano da direita e da reacção para a tomada dos grandes órgãos estatizados da informação, e com a proliferação de jornais fascistas, reforçou-se grandemente o poder propagandístico da reacção.

Os atentados terroristas culminaram em geral intensas campanhas de ódio e de incitamento à violência desenvolvidas pela imprensa reaccionária. A título de exemplo assinala-se que a onda de atentados verificados em Braga em fins de Janeiro de 1975 se seguiu a uma série de entrevistas dadas a **O Comércio do Porto** pelos fascistas e arruaceiros que as forças democráticas responsabilizavam pelo clima de violência e intranquilidade que se vivia na região; o atentado contra a Embaixada de Cuba culminou uma intensa campanha de calúnias contra os países socialistas e em particular contra Cuba, desenvolvida nomeadamente por **O Século**, RTP e **O Comércio do Porto** (o inventor da patranha dos 30 000 cubanos no Alentejo e de outras); o atentado contra a Intersindical seguiu-se a uma campanha em que participou activamente a imprensa reaccionária e de direita, procurando ganhar adeptos e apoios para a exigência de ilegalização da Central dos Trabalhadores Portugueses; o atentado contra a residência do Eng. Lopes Cardoso sucedeu-se a uma monstruosa campanha de intrigas e provocações contra a Reforma Agrária — com a participação destacada dos jornais **O Dia**, **o Tempo**, **o Jornal Novo** e a **Vida Mundial** — e contra o próprio Lopes Cardoso — em particular por parte da **Vida Mundial**.

Não, à Invasão de Estrangeiros!

Viseu, berço do heróico Viriato, diz não à invasão da nossa querida Pátria pelos Mercenários Estrangeiros (Cubanos, Chilenos, etc...) a soldo de Moscovo e seus satélites.

Verdadeiros Portugueses e Beirões, opunhamo-nos aos invasores.

***E vós, Partidos Democráticos,
representados em Viseu:
Porque esperais?***

Os Viseenses exigem a vossa rápida actuação;

— **Beirões todos à rua, já!**

Portugal não será outra Angola!

— **Descolonizámos e não queremos ser colonizados.**

— **Portanto: Não! Não! E não aos invasores estrangeiros...**

— **Sejamos nós, Viseenses, mais uma vez dignos da nossa querida Pátria.**

VIVA VISEU, CAPITAL DA BEIRA ALTA
VIVA PORTUGAL LIVRE E INDEPENDENTE

VENCEREMOS

OS VIRIATOS

Viseu, 5-3-76

O Comercio do Porto lançou a atoarda dos 30 000 cubanos; a propaganda fascista deu seguimento à sementeira de ódio; a bomba na Embaixada de Cuba culminou a acção terrorista

Após o início do desmantelamento da rede terrorista, todo o poder de desinformação, de diversão e confusão ideológica da imprensa reaccionária e de direita foi aplicado em duas direcções convergentes nos seus objectivos:

- Inventar à pressa o «terrorismo de esquerda»;
- Tentar conferir legitimidade às acções de violência fascista verificadas durante o Verão de 1975 e absolver politicamente os seus autores.

Em relação à primeira destas direcções e em coordenação com a campanha desenvolvida pela reacção e por outros meios, surgem na imprensa, e mesmo na imprensa do Estado, as primeiras insinuações sobre a pretensa implicação de comunistas nos atentados bombistas. **O Século** escrevia em editorial, a propósito dos rebentamentos nas linhas do Estoril e Sintra: «Serão os fascistas? Serão os comunistas?»

Isto seguiu-se à ofensiva da imprensa da direita, noticiando em grandes títulos que um militante comunista seria o autor político dos incêndios de Pinhel, que outro militante do PCP fora preso no Porto por ter em seu poder uma bomba artesanal. Alguns títulos: **Jornal Novo**: «Elemento da segurança do PCP "guardara" bomba num banco»; **Diário de Notícias**: «Possuidor de bomba diz ser militante do PCP»; **O Comércio do Porto**: «Militante do PCP envolvido num caso bombista».

A partir daí começou uma campanha de insinuações e rebentamentos, alternados, notando-se que muitos jornais que habitualmente ignoravam, total ou parcialmente, os atentados, começaram a dar-lhes grande relevo e a tomar posições de condenação do terrorismo (**O Século**, **Jornal Novo**, etc.) à mistura com insinuações sobre as pretensas implicações da esquerda e em particular do PCP. Preparado todo esse clima verificam-se os rebentamentos que mais iriam afectar a população: caminhos-de-ferro e abastecimentos de água.

Actuando na segunda destas direcções chegou a escrever o estatizado **Diário de Notícias**:

«Ganha corpo uma teoria jurídico-política capaz de propiciar o aprofundamento do que já é (mesmo que inicialmente o não fosse) uma nítida manobra antidemocrática. Diz essa teoria que havia todos os meios de legalmente nos opormos ao "gonçalvismo", pelo que em nenhum caso se justificaria o recurso à acção ilegal. Não

vêm estes teóricos que as formas legais foram eficazes justamente porque se inscreveram numa situação em que **outros argumentos** se produziram, significativos de uma disposição de ir até às do cabo.»

As investigações sobre a rede terrorista, o desmascaramento sobre as suas ligações, por certo demonstrarão que os autores de uns e outros atentados são os mesmos e que o seu alvo é a situação democrática existente em Portugal desde o 25 de Abril, independentemente desta ou daquela fase do processo.

EDITORIAL RESISTÊNCIA, S. A. R. L.

A NOSSA LIVRARIA

- Se quer pôr em ordem a sua situação com o Clube do Livro...
- Se quer tratar de assuntos da revista...
- Se quer comprar livros...
- Se quer contactar elementos da nossa equipa...
- Se quer adquirir artigos de papelaria e material didáctico...
- Se quer saber das nossas edições...
- Se é nosso accionista...

VISITE AS NOSSAS NOVAS INSTALAÇÕES:

- Aí funcionam a nossa sede social...
- Os serviços administrativos... A redacção...
- Os nossos armazéns... Um salão de vendas...
- Uma sala de reuniões, que pode utilizar...
- Um serviço de secretariado ao seu dispor
(dactilografia, policopiador, traduções, reservas de hotéis, etc.)...
- Consulta de uma centena de publicações periódicas que recebemos em permuta...:

Rua Nova de São Mamede, n.º 27, 2.º - Esq.º — Telef. 687616
LISBOA 2

A propaganda fascista tem que ver com a organização dos fascistas. A revista Resistência não se limita a difundir a Ideologia fascista: põe melos técnicos ao serviço da organização dos fascistas

Carlos Brito
Presidente do Grupo
Parlamentar do PCP

**«O terrorismo
é a rejeição
da democracia,
da liberdade,
por uma
ínfima minoria
de fascistas...
Ínfima,
mas criminosa.»**

Após o 25 de Abril, passada uma primeira fase de desorientação, os sectores fascistas e reaccionários de pronto se começaram a reorganizar e a multiplicar os seus esforços para reconduzir Portugal à violenta ditadura dos monopólios.

No plano organizativo, a reacção fascista aparece com uma fase legal — a dos partidos fascistas como o Partido do Progresso, o Partido Liberal, o Partido Nacionalista, o Movimento Popular Português, etc. — enquanto organiza também estruturas clandestinas. O ELP é constituído antes do 28 de Setembro por iniciativa de pides e outros fascistas fugidos do País, chegando a anunciar em Madrid a formação de um «Governo no exílio», no qual figurava, entre outros fascistas notórios, o sinistro inspector da PIDE Rosa Casaco, geralmente apontado como um dos elos de ligação da PIDE com a CIA.

Aliás, as organizações e actividades terroristas em Portugal aparecem invariavelmente ligadas à conspiração imperialista contra a liberdade, a democracia, a paz, o socialismo, em íntima relação com a conspiração neocolonialista e com as organizações fantoches criadas pelo imperialismo na intenção de perpetuar a dominação colonial — FNLA, UNITA, FLING, FUMO, etc.

Spínola, o conspirador-mor, e os seus homens de mão tentaram a todo o custo impedir a libertação dos povos de Portugal e das ex-colónias. As conspirações e os conspiradores em Portugal e nas ex-colónias andaram sempre a par. Ainda Presidente da República, Spínola, por intermédio de Salles Lane (director do Grémio Literário, conspirador do 28 de Setembro) estabelece contacto com o xeique Ousmane Gadgi, que lhe prepara o encontro com Mobutu; por intermédio de Doris Lanz (secretária da Embaixada do Malawi, ligada a Jorge Jardim) estabelece o plano para a conspiração em Moçambique; Veiga Simão, colocado por Spínola na ONU, tem reuniões em Boston com cabo-verdianos para os aliciar para um golpe na Guiné-Bissau, que vem a ser desmantelado pelo PAIGC; ligados à conspiração para a Guiné-Bissau estão Nicolau Martins Nunes, Marcelino da Mata e António Batican Ferreira, que mantêm ligações com os Serviços Secretos Franceses e com a OAS; o ELP actua contra Portugal e contra os novos países africanos, dispondo de bases na África do Sul e Kinshasa; Jorge Jardim dirige a conspiração contra Moçambique e mantêm ligações com conspiradores portugueses (usa o pseudónimo «Viriato» para contactos com João Braga, que tem

Setembro), Baptista, «o Gravatas» (do exército mercenário de Jorge Jardim), os ex-inspectores da PIDE Francisco Lontrão e Rui Patuleia (colaborador da CAD, polícia política sul-africana), o ex-subinspector Antero Martins Semblano, o ex-chefe de brigada José Francisco Jorge e o major Mike (do exército sul-africano e da CAD); o MDLP tem um dirigente só para as questões relativas à conspiração em África e o seu Ramo de Acção Interna faz infiltrações no IARN para efeitos de recrutamento; o «Esquadrão Chipenda», que actua em Portugal depois de ter sido derrotado em Angola, é no essencial composto por indivíduos da FNLA, tal como o CODECO. Para além de todos estes factos, e muitos outros poderiam referir-se, a grande burguesia colonialista, privada dos seus privilégios pela independência das colónias, é parte importante da base social da conspiração e do terrorismo fascista.

Em Agosto de 1975 escrevia um enviado especial a Portugal da revista espanhola **Cambio 16**:

«Os enviados especiais dos jornais norte-americanos comentam com estupefacção a quantidade de agentes da CIA que conheceram no Laos, Vietname ou Cambodja e que agora se encontram nos bares dos hotéis de luxo de Lisboa.»

Jogando na cisão do movimento sindical, na divisão dos militares e das forças democráticas, financiando jornais reaccionários, o imperialismo não descurou a «frente terrorista», actuando assim em frentes distintas, herméticas quanto a contactos, mas coincidentes nos objectivos e complementares na acção.

A existência do ELP, organização terrorista secreta com estruturas de tipo militar, foi revelada em 23 de Março de 1975, na sequência da prisão de 12 indivíduos. Foi na altura apresentado como objectivo do ELP «libertar Portugal do marxismo através do uso do assassínio político, do terrorismo dirigido, da sabotagem e da guerra psicológica». Os primeiros criminosos detidos davam a pista para as ligações de origem social e política da organização terrorista: a grande burguesia latifundiária e monopolista, os seus antigos instrumentos de opressão e terror, os partidos fascistas surgidos após o 25 de Abril, as grandes organizações da conspiração imperialista. Na altura foi publicada uma fotografia de um encontro de cabecilhas do ELP num restaurante de Salamanca, onde se reconheciam:

- António Maria de Noronha Távora de Azeredo Leme, irmão do então comandante militar da Madeira, coronel Carlos Azeredo; inspector de vendas da Cidla e militante do Partido do Progresso; foi recentemente reintegrado na Petrogal, o que gerou um largo movimento de protesto por parte dos trabalhadores;
- José Vieira de Carvalho, antigo elemento da Comissão Política Nacional da ANP e ex-presidente da Câmara Municipal da Maia; militante do Partido do Progresso;
- José Maria Bernardo Pinto, lugar-tenente de Daniel Chipenda, comandante da FNLA; trata-se do «comandante Pinto», que mais tarde será referenciado como elemento importante do chamado «Esquadrão Chipenda», grupo terrorista ligado a atentados e assaltos;
- José Rebordão Esteves Pinto, conhecido provocador e agitador da Legião Portuguesa (FAC); redactor do Telejornal e do serviço de reportagens da Emissora Nacional, onde estava particularmente relacionado com a directora da «Voz do Ocidente» e colaboradora da Aginter Press, Maria da Paz Barros Santos (já reintegrada na RDP). Era o legionário n.º 115 607, inscrito na LP em 7-7-1965 e promovido a comandante de lança em 20-5-1966; indivíduo particularmente agressivo e provocador, tem um longo cadastro, contando-se entre as suas «façanhas» a agressão de uma criança a pontapé, em Coimbra, 1954. Foi um dos fundadores do Movimento de Acção Portuguesa, organização que montou um atentado contra a vida de Vasco Gonçalves no 28 de Setembro. Era íntimo da conhecida Vera Lagoa, que tinha uma procuração do Rebordão para lhe receber os ordenados quando foi suspenso da RTP e EN.
- «Castor», aliás Hugh Castor Franklin, de nacionalidade americana, que se chamava na realidade Jay Sablonsky, sendo também conhecido por Jay Salby. Ligado a toda a sorte de organizações fascistas internacionais, desde os «Guerrilheiros de Cristo Rei», à «Paladine» e à «Aginter Press», da qual era o representante em Espanha. O «Castor» esteve várias vezes em Portugal, hospedando-se na Pensão Residencial Imperador, Avenida 5 de Outubro, 55, Lisboa; esteve aí hospedado entre 10 e 16 de Novembro de 1974, em 30 e 31 de Dezembro do mesmo ano e entre 10 e 15 Junho de 1975. Na mesma pensão esteve igualmente hospedado,

Nos termos da lei não
é permitido aumentar o
numero de linhas deste
papel ou escrever nas
suas margens.



Declaro que autorizo Maria Armanda Pires Falção,
portadora do Bilhete de Identidade n. 4657397, a receber por motivo
de meu impedimento os meus ordenados a partir de Setembro do cor-
rente ano.

Lisboa, 23 de Novembro de 1974

José Rebordão Esteves Pinto



Procuração passada pelo José Rebordão Esteves Pinto a Maria Armanda Pires Falcao (Vera Lagoa)
O «impedimento» do Rebordão era a sua fuga para Espanha e o seu ingresso nos quadros do ELP

em Janeiro de 1975, um outro conspirador internacional, o belga Leon Berger. Crê-se que o «Castor» foi morto recentemente em Argel.

- «Morgan», aliás Yves Guillou, ou Guerin Serac, ex-oficial da OAS e director da Aginter-Press, agência de cobertura da PIDE para operações provocatórias e de espionagem.

Destes terroristas, os três primeiros estavam presos na altura, sendo mais tarde libertados. José Pinto voltaria a ser preso em 20 de Dezembro de 1976 e acusado de comandar e executar assaltos a bancos e acções terroristas.

Os outros presos eram:

- **Ruy Hofle de Araújo Moreira**, administrador e principal accionista das Indústrias Molaflex, SARL; militante do extinto Partido do Progresso;
- **Artur Frederico Anaclede Barbosa da Fonseca**, militante do extinto Partido do Progresso, fugiu de Portugal na sequência do 28 de Setembro, reentrando mais tarde no País e vivendo na clandestinidade;
- **Luis Marco Sotto Mayor Negrão**, engenheiro, filiado no Partido da Democracia Cristã;
- **Francisco José Braga Fernandes Borges**, director do Banco Borges & Irmão;
- **Joaquim Ferreira da Silva**, aposentado; «Conselheiro» do Francisco Borges.

Vêm ainda a ser detidos para averiguações: José António dos Santos Figueirinhas Correia, Abel Malveiro e Bernardo Monfalim (filho do duque de Palmela).

Foi igualmente revelado que o ELP tinha a sua base em Espanha, contando aí com a cobertura, para as suas movimentações, de duas «firmas comerciais»: a Sociedad Mariano S. A. e a Tecnomotor S. A., empresas às quais aparecem associados os nomes sinistros de nazis como Otto Skorzeny — que dirigiu a operação para libertar Mussolini — e o príncipe Borghese, indivíduos influentes das organizações fascistas da Europa como a Paladine (França) e a Ordem Nova (Itália).

Afirmando na sua proclamação que «à Revolução responde-se com a Revolução», o ELP definia como inimigos principais o PCP e o MFA, afirmando no entanto não ser de esquecer todos os que

OPERAÇÃO "ROBIN HOOD"

OBJETIVO: OBTER O DINHEIRO LEVADO POR O EXCMO. SR. ROCHA RUMO ESPANHA PELA FRONTEIRA DE VILAR FORMOSO

① INFORMAÇÃO NECESSÁRIA

A. MARCA, CÔR E MATRÍCULA DO CARRO

B. ENDEREÇO MORADA E ESCRITÓRIO

1.

2.

C. HORA E CONDIÇÕES DE SAÍDA

HORA -

LUGAR -

ROTA -

LEVA ALGUÉM? -

EQUIPA OPERACIONAL

2 CARROS: 4 Homens CADA UM

① A ESPERAR EM O LUGAR ESCOLHIDO (~~1 KM 81.5~~)

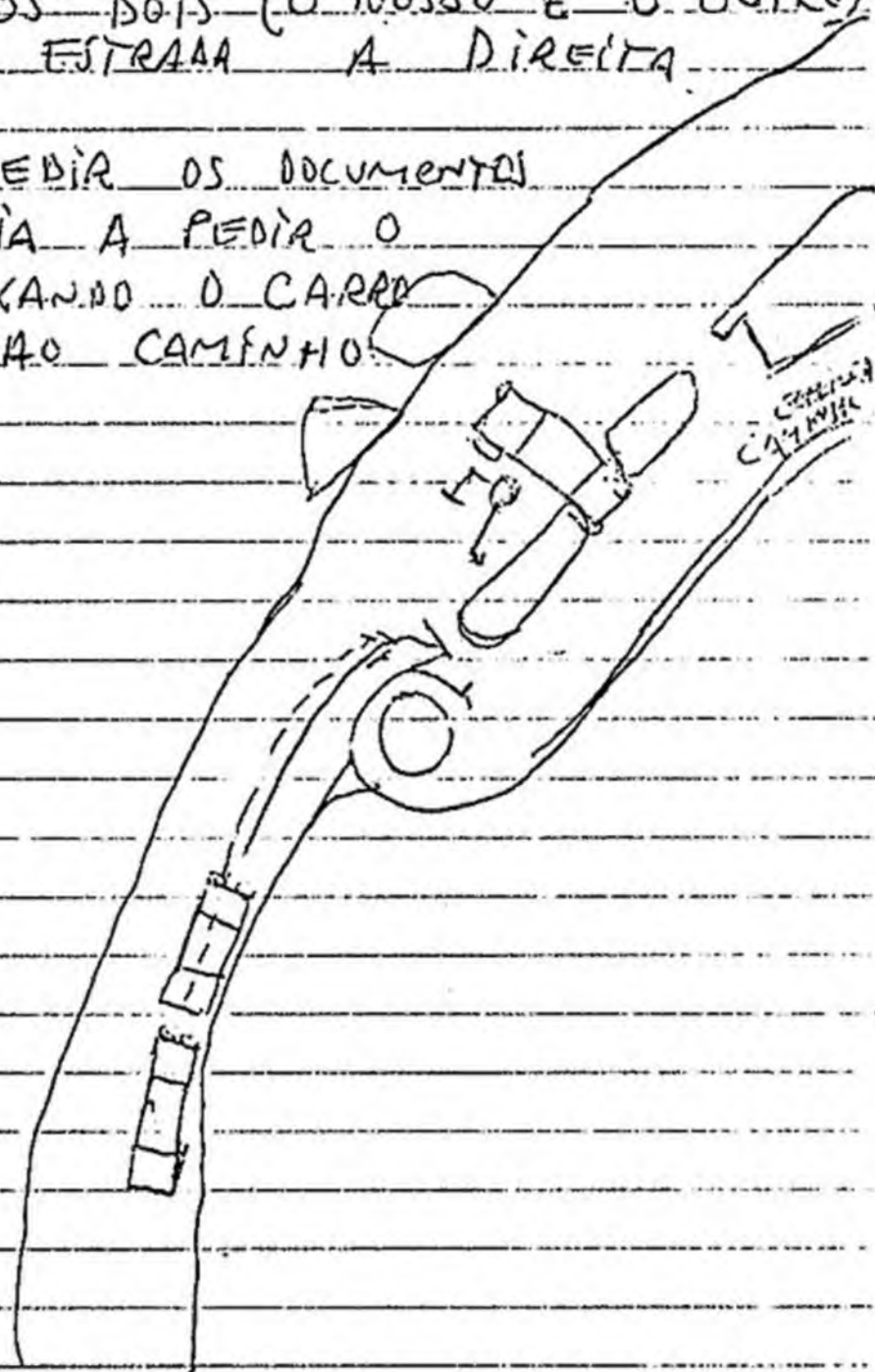
② A SEGUIR COM PRUDÊNCIA DEIXANDO ESPACIO E CARROS ENTRE O CARRO DE ROCHA E O SEU PRÓPRIO

2 Homens serão vestidos em cada um de fardos do P.S.P. com sobretudos acima e armados.

Procedimento

Se o carro passa pela rota prevista, a altura de gaia, o carro que segue adiantará o carro de Rocha. Depois o carro aparcado em KM 81,8, sairá, bloqueando a estrada com um "polícia" fora fazenda, sinais aos dois (o nosso e o outro), a sair da estrada a direita.

Depois de pedir os documentos procede-se-ia a pedir o dinheiro, baixando o carro do cliente ao caminho etc.



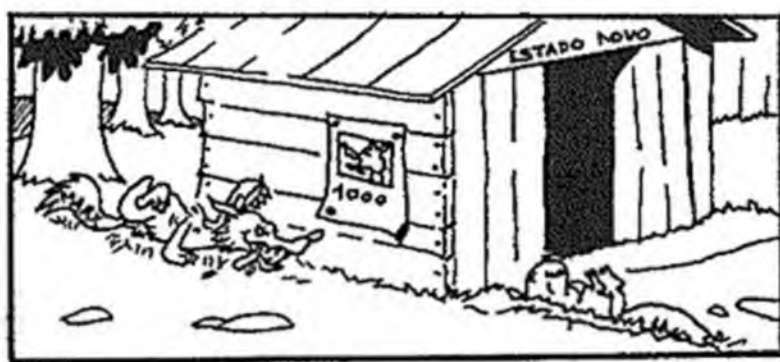
Traçado pelo punho do "Castor" o plano para a operação do ELP

«têm uma parte de responsabilidade na traição do 25 de Abril». A sua orientação estratégica, para alcançar o objectivo imediato de «expulsar os marxistas do poder», comportava cinco operações essenciais: «1.º — Delimitar os campos; 2.º — Afirmar-se como uma força nova, ardente, revolucionária; 3.º — Organizar as forças sãs do País; 4.º — Encarar colaborações tácticas; 5.º — Procurar a ruptura entre as forças do 25 de Abril.» Como temas centrais da propaganda e da acção psicológica, o ELP definia: «a traição do 25 de Abril, o controlo dos meios de informação, a situação catastrófica de Portugal no plano político, económico e social», etc.

O ELP aparece abertamente relacionado com o primeiro assalto terrorista, com carácter organizado, da série negra do Verão de 1975: a 26 de Maio, os autores do assalto, saque e destruição da sede do MDP/CDE em Bragança deixam nas paredes inscrições da organização terrorista. Daí em diante, o ELP reivindica a autoria de um sem-número de atentados, assaltos, e de acções das mais diversas, como o assalto a uma agência bancária em Viseu em 19 de Junho de 1975, o atentado bombista na messe do Estado-Maior da Armada em Cascais em 21 de Setembro de 1975, o atentado bombista à Embaixada de Portugal em Paris em 10 de Dezembro de 1975, etc. Em entrevista ao insuspeito, neste caso, **New York Times**, dada em Madrid e publicada a 3 de Janeiro de 1976, elementos responsáveis do ELP reivindicaram a autoria de um certo número de atentados bombistas e de outras acções que, segundo afirmaram, «deram o impulso para a onda de ataques populares no Verão passado». Sintomaticamente, após o início do desmantelamento da rede terrorista e coincidindo com a ofensiva de diversão lançada pela reacção com a cobertura da direita sobre o pretenso «terrorismo de esquerda», o ELP distribui, em fins de Novembro de 1976, um panfleto condenando a falta de «estabilidade política» e de «segurança», apontando como exemplos, e comparando, as bombas, as greves, as manifestações e comícios, isto é, o terrorismo fascista e o exercício das liberdades democráticas. Após o 11 de Março e com a fuga de um certo número de oficiais implicados no golpe, nomeadamente os que acompanharam Spínola na fuga, a organização terrorista desenvolve-se, reforça-se e procura unificar-se. São aqueles oficiais que, de acordo com declarações de Alpoim Calvão, vão dar corpo à organização que depois da plataforma de acordo a que chegaram



Quando Portugal era um
Imperio, a cáfila marxista
vivia desiludida e isolada



Com Marcelo abrem-se-lhes as portas e
apodrecem as instituições



Não tarda que a
peçonha se infiltre de
tal modo que..



Bastou um sopro...



...e foi a derrocada
final



Tentando um control total
quem nao obedecia era



Ao vê-los cada um es-
capa como pode



À falta de coopera-
ção conspiram nova



Porém, meia dúzia bastou para levarem uma coça, ficando bem demonstrada a valentia dos bichos.



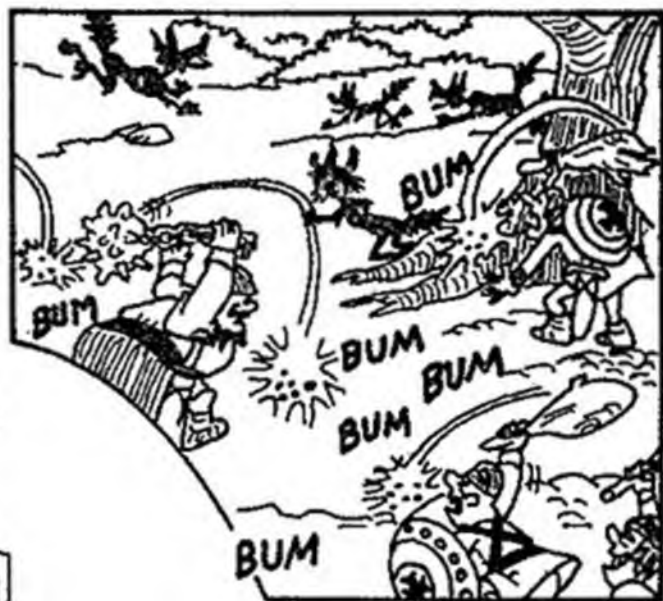
Logo saltaram uns quantos que, com falinhas mansas...



...Conseguiram que não houvesse vencido...



...Pelo que a dança continua.
Só vamos sobreviver se expulsarmos
as feras!!
O combate é de todos!!
Juntos venceremos!!



O ELP manteve no entanto uma certa autonomia de estruturas e de acção no âmbito desta unidade fascista.

No MDLP persistiram por sua vez duas tendências: a política, tendo como chefes de fila Dias de Lima e Veiga Simão, e a da via armada, à frente da qual se encontravam Alpoim Calvão, Cotta Dias e Pacheco de Amorim.

O grupo de oficiais que seguiu Spínola até ao Brasil era constituído, segundo noticiou a Imprensa, pelo general Francisco José de Moraes, coronel Orlando José Saraiva Marques Amaral, tenente-coronel Vasco Augusto da Silva Pinto e Simas, tenente-coronel Carlos António de Quintanilha Reis de Araújo, major Vítor Manuel Silva Marques, major António Manuel Salles de Mira Godinho, major Jaime Zucheta da Fonseca, major Carlos Alberto da Silva Pinto e Simas, primeiro-tenente Carlos Alberto Rollo, primeiro-tenente Amadeu Cardoso Anais, primeiro-tenente José Maria Silva Horta, capitão-tenente Alberto Rebordão de Brito, primeiro-tenente Raul Dias da Cunha e Silva, primeiro-tenente Benjamim Lopes de Abreu, segundo-tenente João Catulos Cansado Costa Corvo e alferes Miguel Vilar de Bois Sommer Champalimaud. Dois destes indivíduos — Mira Godinho e Benjamim de Abreu — viriam a ser presos em Braga, onde participavam numa reunião desta organização fascista.

O MDLP-ELP dispôs de um sem-número de bases e pontos de apoio em Espanha, entre os quais foram referenciados: os hotéis Ópera e Los Galgos, em Madrid; o restaurante Campo de Arganan (onde tinha os seus contactos o Coelho da Silva, ligado à organização por António Maria da Costa Carvalho, candidato do CDS por Coimbra à Constituinte); o restaurante Taberna del Albardes, em Madrid; o convento de Mangas de La Saribia, em Tusó, Pontevedra; a residência de Francisco Pessoa, ordenança de Alpoim Calvão, Calle La Gasca, 67, apartado 209A; a quinta do Prof. Soares Martinez, entre Salamanca e Valladolid; uma quinta em Málaga, onde estacionavam o Rosa Casaco e o Barbieri Cardoso; uma quinta entre Salamanca e Ciudad Rodrigo, com aeródromo.

Como locais de contacto e reunião foram ainda referenciados: o Hotel Samil Playa, em Vigo; um convento em Verin, base de apoio de grande importância, e uma quinta nos arredores que servia de base de treino e donde partiam os indivíduos que se infiltravam na região de Chaves, através duma quinta de Alpoim Calvão; em Puebla de Sanabria existia uma outra base para infiltrações, neste caso facilitadas em Portugal por um tal Barreira, ligado à família Gonçalves Rapazote; em Fuentes de Honor existia um outro importante centro

Barbieri Cardoso, o n.º 2 da PIDE, é um dos mais activos organizadores da contra-revolução



de apoio (nessa localidade, um ex-píde, proprietário de uma garagem, passava legalmente os carros para Portugal); em Valverde del Fresno e Valência de Alcântara existiam igualmente bases de reunião para grupos a infiltrar em Portugal; em Badajoz os terroristas concentravam-se no Hotel del Río e no Hotel Zurbaran, existindo aí igualmente um escritório para recolha de informações, bem como uma outra base na quinta de Samuel Lupi; em Marbella, onde permaneciam Almeida Araújo e António Cirne, realizavam-se reuniões importantes com elementos da extrema-direita europeia; os «Ramos de Acção Interna» assentavam arraiais em Talavera de la Reina.

Em Madrid, na Calle los Gallitos, 19, funcionava o centro de ligação e apoio com a DGS espanhola.

Os contactos da polícia política espanhola com as organizações terroristas portuguesas processaram-se em duas fases: numa primeira através da presença em Espanha de ex-pídes fugidos de Portugal após o 25 de Abril e colocados em actividade no País Basco, em acções de segurança e em interrogatórios de presos políticos; numa segunda fase, após o 28 de Setembro, através da montagem de um sistema de controlo da actividade terrorista contra Portugal, que a DGS espanhola apoiava efectivamente. Esse controlo era dirigido pelo comissário Puyot e por Miguel Ayedo Ascensio, responsáveis da DGS pela informação sobre Portugal e pelo controlo das activi-



Almeida Araújo, secretário-geral do Partido Liberal, elpista activo

dades contra-revolucionárias. Estes indivíduos mantinham contactos com Eloy Ibanez, funcionário da Embaixada de Espanha em Lisboa, sendo aí responsável pela informação sobre Portugal.

O centro coordenador situava-se em Madrid, tendo, para as operações de recrutamento, a cobertura da «Organização Nossa Senhora de Fátima» (com sede em Torres de Madrid, piso 10, escritório 3, Plaza de Espanha, Madrid 13, telefone 2484826).

O circuito de recrutamento era o seguinte: os candidatos eram encaminhados para José Hipólito Raposo (R. Conde Penalva, 92, 5.º, Dt.º, Madrid), seguindo daí para José António Saldanha Meneses (R. Alberto Alcoucer, 149, 4.º, Madrid, telefone 4588114, ext. 408). Na operação eram utilizadas como senha e contra-senha as palavras «generalíssimo» e «cusco». Meneses e Duarte Pinto Coelho eram os vice-presidentes da «Organização Nossa Senhora de Fátima». Os candidatos eram apreciados por Van Uden e Nuno Barbieri; se o parecer fosse positivo seguiam para o ex-pide Cunha Passo. Recebiam 7000 escudos durante a fase de treino e 15 000 escudos na fase operacional, em ambos os casos com todas as despesas pagas. A actividade de recrutamento não se processava apenas em Espanha, mas também em Portugal. A título de exemplo refere-se que o capitão Maltês Soares, ex-comandante da polícia de choque, convidou em Abril de 1976 diversos indivíduos para instrutores do MDLP, oferecendo-lhes o ordenado de 20 contos mensais.

A composição dos órgãos dirigentes do MDLP é conhecida. Além do próprio Alpoim Calvão, são conhecidos como dirigentes do MDLP o tenente-coronel Dias Lima e também o tenente-coronel Santos e Castro. Além destes militares, a imprensa internacional tem referido outros, e nomeadamente: o coronel Canto Cabuce, que teria fugido do País pelo 28 de Setembro; coronel pára-quedista Costa Campos e o capitão da PIDE/DGS na Guiné, Alves Cardoso. Além da imprensa internacional, o próprio Alpoim Calvão referiu Sanches Osório como dirigente do MDLP.

O MDLP estaria organizado da seguinte forma:

PRESIDENTE

António Spínola

DIRECTÓRIO

Dias de Lima
(Chefe do Estado-Maior)

Alpoim Calvão
(Chefe militar)

Santos e Castro
(Ligações com ex-colónias)

O tenente-coronel Dias de Lima chefiava um Estado-Maior que compreendia:

Serviço de Comunicações — chefiado pelo tenente-coronel Vasco Simas;

Embaixador itinerante — major Carlos Simas;

Serviço de contra-informação — dirigido pelo primeiro-tenente Casais Braga, primeiro-tenente Cunha e Silva, Marques Pereira e Nunes Pinheiro, ambos ex-oficiais da reserva naval. Neste serviço colaboraram diversos ex-pides;

Serviço de logística — chefiado pelo tenente-coronel Quintanilha Reis de Araújo;

Serviço de operações — chefiado pelo capitão Maurício Saraiva.

Existia ainda um Gabinete de Análise Política, do qual faziam parte o Prof. Fernando Pacheco de Amorim, José Vale de Figueiredo e Sanches Osório. O ex-ministro de Marcelo Caetano, Cotta Dias, era o responsável pelas finanças e recolha de fundos.

Na orgânica do MDLP contava-se ainda o chamado Ramo de Acção Interna — RAI, chefiado pelo major Morais Jorge, tendo como

adjunto Alexandre Negrão (ex-Partido do Progresso) e ligações com o primeiro-tenente Zuzarte Rolo e Carlos Machado.

O tenente-coronel Dias de Lima desertou no 11 de Março, tendo regressado a Portugal após o 25 de Novembro.

Alpoim Calvão tem 40 anos e é natural de Chaves; viveu em Lourenço Marques, ingressando mais tarde na Escola Naval, onde tirou as especialidades de submarinos, mergulhador-sapador e fuzileiro especial; comandou a Escola de Fuzileiros. Em 1971 organizou o assalto a Conakry; em 1972 é colocado em Lisboa como comandante da Polícia Marítima. Após o malogro do golpe de 11 de Março foge para Espanha, passando a usar os pseudónimos de Lobo (em Espanha) e Tigre em (França). Estabelece um sem-número de contactos com o objectivo de ganhar apoios materiais e humanos para o MDLP: em França, e por intermédio de Miguel Quina, estabelece contactos com a China. As suas ligações de maior confiança são o comandante Patrício, primeiro-tenente Horta, tenente Anaia, tenente Centeno, Francisco Pessoa (sua ordenança e piloto do seu avião) e capitão-tenente Rebordão de Brito (ex-comandante do curso de preparação de fuzileiros africanos na Guiné, datando dessa altura as suas relações com o segundo-tenente Pedro Meneses — da rede bombista —, segundo-tenente João Corvo e primeiro-tenente Benjamim de Abreu).

O tenente-coronel Santos e Castro (irmão do ex-presidente da Câmara de Lisboa e ex-governador geral de Angola) é também desertor (como consta da lista de antiguidades do Exército). Cabiam-lhe no MDLP as ligações e coordenação da conspiração neocolonialista, contando para tal com um corpo de colaboradores, dos quais se destacam: os mercenários Manuel Cristina (guarda-costas de Jorge Jardim), Daniel Roxo (recentemente morto durante um raid contra Moçambique), major Alves Cardoso (que o acompanhou no recrutamento de mercenários para combater em Angola, tendo comandado um esquadrão de mercenários portugueses que participaram na invasão da RPA; é um homem de mão do Jorge Jardim). Santos e Castro regressou a Portugal e ninguém lhe pediu contas pelas suas actividades terroristas.

O coronel Costa Campos foi também elemento destacado da rede terrorista e da conspiração neocolonialista. Tendo-se no entanto apoderado de 11 000 contos destinados ao pagamento de mercenários para um golpe em Moçambique, foi condenado à morte pela organização; a execução foi planeada pelo Alpoim Calvão, que encarregou da tarefa o conhecido arruaceiro António Cirne. A missão

não foi cumprida e Costa Campos regressou a Portugal, vindo do Brasil, em 3 de Abril de 1976. Pendia sobre ele um mandato de captura que veio a ser retirado.

Também o capitão Maurício Saraiva regressou livre e impunemente a Portugal em 1 de Junho de 1976, sendo aguardado pelo seu advogado, José Augusto Gama (ao tempo director do jornal *Vária 8*).

Spínola e o estado-maior do MDLP vão beneficiar não só dos meios materiais já obtidos pelo ELP, designadamente os apoios financeiros que recebia como membro da Internacional Fascista, como de uma grande ajuda internacional. O MDLP centra a sua actividade subversiva e violenta no Norte, onde o atraso cultural e político das populações é ainda considerável e o domínio da Igreja muito forte. Ao que é necessário acrescentar toda a propaganda anticomunista de 50 anos de fascismo, e o facto de estas populações pouco haverem beneficiado, do ponto de vista económico, com o 25 de Abril. É aí que o MDLP desencadeará o seu «terrorismo de massa» apoiado nos caciques locais.

O chamado Ramo de Acção Interna tinha a seu cargo a formação de Grupos Especiais e das chamadas Forças de Acção Especial, entre as quais se contavam as «Brigadas Antitotalitárias». Tratava-se de grupos manipulados pelos caciques e pelo clero reaccionário, estando hoje referenciados muitos dos seus elementos e redes. Entre os elementos do clero reaccionário os mais destacados eram o cónego Eduardo Melo de Braga, o cónego Galamba, o padre Albino, de Amares, e D. Aninhas, de Seia (conhecida por «Vaticano II», velha cacique que albergou Sanches Osório antes da fuga deste para Espanha). O cónego Melo mantinha contactos com Alpoim Calvão através de um padeiro de nome Oliveira colocado em Tui; está na origem da formação das «BAT», tendo ligações com D. Pedro Magalhães, conde de Ponte de Lima e dirigente local do PPM; mantinha igualmente ligações com grupos de retornados reaccionários.

O D. Pedro, por sua vez, tinha ligações com a «rede Ramiro Moreira», tendo fugido para o Brasil após a prisão dos primeiros elementos da rede.

Quanto à rede montada pelos caciques locais é extremamente vasta e complexa. Está em geral ligada aos assaltos a sedes de partidos de esquerda e sindicatos e outras acções de violência fascista. Pela sua importância e actividade destacam-se os seguintes ramos:

Zona de Fafe — João Ricardo, filho do patrão da fábrica CFT; recolheu 900 contos para comprar armamento (tinha uma oferta de 30 G-3 a 30 contos cada uma no Porto). Participou em acções terroristas em Fafe juntamente com outros indivíduos que se intitulavam do ELP: Eduardo Teixeira, António Correia, Manuel Nogueira (especialista em armamento), Zeca Mirita e o irmão, Armando Mota, Eduardo Correia, António Gonçalves (passador de atestados da Junta), Armando Pereira, Manuel Lobo e Damião Monteiro.

Zona de Trancoso — Ângelo Nascimento (pseudónimo «Mota»), condutor e guarda-costas de Galvão de Melo, guardava num armazém 200 pistolas; Hermínio Venâncio (ex-Partido do Progresso, fugiu para Espanha após o 28 de Setembro; foi preso na sequência das investigações sobre o rebentamento de Monsanto, sendo mais tarde posto em liberdade); Frei Nuno de Santa Maria (frade em Penafiel, passador de clandestinos na fronteira).

Zona de Viseu — Miguel Mocas (proprietário do Café Paladium de Viseu; CDS; distribui propaganda do ELP). Antero Nabaís Salada (ex-comando, guarda-costas de Galvão de Melo).

Zona de Figueira de Castelo Rodrigo — João Janeiro (ex-comando); Miguel Crespo (preso no 11 de Março; indivíduo muito rico; adquiriu uma casa pré-fabricada na serra da Marofa, onde recebe visitas suspeitas e realiza reuniões durante a noite).

Zona da Guarda — Zé Jorge (industrial de táxis, candidato pelo CDS à Constituinte; contactos com uma espanhola que servia de correio); Álvaro Martins Brandão Estêvão; Jacinto Marques (suspeito de ligação com o atentado bombista contra uma viatura militar em Pinhel); António João (motorista de táxi; candidato pelo CDS à Constituinte; passou o Sanches Osório para Espanha após o 11 de Março).

Açores - FLA — Alfredo Gonçalves Lima (comerciante e negociante de propriedades); Frederico Gago Matias Tavares (candidato pelo CDS à Constituinte); Milton de Melo e Sousa (comerciante); Visconde Botelho; Dr. José de Almeida; Augusto Ataíde (subsecretário de Estado da Juventude no último governo fascista); irmãos Paul e Pierre Bletiere; Dr. Emílio Monteverde; Ernesto Hintze Ribeiro Leo Weitzenbauer (cônsul da RFA); Gilberto Nóbrega; Luísa Isabel Bettencourt Mafra; Maria de Lurdes Forjaz Sampaio e marido.

Para além destas organizações terroristas e das organizações reaccionárias separatistas dos Açores e Madeira — a FLA, Frente de Libertação dos Açores, e a FLAMA, Frente de Libertação do Arqui-

pélago da Madeira, directamente estimuladas e apoiadas pelo imperialismo e com uma fronteira muito esbatida para os partidos da direita reaccionária — um sem-número de grupúsculos, muitos dos quais limitando a sua actividade à publicação de um ou outro panfleto, têm aparecido, e desaparecido, secundando com a sua actividade a acção da direita reaccionária, que deixando certas acções e posições para serem assumidas por tais agrupamentos procura manter uma face «respeitável», e dos grupos terroristas.

Entre estes, e numa enumeração que não pretende ser exaustiva, referem-se:

- Movimento Nacional «Luís de Camões»;
- Movimento Nacionalista Português;
- Movimento da Renovação Nacional;
- Comissão Unitária de Esclarecimento Democrático (Comité Central);
- Grupos de Acção Anticomunista;
- Grupos de Refugiados Independentes de Portugal (apoio à candidatura de Kaúlza à Presidência da República);
- Reforma;
- Liga Democrática Nacional;
- Frente Patriótica Anticomunista;
- Os Viriatos;
- Frente Revolucionária Cristã;
- Frente Católica Revolucionária;
- Esquadrão Vermelho;
- Cruzada Renascida Anticomunista;
- Movimento de Libertação do Minho;
- Comissão das Forças Armadas;
- Comité para a Defesa da Liberdade;
- Movimento Democrático das Forças Armadas;
- Frente de Acção Civil Armada;
- Movimento de Libertação do Povo Transmontano;
- Movimento para a Independência do Algarve;
- Comandos Operacionais de Defesa da Civilização Ocidental — CODECO
- Comandos Democráticos do Norte de Portugal;

POVO DA BEIRA ALTA

C R A C (CRUZADA RENAS-

CIDA ANTI-COMUNISTA) que desde há 2 dias luta activamente em RIO MAIOR, CHAVES, TOMAR, LISBOA, PORTO, FARO, LAGOS, ELVAS, ALCACER, SATARÉM, BATALHA e mais povoações do País, convoca todos os homens da Beira Alta para, durante todo o dia de amanhã, se reunirem em Viseu e decidirem activamente a parte que lhes compete no futuro

País, que já provou por eleições, não querer cair na mão da minoria arruaceira marxista-comunista que, com ordens e dinheiros de Moscovo, está prestes a escravizar o nosso Povo.

Nesta hora grave do destino livre de Portugal, todo o Beirão tem o dever, deitando qualquer comodismo para detrás das costas, de vir para a rua declarar a sua vontade de querer continuar a viver dentro do seu País belo, calmo, livre e independente

Não a qualquer tipo de Marxismo - Comunismo

Não aos arruaceiros de Otelo, Fabião e Rosa Coutinho.

Não à Guerra Civil

Não à Desordem Comunista

A C R A C (Cruzada Renascida Anti-Comunista) que não é um partido mas apenas a Luta Rápida pela liberdade de pensar e viver do Povo Português, aceita lutar ao lado de todos os partidos anti-marxistas e comunistas portugueses.

A C R A C convoca desde já, para o dia e hora a marcar oportunamente, para a futura CIDADE-LIVRE DE RIO MAIOR, os Plenários dos:

Retornados do Ultramar

e

Caçadores de todo o País

Viva a Liberdade do Povo Português

QUEM PRESTA CONTAS...

Vivemos há mais de 2 anos governados (ou desgovernados?) por ministérios de maioria Marxista ou totalmente Marxistas. O actual Governo Socialista é um Governo Marxista. O Governo Socialista-Marxista de Mário Soares diz que vai resolver os graves problemas nacionais que ele mesmo ajudou a criar. Mas não consegue. Além da incompetência dos seus Ministros, preocupa-se mais em resolver os problemas partidários, que são muitos, do que os problemas da Nação.

Os Socialistas-Marxistas, consideram Portugal um feudo seu, e os Portugueses locais que só servem para lhes dar votos, votos que infelizmente lhes têm dado à custa da mentira e da especulação eleitoral em que Mário Soares e os seus «camaradas» são pródigos.

O Governo Socialista-Marxista, como bom seguidor das linhas programáticas do Marxismo Internacional, esquece-se que age por procuração de um POVO que nunca soube ser escravo e a quem mais tarde ou mais cedo tem de prestar contas. Sim, porque ao Povo Português tem de ser prestadas contas de tudo que em seu nome se tem feito e que só tem servido para o trair, desonrar e empobrecer.

O Povo Português exigirá contas de todos os gastos e desmandos praticados em seu nome depois do 25 de Abril. O Povo Português, que já vai tendo consciência do logro que foi a Revolução que lhe prometeram, que já vai tendo consciência dos crimes cometidos à sombra da sua boa fé, começa já a perguntar:

- Quem presta contas dos milhões de contos esbanjados com a chamada Reforma Agrária, legalização do roubo e da extorsão? Dessa Reforma Agrária que apenas serviu para encher os bolsos de uns tantos ladrões e oportunistas, e para permitir aos Sindicatos Agrícolas arrecadar receitas fabulosas que servem para financiar as actividades do Partido Comunista?
- Quem presta contas dos milhões de contos esbanjados em subsídios aos jornais estatizados, que tem servido para garantir chorudos ordenados a uns tantos intelectualizados escrevinhadores que mais servem os seus Partidos do que a Nação que lhes paga?
- Quem presta contas dos milhares e milhares de contos esbanjados com o aumento incontrolado dos quadros do funcionalismo público, que só serve para pagar fidelidades políticas, criando uma classe de «coça corredores»?
- Quem presta contas dos 43 milhões de contos de subsídios concedidos a Empresas que antes do 25 de Abril eram prósperas e depois se tornaram deficitárias por força da indisciplina, da anarquia, do saneamento dos dirigentes competentes e sua substituição por incompetentes oportunistas?
- Quem presta contas dos muitos milhares de contos esbanjados com o Serviço Cívico Estudantil, sem qualquer proveito para os estudantes e para a Nação que pagou?
- Quem presta contas dos muitos milhares de contos esbanjados em Viagens de Ministros, Comissões, Delegações, etc., que passeando-se pelos 4 cantos do Mundo nada fizeram em benefício da Nação? Quem pagou os muitos milhares de contos que a Delegação Portuguesa que foi à Venezuela, e da qual fazia parte Vasco Lourenço, gastou em compras particulares em boutiques, etc.? Quem?
- Quem presta contas com as dezenas de milhares de contos esbanjados com a utilização incontrolada das viaturas do Estado, as mais das vezes ao serviço particular de funcionários oportunistas e até de Partidos?
- Quem presta contas dos milhares e milhares de contos esbanjados na renovação de instalações e equipamento dos Gabinetes de Ministros, Secretários de Estado, etc., exemplo flagrante da colaboração que esses Senhores dão ao programa de austeridade que exigem, mas aos outros, que não deles?
- Quem presta contas de mais de um milhão de contos gastos com a reparação dos prejuízos causados nas instalações da Embaixada e Consulados de Espanha, consentidos e fomentados pelo ódio feroz de uns tantos energúmenos, um dos quais até, mais tarde, candidato à Presidência da República?
- Quem presta contas do preço pago pela tão celebrada «descolonização exemplar», dos muitos milhões de contos roubados à Nação para aplacar as iras dos assassinos Sálimora Machado, Agostinho Neto, Vasco Cabral, etc.? E quem presta contas dos milhões de contos esbanjados pela incapacidade em resolver de modo conveniente o problema do auxílio aos nossos irmãos traídos do Ultramar?
- Quem presta contas dos milhares e milhares de contos postos à disposição de Organizações de apoio Juvenil do MEIC esbanjados em Campanhas Partidárias contrárias à vontade e ao espírito dos Portugueses que pagaram?
- Quem presta contas dos milhares e milhares de contos gastos em Campanhas publicitárias das mais variadas actividades públicas, sem qualquer proveito para a Nação?
- Quem presta contas das ruinosas operações comerciais efectuadas com a Rússia e outros Países Marxistas, que representaram autêntico pagamento pelo Povo Português dos crimes de que foi vítima?
- Quem presta contas dos milhares (milhões?) de contos gastos pelos Sindicatos em actividades políticas e partidárias, sem respeito pelos interesses dos seus associados?
- Quem presta contas dos milhares de contos gastos nas Campanhas de dinamização cultural do MFA?
- Quem presta contas dos 15 milhões de contos de déficit das Caixas de Previdência, que antes do 25 de Abril tinham dinheiro até para financiar o Estado?

Em todos os Governos depois do 25 de Abril, tem participado Ministros de Partidos Marxistas (Comunistas e Socialistas). Esses Governos só têm conseguido promover a ruína económica e a desagregação da Nação Portuguesa. São os defensores das «mais amplas liberdades» e do «socialismo em liberdade», que tem garantido ao Povo Português a liberdade de ser cada vez mais pobre, de ser cada vez menos Nação.

Portugueses!

Chegou a hora de pedir contas a quem tanto vos tem enganado e traído!

Não deixeis que os Marxistas (Socialistas e Comunistas) continuem a atirar-vos para a miséria e a degradação! Pedilhes contas! Basta de mentira e de engano!

Portugueses!

Os Socialistas são imbecis! Eles não sabem! Portugal não os Portugueses!

A necessidade de unir, organizar e coordenar as acções de todos os grupúsculos de extrema-direita, designadamente os pequenos grupos que como franco-atiradores têm também desenvolvido acções terroristas, de dar maior credibilidade à máscara democrática afivelada pelos partidos da direita reaccionária criando um agrupamento à sua direita que assuma claramente posições fascistas, tem-se traduzido por sucessivas declarações e acontecimentos:

Em 7 de Outubro de 1976, Silvério Marques preconiza a formação de um partido de retornados.

As iniciativas reaccionárias no sentido de organizar o desespero dos retornados têm-se sucedido. Nenhuma individualidade ou organização reaccionárias apontam aos retornados qualquer perspectiva para a solução dos problemas e das situações, em certos casos dramáticas, em que vivem muitos retornados, limitando-se a procurar mobilizar esse vasto contingente contra a democracia portuguesa. Nessa tarefa e com funções de direcção se distinguem: Artur Ligne, director do jornal **O Retornado**, oportunista que em Angola chegou ainda a oferecer os seus préstimos ao MPLA; Aurora Verdades e seu filho Gil Verdades; Paulo Chipilica, estudante da Faculdade de Direito; José Cirilo, um dos financiadores da FNLA.

A actividade da FNLA/UNITA contra a independência de Angola e contra a democracia em Portugal tem como dirigentes no nosso país: Manuel Gonçalves, sócio da empresa SODIS (Av. Ressano Garcia, Lisboa), Mota Veiga e Onofre dos Santos. Estes dois últimos indivíduos estão relacionados com Apolinário Correia, membro do Bureau Político do CC da FNLA, que em 2 de Setembro de 1976 se avistou com Galvão de Melo.

O ex-membro da Junta de Spínola apareceu ultimamente ligado a uma outra organização, a Inter-Organizações de Refugiados — IOR, associação de carácter abertamente fascista que toma iniciativas de provocação violenta e faz apelos abertos à utilização do terrorismo. A IOR tem como secretário-geral João Serejo, José Anacleto é o 1.º secretário, Madeira Feliciano o tesoureiro, Paulo de Castro o consultor jurídico e Carlos Alberto Santos o responsável pela propaganda e informação. A IOR afirma ter 3000 associados.

Uma outra organização reaccionária de retornados é o Centro Social Independente — CSI, que tem como dirigentes Gomes dos Santos que comandou a conspiração de 7 de Setembro em Mocam-

OIPUL - EDIÇÕES PUBLICIDADE LIVRE

SEDE: C. P. 202 - TELEF. 194 - NOVO REDONDO

DELEGAÇÃO: C. P. 431 - TELEF. 22421 - GABELA

ADMINISTRAÇÃO: C. P. 226 - PORTO AMBOIM

A. N. G. L. A.

JORNAL SEMANÁRIO REGIONAL
KUANZA-SUL

SEDE: C. P. 202 - TELEF. 194 - NOVO REDONDO

END. TELEGRÁFICO: JORNAL KUANZA-SUL

DELEGAÇÃO: C. P. 431 - TELEF. 22421 - GABELA

END. TELEGRÁFICO: JORNAL KUANZA-SUL

PROPRIETÁRIO E DIRECTOR: *Arthur Ligne*

N.º 2056/75

Secção Doc. Oficiais

À
Comissão Provincial
do Movimento Popular de Libertação de
Angola
Novo Redondo

DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA

Considerando que o Movimento Popular de Libertação de Angola, na sua luta intrínseca e titânica pela libertação do país e do povo angolano não tem dispensado esforços pela defesa dos bens e das vidas humanas;

Considerando que o Movimento Popular de Libertação de Angola, como legítimo e único representante do nosso povo, é merecedor, por justiça e por direito a todo o incondicional apoio dos concidadãos nascidos ou radicados em Angola;

Considerando que o Movimento Popular de Libertação de Angola, nas lutas e guerras impostas pelos lacaios do Imperialismo, sem qualquer vacilo desde logo e sem condições defendeu heroicamente os bens e pessoas afectas a este Orgão de Comunicação Social Regional;

O signatário, como legítimo proprietário e Director do Jornal Kuanza Sul, com sede em Novo Redondo e Delegações nas cidades da Gabela e Porto Amboim, decidiu:

- 1º) - Ceder, gratuitamente, todo o recheio, composto por móveis, da sede do Jornal em Novo Redondo e da Delegação na Gabela, ao glorioso Movimento Popular de Libertação de Angola, - que se considera ligado por fortes laços de agradecimento e simpatia, dadas as considerações já indicadas;
- 2º) - Todo o recheio indicado em 1º) se encontra totalmente liquidado às firmas fornecedoras, de cuja declaração o signatário se responsabiliza;
- 3º) - Está, portanto, o Movimento Popular de Libertação de Angola, desde já, na posse legítima dos bens já indicados, por oferta do signatário, podendo dar-lhe o destino que bem entender e que julgar conveniente.

Feito em Porto Amboim, aos 8 dias do mês de Outubro de 1975.

c/c Info:

Bureau Político do MPLA
Sub-Comissão de Porto Amboim
Ministério da Informação.
AL/AL.



Arthur Ligne

De informador da PIDE a director do jornal O Retornado. Arthur Ligne tentou no percurso infiltrar-se no MPLA

(OPVDCA), «flechas» da PIDE e GEs, que dispunha da rede de transmissões da PIDE e de armamento fornecido pela África do Sul. A FRA planeava para 26 de Outubro de 1974 um golpe, dirigido militarmente por Santos e Castro, estando nos seus planos o assalto e incêndio dos bairros periféricos de Luanda e o massacre de militares e civis afectos ao 25 de Abril; o golpe foi descoberto em 24 de Outubro, tendo Pompílio da Cruz fugido para a África do Sul e daí para Portugal, onde chegou a candidatar-se à Presidência da República:

O projecto de formação do «grande partido» de retornados, mas não só, está na base da criação da Frente de Ressurgimento Nacional — Fraterna. Anunciando-se como «o mais anticomunista dos partidos políticos portugueses», a Fraterna integra a chamada Inter-Organizações de Retornados e a Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar, que retirou o seu apoio ao CDS na sequência da expulsão de Galvão de Melo do Grupo Parlamentar daquele partido. Tem à sua frente gente como Rebocho Vaz, ex-governador geral de Angola; Martins Varanda, ex-proprietário de uma cadeia de restaurantes, pastelarias e supermercados em Angola; Araújo Rodrigues, ex-director de jornais e revistas colonialistas e homem de mão do magnate colonialista Venâncio Guimarães Sobrinho; Henrique Gago da Graça e outros grandes capitalistas que fizeram fortuna em Angola.

Em 23 de Novembro de 1976, Kaúlza de Arriaga comunica que «a evolução da conjuntura militar nacional evidencia a necessidade da criação oportuna» do MIRN, Movimento Independente de Reconstrução Nacional.

Em 15 de Dezembro de 1976, Sanches Osório e Luís Arouca fundam a «Associação Liberdade e Democracia».

Para 6 de Janeiro de 1977 é anunciada a realização de um Congresso neonazi que não chegou a realizar-se, considerando a PSP tratar-se de «um balão de ensaio para avaliar da reacção das autoridades e da população».

Nos primeiros dias de Janeiro é anunciada a criação do PAP, Partido da Aliança Portuguesa, à frente do qual surgem Manuel Pires de Moraes (ex-deputado do CDS), Luís Arouca, Pinheiro da Silva (director do *Vária 8*), Valdês dos Santos (director do *Jornal de Economia e Finanças*).

Luís Arouca, fundador do PSDI, elaborara já antes do 28 de Setembro o projecto para uma chamada Aliança para o Progresso Social, que incluiria ao tempo os partidos do Progresso, Liberal, a

Democracia Cristã e o PPD. A «Aliança» teria como presidentes honorários Palma Carlos e Azeredo Perdigão, como presidente o general Venâncio Deslandes, como vice-presidentes Lobato Guimarães e Fernando Olavo, contando ainda com conhecidas figuras do regime fascista tais como Galvão Teles, Costa André e Adriano Moreira.

É criado o MIRN, tendo como fundador Kaúlza de Arriaga, Rodrigo Maria Soares, Cordeiro da Silveira, Afonso Costa Valdês Thomaz dos Santos e Manuel Carlos Viveiros Avides Moreira.

Major Hugo Rocha
Secretário de Estado
da Administração
Interna

**«Ninguém
será poupado,
seja civil,
doutor ou general.»**

A partir dos primeiros dias de Agosto de 1976 e na sequência das promessas feitas ao povo português de dar firme e resolutos combates ao terrorismo, a Polícia Judiciária do Porto e a Polícia Judiciária Militar prendem os primeiros elementos acusados de pertencer à rede terrorista:

- Ramiro Manuel Reis Moreira;
- Manuel Ramos Teixeira Gomes;
- José Manuel Marques da Costa;
- Luís Máximo de Jesus Vieira (libertado em 23-8-76);
- Gonçalo Gonçalves Martins;
- Rui Figueiredo de Macedo (libertado em 9-8-76);
- Joaquim Ferreira Torres (libertado em 12-11-76);
- António Júlio Regadas;
- Abílio de Oliveira (libertado em 25-9-76);
- António Carlos Rangel;
- Major Mota Freitas (libertado em 12-11-76);
- João Martins Fernandes «Veríssimo»;
- Décio Sottomayor (libertado em 25-9-76);
- António José Brito Silva Santos (libertado em 9-10-76);
- Capitão Caimoto Duarte;
- Tenente Pedro Meneses;
- Valentim Loureiro (libertado no mesmo dia, 9-11-76).

Outros elementos com mandatos de captura não são encontrados, presumindo-se que tenham fugido para o estrangeiro, entre os quais:

- Manuel Joaquim Rodrigues Macedo;
- Pedro Magalhães Coutinho;
- Álvaro António Barros Pereira.

Os elementos deste grupo são de imediato acusados de intervenção directa nos seguintes atentados bombistas: Embaixada de Cuba, em Lisboa; S. Martinho do Campo (Santo Tirso); radar das torres do aeroporto de Lisboa; Av. da Liberdade, em Lisboa (com morte de um jovem); Cooperativa Árvore (Porto); Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Ramiro Manuel Reis Moreira, 35 anos, tem residências na Praça da República e na Rua Faria Guimarães, no Porto. É proprietário de um «Opel» que apareceu em diversas movimentações de forças de direita, designadamente em acções relacionadas com assaltos a sedes de partidos progressistas e em S. Martinho do Campo quando do atentado que destruiu a casa de um progressista local, matando a esposa. Esteve preso no Quartel-General do Porto pela distribuição do panfleto «O povo acusa», sendo libertado pouco depois. Foi membro da Comissão Distrial do Porto do PPD com o cargo de chefe de segurança.

Manuel Ramos Teixeira Gomes, 25 anos, solteiro, desempregado, participou numa reunião do MDLP, com o pseudónimo de «Michel», organizada por um dos «Corrécios» — **Eduardo da Costa Oliveira** — e realizada em sua casa com a presença do jornalista alemão Wallraff. Nessa reunião de chefes do MDLP, reivindicou para a organização a responsabilidade dos atentados bombistas. Frequentador assíduo do restaurante «Pelintra», gaba-se de ser perito em bombas. Nas eleições para a Assembleia da República esteve presente numa mesa de voto, na Póvoa de Varzim, como delegado do CDS.

Luís Máximo de Jesus Vieira, 35 anos, ex-proprietário do restaurante «Pelintra», na Póvoa de Varzim. Na reportagem de Wallraff é indicado como um «quadro médio» do MDLP. O seu restaurante é local de encontro dos reaccionários da zona. Quando da sua prisão foram-lhe apreendidas grandes somas de dinheiro em moeda estrangeira.

Joaquim Ferreira Torres, casado, industrial, residente no Porto, ex-presidente da Câmara Municipal de Murça. Logo após o 25 de Abril foi afastado do cargo, mas viria, no entanto, e por despacho do Sr. Magalhães Mota, na ocasião ministro da Administração Interna, a reocupar o lugar. Do seu cadastro consta grande número de crimes por burla e condenações pelos tribunais de Viseu, Porto, Mirandela e Chaves. Membro da ex-ANP, foi sempre um destacado servidor do regime fascista. Especialista na manipulação de populações e na perseguição a democratas. Possuidor de grande riqueza de origem desconhecida. Os seus colaboradores — que se têm distinguido em acções contra pessoas e forças de esquerda — dizem-se ele-

de Meneses, que foi comandante do destacamento local da ex-Legião Portuguesa), o agente Regadas desempenhou um papel de relevo nas investigações relacionadas com o assalto à filial da Figueira da Foz do Banco de Portugal. A partir de então passou a colaborar com a PIDE, particularmente em interrogatórios de estudantes progressistas de Coimbra quando da repressão que em 1969 se abateu sobre a Universidade, evidenciando-se pelas torturas com que fazia acompanhar os interrogatórios.

Comendador **Abílio de Oliveira**, grande industrial da zona de Santo Tirso, proprietário da Sofil. Conhecido pelas frequentes posições reaccionárias que tem assumido.

António Carlos Rangel, empregado de escritório da Efacec, no Porto.

Gonçalo Gonçalves Martins, funcionário do Tribunal de Trabalho, indigitado pelo CDS para a Presidência da Câmara de Ponte de Lima. Recebia com frequência a visita do ex-inspector da PIDE António Augusto dos Ramos Calhau, que mais tarde fugiu do País.

João Martins Fernandes, conhecido por João Veríssimo, empreiteiro, secretário da Comissão Concelhia de Ponte de Lima do CDS; em 1973 requisitou quantidades insignificantes de explosivos para as suas pedreiras, em 1974 não fez qualquer requisição, em 1975, e apesar da crise da construção civil, as requisições aumentaram; para 1976 havia requisitado 2274 quilos de explosivos.

Mota Freitas era, à data da sua prisão, comandante da PSP do Porto.

Manuel Joaquim Rodrigues Macedo, comerciante no Porto, ausentou-se, ao que se julga, para o Brasil.

Pedro Magalhães Coutinho, conde de Ponte de Lima, ausentou-se igualmente para o estrangeiro, foi legionário e era actualmente activista do PPM e da CAP.

Álvaro António Barros Pereira pertenceu à «segurança» do CDS e em 1975 foi delegado deste partido numa assembleia de voto na Póvoa de Varzim.

Tenente Pedro Meneses, especialista em minas e armadilhas, envolvido no 11 de Março, apontado como figura de relevo do MDLP.

Capitão Caimoto Duarte, desertou do Exército português para a FMLA em 1975 juntamente com o capitão Manuel Barata Silvério.

Após a derrota dos invasores junta-se a Alpoim Calvão em Espanha. Estava clandestinamente em Portugal quando rebentou o caso Walraff. Posteriormente entrega-se às autoridades portuguesas, sendo colocado numa unidade militar em Viseu. Vem mais tarde a ser preso e incriminado no processo da rede bombista.

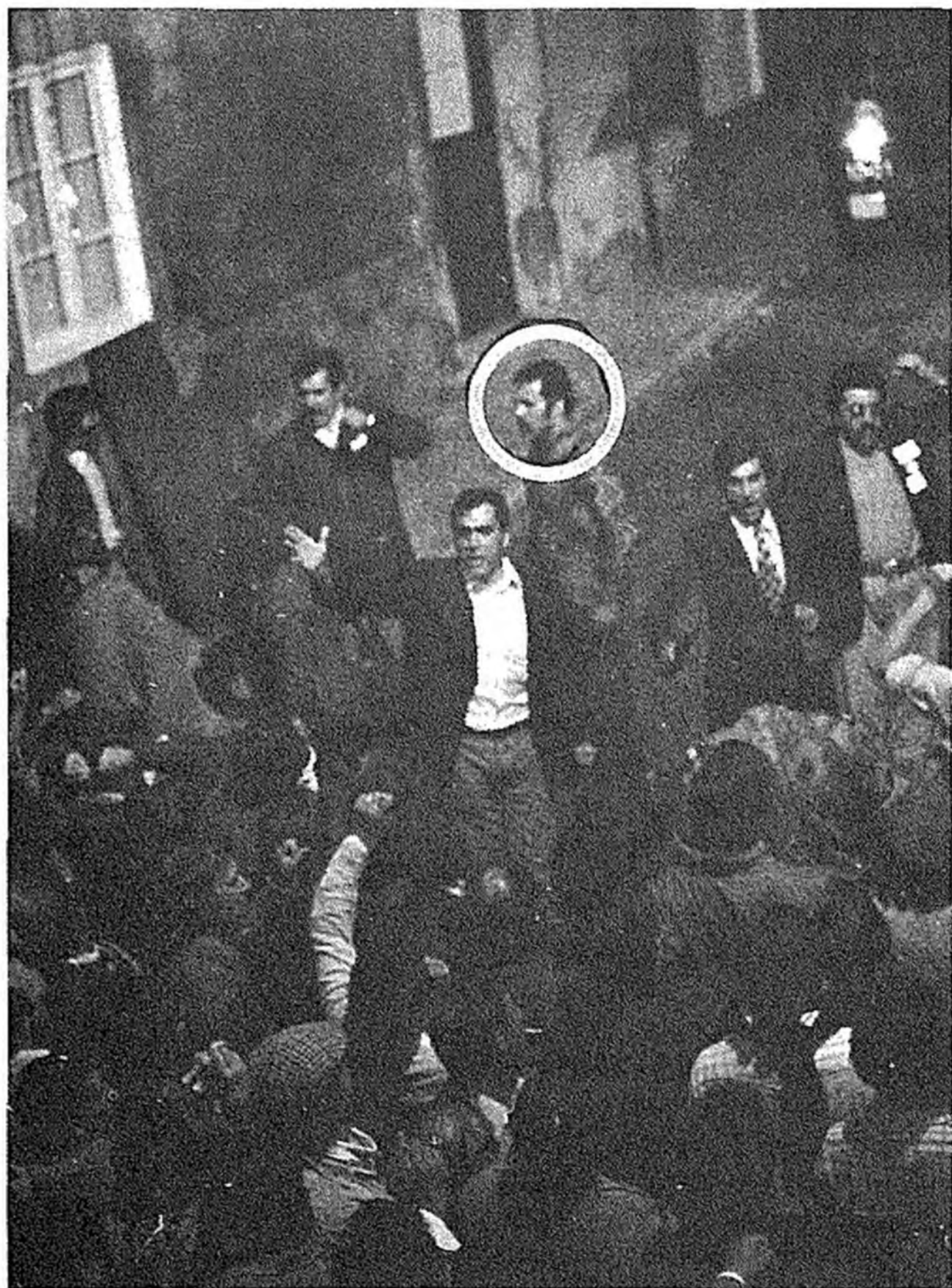
Já a cumprir penas a que foram condenados em tribunal nos primeiros dias de Janeiro de 1977 encontram-se os assaltantes da Standard Eléctrica:

- **António Jorge Panasqueira Gago** (13 anos de prisão);
- **José Cruz Ribeiro da Silva** (12 anos);
- **Miguel Lúcio Cruz Ribeiro da Silva** (12 anos);
- **João Pedro Tavares** (12 anos);
- **António José Bouça Areal** (10 anos).

Deste processo foi entregue ao foro militar **José Carlos Vieira**.

Na sequência das investigações sobre o assalto à Standard Eléctrica vieram a ser presos, sob a acusação de tráfico de armas, e entregues ao foro militar, **Vasco Montês** e **Joaquim Maria Centeio**. Destes indivíduos, o Montês veio a ser julgado (em 19-1-77) e condenado a 14 meses de prisão. O seu julgamento constitui uma imensa provocação contra a Revolução de Abril. O seu parceiro, Joaquim Centeio, ex-responsável pela «segurança» do PS, foi julgado mais tarde no tribunal do célebre juiz Barata e tendo por patrono o Dr. Proença de Carvalho, director do **Jornal Novo** da CIP. No mesmo processo figuravam ainda: **José Domingos Gago Pereira**, **José Carlos Mendes Graça de Macedo** (genro de José Galvão de Melo) e **Joaquim Vicente de Jesus** (ex-chefe da contabilidade da empresa Maiombe e colaborador directo de José Galvão de Melo nas falcatruas cometidas na empresa).

O Montês fora preso em casa do Centeio, sendo-lhe apreendidas armas, munições, grandes somas de dinheiro e cheques do First National City Bank. Ligado ao CODECO e à segurança do PS, durante uma manifestação deste partido frente à Emissora Nacional, em Outubro de 1975, fez vários disparos de pistola para provocar a resposta das forças militares que guardavam os estúdios e as consequentes situações de confronto. O Centeio foi preso com quatro G-3 e uma pistola de guerra, ficando a aguardar julgamento em



Em 30 de Setembro de 1975 na sequência de graves confrontos ocorridos durante uma manifestação do PS contra a Emissora Nacional, trabalhadores da estação denunciaram num comunicado um provocador integrado na manifestação que fizera vários disparos de pistola com o objectivo de desencadear um conflito com as forças militares que protegiam os estúdios da Rua do Quelhas. O indivíduo em questão, assinalado na foto, é Vasco Montes.

liberdade condicional. Tal situação é ilegal visto contrariar o disposto na lei que estabelece que os indivíduos detidos na posse flagrante de armas de guerra não podem ser postos em liberdade provisória. No tribunal, o Dr. Proença de Carvalho sustentou a tese de que se tratou de uma provocação destinada a incriminar o seu constituinte.

Em Julho de 1976 foi preso o **Eduardo Oliveira «Corrécio»**, posteriormente condenado a dois anos e quatro meses de prisão pelo crime de detenção e porte de arma de guerra. O recurso interposto pela defesa foi aceite e o julgamento anulado, durante a audiência do seu segundo julgamento e quando aguardava a leitura da sentença o «Corrécio» «fugiu» do tribunal (30-3-77), aproveitando-se da fraca vigilância existente.

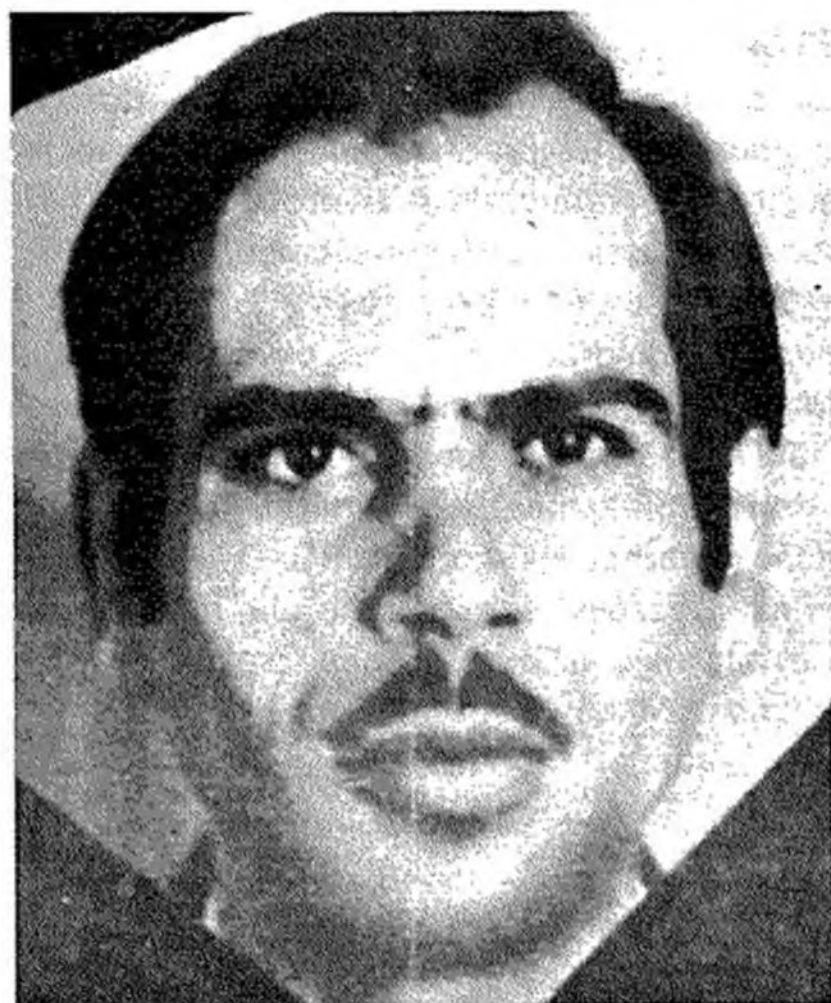
Fugas deste género têm sido aliás frequentes, havendo a registar, entre diversas outras, o caso de uma rede completa de falsários que actuava em estreita ligação com as organizações terroristas ELP/MDLP, cujos elementos principais iludiram por diversas vezes a vigilância das autoridades, se é que vigilância existia, furtando-se à justiça. Foi o caso de **João António Gonçalves Pacheco**, mentor da quadrilha de falsários detectada no Algarve em Setembro de 1976, indivíduo ligado a Alpoim Calvão; **Guilherme da Silva Lopes**, o «Rei de Malange», que financiava o MDLP; **Jorge Manuel Veríssimo Monteiro**, o «Capitão Roby», terrorista e burlão internacional preso diversas vezes, tendo-se sempre evadido recorrendo a artimanhas primárias que pouco abonam da eficácia dos seus captores.

Posteriormente vêm a ser presos outros indivíduos igualmente acusados de assaltos e atentados:

- **Aires de Jesus da Silva Dias;**
- **Sidónio Junqueiro Guerreiro Alves;**
- **Laurentino Felisberto de Oliveira e Silva;**
- **Albino Felisberto de Oliveira e Silva;**
- **Arménio Silvestre Rodrigues Gomes;**
- **Jorge Manuel Pais Estrela;**
- **Sotero Manuel Lucas Alves;**
- **José Gabriel Ferreira de Gouveia e Castro;**
- **Aurélio Duarte Lourenço;**
- **Carlos dos Santos Favas;**
- **Antero Andrade e Silva;**
- **Saoud Akim;**
- **Manuel Paulo Guerra Alves Luciano;**

- Manuel das Neves Soeiro;
- Teófilo Severino de Matos Bettencourt;
- José Maria Bernardo Pinto (que se contava entre os primeiros indivíduos presos e acusados de pertencerem ao ELP e posteriormente libertados; trata-se do «comandante Pinto» da FNLA).

A este grupo é atribuído o caso das «carrinhas incendiadas» no Porto, a colocação das bombas que explodiram no Porto quando da visita do Presidente da República àquela cidade, a colocação de petardos em hotéis de Lisboa e diversos assaltos. Alguns elementos do grupo participaram anteriormente na formação do CODECO, chegando nessa altura a ter contactos com Galvão de Melo.



Stuart de Vasconcelos: bombas e assaltos a bancos, para «mudar o rumo político»

Segundo a PJ, o grupo era chefiado por um tal **João Rodolfo Stuart de Vasconcelos** e as suas actividades visavam «a prática de um golpe de Estado em Portugal com o fim de mudar o rumo polí-

tico». A maioria dos seus elementos pertence aos quadros da FNLA e mantinha ligações com Guerin Sérac.

A imprensa revela que só alguns destes indivíduos continuam presos e que durante as investigações revelaram ligações que, a serem tornadas públicas, constituiriam um escândalo.

Stuart de Vasconcelos vem a ser preso pela Polícia Judiciária do Porto e pela PJM em fins de Fevereiro. A imprensa revela por essa altura que embora esta rede terrorista e a «rede Ramiro Moreira» não estivessem organicamente ligadas, «um dos interlocutores de Stuart de Vasconcelos era um nome conhecido da rede bombista, presentemente em liberdade condicional», acrescentando tratar-se de indivíduo que desempenhava «cargo importante» (O Jornal de 4-3-77).

Posteriormente vem a ser preso Carlos Alberto Baptista Ferreira, o «capitão» Ferreira, indivíduo igualmente ligado a este bando.

Acusado inicialmente apenas de um crime de homicídio, praticado em Setembro de 1976 no Hotel Lys, é preso **Manuel Vicente Cruz Gaspar**, acerca do qual consta estar igualmente relacionado com atentados bombistas, nomeadamente os praticados contra a Associação Portugal-Moçambique (5-6-76), atentado que provocou 17 feridos, a empresa Zanco (concessionária de Cabora-Bassa) (20-6-76), a Casa de Angola (20-7-76), e a DETA (22-7-76).

Quando, em Agosto de 1976, foram dados os primeiros golpes sérios na rede terrorista foi prometido aos portugueses que as investigações seriam levadas até às últimas consequências. «Ninguém será poupado, seja civil, doutor ou general», prometeu o secretário de Estado da Administração Interna.

Cedo porém surgem as pressões e manobras de intimidação com a intenção clara de evitar que as averiguações sejam levadas «até às últimas consequências».

1976

AGOSTO

5/6/7 — São presos os primeiros elementos da rede. Os jornais dão conta de que o principal suspeito, Ramiro Moreira, faz revelações de grande importância.

10 — Começam a ser ouvidos os elementos do grupo bombista.

- 12 — Preso o major Mota Freitas.
- 13 — É revelado que foi a partir de declarações prestadas por um dos assaltantes da Standard Eléctrica que se apanhou o fio da meada. Na mesma data escreve **A Capital**: «tudo indica que alguns membros do bando terrorista mantinham estreitas ligações com o MDLP, situação que teria permitido a obtenção de armas e explosivos utilizados pelas Forças Armadas».
- 14 — O **Diário de Notícias** revela também a ligação do grupo terrorista com o Eduardo «Corrécio».
- 17 — Preso João Martins Fernandes, «Veríssimo».
- 18 — Preso Décio Sottomayor.
- 21 — A Imprensa revela as ligações do «Veríssimo» com os assaltantes da Standard Eléctrica.
- 23 — É libertado Luís Máximo Vieira e detido o comerciante do Porto António José Brito Silva Santos.
- 26 — Uma tipografia de Viana do Castelo recebe a encomenda de panfletos exigindo a libertação do «Veríssimo», obra que não é executada devido à oposição dos trabalhadores. Em Lisboa aparecem inscrições: «Libertação dos patriotas presos» e «Libertação do comandante Mota Freitas e outros patriotas presos». Na mesma data começam as acareações: Eduardo «Corrécio» com Ramiro Moreira e este com Abílio Oliveira. A Imprensa revela que surgem as primeiras contradições.
- 27 — O **Diário Popular** revela que Ramiro Moreira declarou que ele próprio, Mota Freitas e outros participavam em reuniões do MDLP; que ele próprio e Júlio Regadas transportaram de Espanha um carregamento de armas do MDLP, tendo Regadas usado da sua qualidade de agente da PJ para facilitar a passagem na fronteira; que a sabotagem do radar do Aeroporto foi executada por Manuel Teixeira e José Manuel Marques da Costa e a das torres de alta tensão de Vialonga por quatro indivíduos ainda não identificados, ficando o Ramiro a vigiar.
- 28 — O **Diário de Lisboa** publica cópia de uma notícia de um jornal de Ponte de Lima, na qual se refere o nome do «Veríssimo» como secretário da comissão concelhia de angariação de fundos do CDS.

- 30 — O **Diário Popular** afirma que Ramiro Moreira se sente mais seguro que em liberdade e atribui a uma fonte digna de crédito a afirmação de que o Ramiro «criou já a nítida sensação de que tem medo da liberdade, donde se pode concluir facilmente que sabe poder ser abatido». O **Diário de Lisboa** revela que os presos estão em celas colectivas.

SETEMBRO

- 2 — Em conferência de Imprensa dada no Porto, afirma um grupo de vítimas dos atentados terroristas: «Há sinais evidentes de que a direita reaccionária tenta atenuar e encobrir as responsabilidades que só a ela cabem no terrorismo que durante largos meses desencadearam no País.» Revelam ainda que Manuel Teixeira e José Manuel Gomes da Mota foram delegados do CDS em mesas eleitorais; o empreiteiro «Veríssimo» era responsável pela Comissão de Fundos de Ponte de Lima do CDS; Gonçalo Martins pertencia aos serviços de segurança do CDS; Ramiro Moreira pertenceu à segurança do PPD.
- 6 — São atribuídos ao grupo terrorista, com elementos já presos, mais alguns atentados.
- 8 — Corre em Ponte de Lima um abaixo-assinado pedindo a libertação do Gonçalo Martins, que o CDS ia propor para a Presidência da Câmara.
- 10 — Distribuído profusamente no Porto um comunicado da chamada «Liga dos Patriotas Presos». Faz o elogio dos bombistas e lança toda a sorte de calúnias contra os investigadores da PJ.
- 17 — Circulam em S. Martinho do Campo dois comunicados:
De lacaios do comendador Abílio de Oliveira, invocando os direitos do homem para exigir a libertação do cacique;
De trabalhadores: «Não podemos permitir que andem à solta os que não recuam perante o assassinio, como aconteceu em S. Martinho do Campo, para impor a sua vontade e defender as regalias ganhas à custa do fascismo, para atemorizar o povo, para impedir a construção de um país liberto do medo e do banditismo.»
- 18 — Ramiro Moreira é interrogado três vezes numa semana. A imprensa revela que, inicialmente, Ramiro Moreira

PATRIOTAS PORTUGUESES

Para criar um País livre é preciso libertar todos os patriotas e desmascarar os parasitas, oportunistas e traidores à Pátria, que sob a falsa palavra de ordem anti-fascista cometem todos os desacatos.

Por isso se formou a «LAC» - Liga Anti-Comunista — que tem por fim tratar da libertação de todos os patriotas portugueses presos, por serem perseguidos pelos comunistas sem pátria, a soldo de Moscovo, com elementos pagos pela KGB infiltrados por todo o lado, inclusivé na P.J. e P.J.M.

Por isso exigimos a libertação dos patriotas:

Ten. Fuz. PEDRO DE MENESES;

Agente de 1.^a Classe da P.J. JÚLIO REGADAS;

Civil SÉRGIO FALCÃO e outros que pagam com a prisão o defeito de não serem Migueis de Vasconcelos, como os *Rosa Coutinho, Oteló, Costa Gomes, Vasco Gonçalves* e alguns Conselheiros da Revolução.

**ALERTA PORTUGUESES! ALERTA!
PATRIOTAS! A PÁTRIA ESTÁ EM PERIGO!**

Os cobardes, traidores e vendilhões da Pátria tomaram conta do País. Deram as Colónias, derreteram as nossas divisas e agora destroem a Pátria.

Vagabundos de Argel, Paris e Moscovo. Vendilhões da Pátria, ide-vos. Sai desta Pátria que não é vossa.

**A LUTA CONTINUA.
VIVA PORTUGAL!**

LIBERDADE OU MORTE
5.^a DIVISÃO DA «LAC»

não só confessou todo o seu envolvimento nos atentados como revelou toda a extensão da rede.

- 23 — É revelado pela imprensa estar em curso uma campanha para neutralizar um dos investigadores e paralisar as investigações.

A *Capital* um informador da PJM revela: «Ramiro Moreira confessou tudo antes de nos ser entregue. Pode-se provar, muito facilmente, logo que os processos deixem de estar no segredo de justiça.»

Ao *Diário Popular* afirma o director da PJM, coronel Ernesto Ramos: «Há uma manobra de intimidação evidente, não só no noticiário que muitos jornais ultimamente têm publicado como, até, nalgumas acções concretas.» Cita o assalto à casa do capitão Ferreira da Silva e acrescenta: «é evidente que há forças interessadas em afastá-lo das investigações».

Enquanto se intensifica a campanha de calúnias e atemorização contra o capitão Ferreira da Silva que, a nível da PJM, se encarrega das investigações, o juiz Dario Rainho substitui o juiz Pereira Cabral na instrução do processo.

- 25 — São libertados Décio Sottomayor e Abílio de Oliveira, devido, segundo o juiz Dario Rainho, «a alterações das declarações de Ramiro Moreira».
- 27 — O advogado de Mota Freitas lança a acusação de que o capitão Ferreira da Silva utilizara processos menos dignos e correctos durante as investigações.
- 30 — O *Jornal de Notícias* revela que um familiar de Ramiro Moreira fez uma tentativa para obter um passaporte em nome do arguido. Revela igualmente que foi possível ao Ramiro Moreira telefonar de Caxias para o Santos Silva, prevenindo-o de que ia ser preso.

OUTUBRO

- 1 — O juiz Dario Rainho interroga os investigadores, com base nas acusações contidas nos panfletos da chamada «Liga dos Patriotas Presos»

NOVEMBRO

- 9 — É ouvido pelo juiz instrutor Dario Rainho o ex-capitão Valentim Loureiro, ao que informa **A Capital**, por causa de reuniões realizadas em sua casa em Vila do Conde entre vários indivíduos acusados de implicação nos atentados bombistas.
- 9 — Vítimas dos atentados dirigem telegrama ao Presidente da República, Conselho da Revolução, grupos parlamentares do PS e PCP, etc., manifestando a sua preocupação «ao verificarem, quatro meses decorridos, que houve uma travagem nas investigações».

Na mesma data afirma o jornal **A Capital** que não se conhecem diligências feitas com vista a serem ouvidos ou detidos outros importantes presumíveis implicados: «Tudo indica que as detenções do capitão Caimoto Duarte e do tenente Pedro Meneses constituam, se não o fim de um processo, pelo menos o termo de toda uma primeira fase.»

- 12 — São libertados Mota Freitas e Joaquim Torres.
- 17 — O ministro da Justiça revela que vai ser criada uma secção especializada da PJ para a investigação de actos terroristas.
- 20 — Uma delegação de vítimas directas da vaga terrorista avista-se com o tenente-coronel Costa Neves, do Conselho da Revolução, expondo as suas preocupações pela impunidade de numerosos terroristas e pela libertação de alguns dos mais destacados responsáveis da rede. Costa Neves manifestou o seu profundo empenho em pôr fim ao terrorismo, «como aliás é propósito já anunciado ao País pelo Presidente da República».
- 26 — Na visita à PJ afirma o Presidente da República: «Creio ser possível conseguir desmontar breve e rapidamente as redes bombistas e atingir o fim deste problema, embora o bombismo constitua um aspecto particularmente difícil em termos de resolução política.» O general Ra

DEZEMBRO

- 3 — É prorrogado o tempo de prisão preventiva dos bombistas presos.
- 3 — O director da Polícia Judiciária é exonerado a seu pedido.
- 6 — O tenente-coronel Costa Neves reúne no Porto com círculos ligados às investigações (PJM, PJ e RMN).
- 7 — Os jornais revelam que a PJ de Lisboa tem já em seu poder elementos que dirão respeito ao presumível autor do atentado bombista contra Lopes Cardoso.
- 11 — O **Diário Popular** relaciona:

— Dia 3, é conhecido o despacho prorrogando de 3 para 4 meses a prisão preventiva dos seis bombistas;

— Madrugada do dia 5, rebentamento de petardo em frente ao Forte de Caxias;

— Madrugada de 6, rebentamentos nas linhas férreas em Caxias e Carenque;

— Rebentamento de bomba no cano condutor de água de abastecimento a Lisboa.

E afirma:

«É a solidariedade dos que estão cá fora. E o aviso é forte: tentativa de descarrilamento de dois comboios, pelo menos, o corte de água à grande Lisboa! Os chantagistas ameaçam não olhar a meios.»

- 15 — O **Diário de Notícias** revela a prisão pela Polícia Judiciária dos primeiros elementos do caso das carrinhas incendiadas.
- 20 — Exonerado do cargo de comandante da PSP no Porto o major Mota Freitas, que se encontrava suspenso do exercício daquelas funções por suspeita de ligações com a rede bombista.
- 21 — Joaquim Ferreira Torres, ex-presidente da Câmara de Murça e cunhado de Mota Freitas, que aguarda em liberdade a conclusão do seu processo, regressa ao S

1977

JANEIRO

- 4 — Presos em S. João do Estoril novos elementos da quadrilha conhecida por «Esquadrão Chipenda», ligada ao caso das carrinhas incendiadas
- 5 — Julgados no Tribunal de Cascais cinco dos assaltantes da Standard Electrica
Escreve a propósito **O Jornal**

«A detenção desta quadrilha, levada a cabo no principio do ano findo, na Povoia de Varzim, representou um grande êxito do esforço da Judicaria do Porto. A prisão viria a ser ponto de partida para o desmembramento da rede terrorista-bombista

«Na verdade, foi no decorrer das investigações na sede daquela corporação, que Jose Cruz Ribeiro da Silva, conhecido por Ze Luis viria a revelar aspectos importantes para o trabalho a partir de então produzido. Elemento confesso do Esquadrão Chipenda, da FNLA em Angola, revelaria ter vindo ao nosso pais com o objectivo, entre outros, de recrutar elementos do ELP para o movimento de Holden Roberto. Era ainda portador de uma carabina que segundo tera confessado, tinha por objectivo matar o almirante Rosa Coutinho

«De acordo com uma fonte próxima dos investigadores de então, foi ainda o Zé Luis quem forneceu elementos quanto ao assalto a Caixa Geral de Depositos, em Benfica (Lisboa), tal como o caso relacionado com a detenção de elementos ligados a segurança do PS, Vasco Montês e Joaquim Maria Centeiro, que portadores de armas de guerra, ainda se encontram em Caxias »

- 18 — Vasco Roberto Montês, ex-conselheiro militar, ex-major, da FNLA e ex-membro da segurança do PS, e condenado a 14 meses de prisão (10 já cumpridos a data do julgamento) por posse ilegal de armas de guerra
- 25 — O advogado de Ramiro Moreira renuncia ao mandato após assistir a um interrogatório do arguido
- 26 — O **Diário Popular** revela que o caso do atentado bombista que vitimou o padre Maximino de Sousa e a estudante Maria de Lurdes estaria já totalmente esclarecido, mas que «devido à intervenção de forças políticas» se

- 31 — Grupo de guardas da PSP do Porto reclama: «É tempo de limpar a corporação de ELPs e bombistas.» E acrescenta: «Desde que Mota Freitas foi acusado de crimes graves que na Corporação, principalmente certos graduados, fizeram tudo para impedir o andamento das investigações, para pressionar e obstruir a Justiça. [...] Estes acontecimentos têm sido possíveis porque homens da hierarquia superior [...] as têm estimulado e lhes têm dado cobertura.
- 21 — Autodenominados «Comandos Democráticos do Norte de Portugal» lançam um «ultimato» exigindo a libertação dos terroristas presos; dão um prazo de 72 horas, posto o que desencadearão novos atentados.
- 24 — A imprensa revela o resultado da instrução do processo da rede bombista. Segundo esse documento são atribuídas aos implicados as seguintes acções:

Ramiro Moreira — Lançamento ou colocação de engenhos explosivos contra a sede da LCI, Livraria «Avantel», tipografia Inova, emissores do Rádio Clube Português, estabelecimento Colunata,



Ramiro Moreira, autor de 60 atentados bombistas e de 4 crimes de morte

Cooperativa Coopmag, Cooperativa Árvore, de novo no estabelecimento Colunata, Serviços do SAAL-Norte, contra um navio soviético no porto de Leixões, Sindicato da Construção Civil de Braga, Câmara de Vila Real, Faculdade de Economia, Embaixada de Cuba, Hotel Vitória (Centro de Trabalho do PCP), torre do radar do Aeroporto, Cooperativa António Sérgio, sede do PPD em Vila do Conde, torres de transporte de energia em Vialonga, além de rebentamentos em 21 automóveis e 19 residências, contando-se entre estes últimos atentados o de S. Martinho do Campo, que provocou a morte de Rosinda Teixeira. É ainda acusado da autoria dum atentado com rajadas de metralhadora a um café na Póvoa. Nalguns destes atentados actuou isolado, noutros com a cumplicidade de Manuel Macedo, Décio Sottomayor, José Cruz Ribeiro da Silva, António Regadas, Manuel Teixeira Gomes, José Marques da Costa, António Rangel, Pinto da Silva (não identificado, Zézé (não identificado) e de outros indivíduos não identificados.

Manuel Teixeira Gomes — Para além das acções com o Ramiro Moreira, é acusado do atentado bombista contra o Sindicato dos Metalúrgicos de Braga e contra dois automóveis. Actuou com o Marques da Costa, o Rangel, um tal Álvaro (não identificado) e com o Ramiro.

Gonçalo Gonçalves Martins — Acusado de fornecer 200 quilos de explosivo plástico ao MDLP e directamente ao Ramiro Moreira; de fornecer armas a um grupo de retornados; de planejar diversos atentados juntamente com o Ramiro, Teixeira Gomes, Marques da Costa, Rangel e outros não identificados; de transportar alguns deles para a execução dos atentados; de participar num dos sete rebentamentos verificados em Braga a 29 de Janeiro de 1976.

José Marques da Costa — Acusado de participar em diversos atentados, formando «equipa» com o Ramiro, Teixeira Gomes e outros.

António Júlio Regadas — Acusado de ser elemento do MDLP, como tal participando no planeamento e execução de diversos atentados; de ajudar o Ramiro a transportar para Portugal armamento comprado em Vigo; de transmitir ao Ramiro e outros ordens do Joaquim Ferreira Torres para a execução de atentados, designadamente os da Embaixada de Cuba, Aeroporto de Lisboa e Hotel Vitória.

António Torres Rangel — Acusado de participar na execução de diversos atentados com o Ramiro, Teixeira Gomes, Marques da Costa, Décio e Álvaro (não identificado).

Joaquim Ferreira Torres — Acusado de ser elemento importante do MDLP e de, nessa qualidade, dar ordens para a execução de 90 % dos atentados atribuídos ao bando; de guardar o armamento trazido de Espanha.

Abílio de Oliveira — Acusado de ser elemento importante do MDLP, nessa qualidade planeando e ordenando a execução de

atentados; pago 1 milhão de pesetas para a compra de armas em Espanha; participado em reuniões do bando terrorista, designadamente com o **Alpoim Calvão**.

Mota Freitas — Acusado de ter aliciado o Ramiro Moreira para a execução de acções de intimidação, tendo-lhe fornecido armas, explosivos e uma lista de automóveis a servirem de alvos; de avisar os outros terroristas da execução de operações STOP a fim de evitar que fossem apanhados; de ter projectado, no seu próprio gabinete de comandante distrital da PSP, a acção terrorista contra a Câmara de Vila Real; de ter guardado no Comando Distrital da PSP parte do armamento trazido de Espanha.

João «Veríssimo» — Acusado de ter aliciado para a execução de atentados o Ribeiro da Silva, levando-o a reuniões com outros terroristas a casa de **Pedro Magalhães** (não incriminado); de ter fornecido explosivos para os atentados.

Décio Sottomayor — Acusado de ter participado em quatro atentados terroristas.

António Silva Santos — Acusado de estabelecer ligações entre diversos membros do bando terrorista e de colaborar na preparação de diversos atentados.

José Caimoto Duarte — Acusado de pertencer ao MDLP, tendo organizado este bando fascista na zona de Viana do Castelo, e de fornecer material explosivo; acusado igualmente de participação directa nos atentados de 29-1-76 em Braga.

Pedro Meneses — Acusado de pertencer ao MDLP, tendo organizado o bando na zona de Braga; de ter intervenção directa nos atentados de 29-1-76 em Braga, juntamente com alguns dos criminosos já referidos e com outros não identificados; de ter recebido do Abílio de Oliveira 500 contos para a execução de atentados.

Manuel Macedo — Controlava a actividade bombista do Ramiro Moreira, recebendo ordens do Ferreira Torres e Mota Freitas; acusado de participação directa em diversos atentados.

José Ribeiro da Silva — Acusado de receber do «Veríssimo» material explosivo e de participar em diversas acções terroristas.

As incriminações referem-se a pouco mais de 15 % dos atentados terroristas verificados em Portugal e a cerca de 22 % dos atentados bombistas. O documento faz referência a diversos indivíduos não identificados: dos 16 incriminados, 6 encontram-se em liberdade; são os que planeavam e davam as ordens para as operações terroristas, que as financiavam e que obtinham armas e explosivos. Em 26 de Fevereiro, esgotado o prazo do «ultimato» dos chamados «Comandos Democráticos do Norte de Portugal», os atentados recomeçam, registando-se, em poucas semanas, 15 rebentamentos em Lisboa.

- 1 — O juiz instrutor da PJM concluiu a exposição final do processo referente à rede bombista, da qual serão tiradas as notas de culpa.
- 4 — A imprensa revela que foram passados mandados de captura contra seis dos implicados na rede bombista que se encontram em liberdade: Mota Freitas, Joaquim Torres, João Veríssimo, Abílio de Oliveira, Décio Sottomayor e Manuel Macedo.
- 5 — A imprensa revela que apenas poderá ser executado o mandado de captura relativo a Mota Freitas; os restantes bombistas não são encontrados pela polícia. O próprio Mota Freitas não é preso de imediato, mantendo-se na situação de apresentado no comando da PSP. Sabe-se entretanto que a gravação com as declarações do bombista Ramiro Moreira é retirada do processo, resultando nulas todas as acusações aí contidas.
- 6 — É anunciado que o processo da rede bombista será julgado em Lisboa, no 5.º Tribunal Militar Territorial.
- 13 — O major Mota Freitas é finalmente detido, ficando em regime de prisão preventiva no Regimento de Infantaria de Tomar. A determinação parte do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.
- 14 — O **Diário de Lisboa** publica o depoimento do bombista Ramiro Moreira.

Major Mota Freitas,
ao tempo
comandante da PSP
do Porto,
em entrevista
ao jornal «A Luta»,
sobre o combate
ao terrorismo
em 13-4-1976,
quatro meses
antes de ser preso
sob a acusação
de fazer parte
da rede bombista.

**«Dizer
que a Polícia
já esgotou
todos os meios
ao seu alcance
no combate
aos atentados
bombistas
não corresponde
inteiramente
à verdade.»**

Aproveitando as condescendências, as tolerâncias, as cumplicidades e a fuga às responsabilidades, a vários níveis dos órgãos do poder, grupos fascistas e reaccionários conseguiram montar uma rede terrorista cujo campo de acção se alargou e com a qual se tem secundado, com actos de violência, a agressividade da direita reaccionária contra as liberdades e a democracia, contra as conquistas da Revolução portuguesa e as forças que defendem essas conquistas.

Com a prisão de Jorge Cavaleri, Hermínio Venâncio, Carlos Favas, Mira Godinho, Benjamim de Abreu, entre outros, as autoridades militares tinham, antes do 25 de Novembro, entrado na pista que poderia conduzir a breve prazo ao desmantelamento das redes terroristas. Após o 25 de Novembro, não só aqueles indivíduos foram libertados, como os próprios organismos militares que os tinham detido foram dissolvidos, com o que toda a investigação foi interrompida e prejudicada.

A prisão dos primeiros terroristas acusados de ligações com o ELP não foi a única situação em que as autoridades portuguesas tiveram na mão a ponta da meada. Para além de todas as pistas fornecidas pelas forças democráticas, e que em geral foram desprezadas, registam-se as seguintes acções que, devido certamente a pressões e cumplicidades, não tiveram seguimento, que se saiba:

- Em 23 de Julho de 1975 um grupo armado dispara sobre militares em Castelões, Guimarães; do grupo fazia parte o pároco de Castelões, que, segundo as autoridades, não foi interrogado por não ter sido encontrado em casa;
- Em 12 de Agosto de 1975 são presos em Aveiro, por ordem do Comando da Região Militar Centro, seis indivíduos acusados de implicação na onda terrorista: Carlos Eurico Marques e António A. Tavares, de Estarreja, António Abraão e Álvaro Abraão, de Avanca, Manuel da Rocha Vilarinho e António Maria da Silva Borges, de Aveiro;
- Em 25 de Outubro de 1975, na sequência da descoberta em Colares de uma grande quantidade de explosivos, é preso na Várzea de Sintra, acusado de ligações ao ELP, Jorge Penaguião Celestino Soares Cavaleri;

PATRIOTAS PORTUGUESES

Comissão de Luta para a Libertação dos Patriotas Portugueses Presos (CLLPPP)

Libertação imediata para os Portugueses patriotas vítimas da perseguição comunista :

General Rui Tavares Monteiro

» Damião

Major Sanches Osório

» Mira Godinho

1.º Tenente Benjamim de Abreu

e o Civil Angelo Ramos Nascimento (Beirão muito querido em Viseu)

Povo de Viseu. Povo Beirão. Povo de Portugal. Enquanto o oportunista, megalómano, esquizofrénico e principalmente traidor à Pátria «OTELO o *ESTRANGEIRO DE MOÇAMBIQUE*» foi solto, bem como outros assassinos e gangsters do 25 de Novembro, estes Patriotas continuam presos, sem serem julgados.

Mais uma vez temos que dizer não a tais arbitrariedades.

Os Patriotas acima citados, nunca estiveram a soldo de qualquer totalitarismo, nem foram vendilhões da Pátria.

Homens honestos, como Camões o foi, e que hoje é insultado pelos papagaios da rádio a soldo de Moscovo, pagam na prisão o delito que têm de ser Patriotas.

Respeitemos os mortos, os heróis e as figuras nacionais. Respeitemos PORTUGAL e os verdadeiros Portugueses.

MORTE AOS TRAIADORES. MORTE AOS COBARDES. MORTE AOS VENDILHÕES DA PÁTRIA QUE DESEJAM VENDER O NOSSO PAÍS À RÚSSIA E CUBA.

RECONSTRUAMOS PORTUGAL COM LIBERDADE, HONRA E TRABALHO. OS INTERNACIONALISTAS, PÁRIAS SEM PÁTRIA, QUE VÃO PARA A URSS E SEUS SATÉLITES, JÁ

LIBERDADE IMEDIATA PARA OS 6 PORTUGUESES PATRIOTAS PRESOS SEM CULPA FORMADA.

«LIBERDADE OU MORTE»

5.ª DIVISÃO DOS VIRIATOS (CLLPPP).

VIVA VISEU. VIVAM OS BEIRÕES. VIVAM OS PORTUGUESES.

VIVA PORTUGAL LIVRE E INDEPENDENTE.

As autoridades estiveram por várias vezes na pista que conduziria ao desmantelamento das organizações terroristas. Mas cederam às exigências e pressões da reacção

- de ser o autor dos atentados contra o emissor da Guarda da Emissora Nacional e uma viatura militar em Pinhel. Vêm ambos a ser libertados condicionalmente; o primeiro faz sessões de «esclarecimento» do CDS em Viseu, o segundo fugiu para Espanha, abrindo caminho a tiro na fronteira; vivem hoje, livres e impunes, em Portugal;
- Em 17 de Novembro de 1975, em Soure, foi detido pela GNR um indivíduo de nome José Esteves, ligado à FNLA, ao CODECO e ao CDS, transportando material bélico;
 - Em 31 de Outubro de 1975, são presos em Braga, no convento de Santiago, o primeiro-tenente Benjamin Lopes de Abreu e o major Mira Godinho, que haviam desertado após o 11 de Março; a lentidão com que foi desencadeada a operação permitiu a fuga de outros elementos aí reunidos, suspeitos de ligação ao MDLP, nomeadamente o Alpoim Calvão. Na sequência deste caso são feitas mais prisões em Lisboa;
 - A partir de 30 de Janeiro de 1976, as investigações sobre o assalto à Standard Eléctrica em Cascais vêm a fornecer pistas que irão levar à prisão, sete meses depois, de elementos destacados da rede bombista. As investigações revelam também a existência duma rede de traficantes de armas à qual aparecem ligados Joaquim Maria Centeio, à data responsável da segurança do PS, Vasco Montês, que é retirado à pressa da lista de candidatos a deputados pelo CDS, José Gago, etc. Vasco Montês é julgado em 19-1-77 e condenado a 14 meses de prisão;
 - Em 6 de Fevereiro de 1976, um caixote expedido de Alcântara para a Póvoa de Varzim cai na estação de Trofa e espalha o seu conteúdo: armas e munições. O endereço do destinatário é de dirigentes locais do CDS;
 - Em 5 de Fevereiro de 1976 é detido por populares em Coima e entregue à GNR um indivíduo suspeito que rondava o Centro de Trabalho local do PCP; no carro são-lhe encontradas armas e explosivos;
 - Em 7 de Fevereiro de 1976 são encontradas no sótão da Casa do Povo de Santa Marta de Penaguião 20 armas de guerra e caixotes de munições e granadas; o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal tenta encobrir o assunto para, segundo afirma, «não prejudicar» o CDS;
 - Em 20 de Fevereiro de 1976 são presos pela PSP de Viana do Castelo e entregues à RMN diversos indivíduos, aos quais

são apreendidos engenhos explosivos: Armando Teixeira Ferreira de Barros, Manuel da Costa, António Rodrigues Pinto, Carlos Barros Moreno, Fernando Gonçalves Alheira, José António Rodrigues Araújo e Manuel Filipe de Sá Pereira Novo;

- Em 9 de Maio de 1976 verifica-se no Estoril, em casa dum ex-latifundiário, a explosão de uma bomba que estava a ser preparada; ficam feridos os activistas do CDS João de Almeida Dias Coutinho e João Pedro Galvão Arouca;
- Em 21 de Maio de 1976 é denunciado pelo MDP/CDE, como autor do atentado bombista de S. Martinho do Campo, Ramiro Moreira; este criminoso bombista só viria a ser preso três meses depois por outros motivos. De salientar que no espaço de tempo entre o atentado de S. Martinho do Campo e a data da sua prisão ocorreram os seguintes atentados hoje atribuídos ao criminoso Ramiro Moreira:
 - bomba no carro de um militante do PCP, no Porto, em 26 de Junho;
 - bomba na sede do PPD em Vila do Conde no mesmo dia;
 - bombas nas torres de alta tensão em Vialonga, no dia da tomada de posse do Presidente da República.

Outros atentados de grande envergadura se verificaram neste espaço de tempo. Mesmo que o terrorista Ramiro Moreira não tenha tido intervenção directa, poderiam ter sido desencorajados com a sua prisão acções terroristas como:

- atentado na Associação de Amizade Portugal-Moçambique, 17 feridos (5-6-76);
- bomba no MEIC (7-6-76);
- bombas na Cooperativa António Sérgio na Póvoa de Varzim e na Livraria Popular dos Olivais;
- bomba na Associação Portugal-URSS (27-6-76);
- bomba na Intersindical (30-6-76);
- bomba na Casa de Angola (20-7-76);
- bomba nas instalações da DETA (22-7-76);

os seus apoios políticos e materiais, e de inúmeros outros em que ficaram impunes os autores comprovados de atentados, assaltos, espancamentos, e mesmo crimes de morte, alguns outros se verificaram em que grandes manobras de diversão deram cobertura aos terroristas.

Em Maio de 1975, quando estavam em curso as investigações decorrentes da prisão dos primeiros elementos do ELP referenciados, o MRPP sequestrou durante três dias Jaime Coelho da Silva, suspeito de pertencer à organização terrorista, já referenciado pelas autoridades militares e que só não fora ainda detido porque se esperava que as suas actividades levassem à descoberta de outros elementos da rede. A divulgação pública da sua identidade, feita pelo MRPP, pôs em fuga todos os suspeitos ligados ao Coelho da Silva. Três dias depois, o grupelho neonazi repete a proeza, desta vez em Coimbra, sequestrando um ex-cabo comando que havia denunciado às Forças Armadas actividades contra-revolucionárias de que tivera conhecimento directo.

Em inúmeras situações, os autores dos actos de violência fascista desencadeados contra a democracia portuguesa foram referenciados pelas forças democráticas sem que, a maior parte das vezes, contra eles fossem tomadas medidas que castigassem os seus crimes e desencorajassem a arrogância e a audácia dos fascistas.

Em 23 de Janeiro de 1976, discursando em Alenquer, dizia Álvaro Cunhal:

Alguns pretendem justificar a passividade perante o terrorismo dizendo que não se sabe quem são os terroristas, que estes se escondem com a clandestinidade. Mas isso não é verdade. No Verão passado, quando da grande vaga terrorista, foram assaltados e incendiados cerca de 50 Centros de Trabalho do PCP. Em muitos casos foram reconhecidos assaltantes, foram indicados os nomes às autoridades. Quantos foram presos? Quantos foram condenados? Quantos foram obrigados a pagar indemnizações pelas destruições e prejuízos elevadíssimos que causaram com as pilhagens, destruições e incêndios?

É ou não é verdade que é responsável do arrombamento, do assalto, da destruição, de fogo posto? Aqui estão camaradas de Olhalvo. E eu pergunto, camaradas: O Luís Abelha já foi preso? Já foi enviado aos tribunais? Não é deixando andar à solta salteadores, bombistas e incendiários que se defende a ordem democrática.

Aqui estão talvez também camaradas de Arruda dos Vinhos. E eu aproveito para perguntar, camaradas: As autoridades já investigaram quem deitou fogo à oficina de carpinteiro do camarada José Malaquias? Já foram descobertos os autores? Já foram presos?

As perguntas deste tipo poderiam multiplicar-se:

- Foi preso o ex-presidente da Junta de Freguesia de Montalegre, acusado num comunicado conjunto das organizações locais do PS, PCP, MDP/CDE, MES e PRP de capitanear uma agressão organizada e de ter atingido a tiro militantes do MDP e PCP em 14-4-75?
- Foi preso algum dos indivíduos identificados como autor dos atentados contra a liberdade, das violências, das destruições, dos crimes de morte, ocorridos durante o Verão de 1975?
- Porque foram soltos os autores do atentado bombista contra a cooperativa Niltex, Barcelos, ocorrido em 1-2-76?
- Foi preso o indivíduo que em 3-2-76 capitaneou o assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Mirandela, o Morais do CDS?
- Foram julgados os fascistas que em 5-3-76 assaltaram e saquearam a sede do FAOJ no Porto e que a PSP identificou?
- Foram presos os arruaceiros que em 7-3-76 assaltaram a sede do PS em Alvalade-Sado e hastearam no edifício a bandeira do CDS?
- Foram presos os indivíduos da Flama/PPD/CDS — José Carlos Gomes, Dr. Correia da Silva, Mesquita Spranger, Dr. Alberto João Jardim, etc. — que em 23-3-76 raptaram no Funchal o Prof. Francisco Simões? Foi levantado auto ou processo ao guarda da PSP que participou na violência?
- Foram presos e julgados os organizadores e executantes do espancamento do candidato a deputado pelo PCP João Silva e do guarda Adrião da GNR, na Várzea do Douro, em

- 27-3-76, nomeadamente os que foram identificados — Agostinho Vieira Couto e José da Silva Barbosa e o ex-agente da ex-PIDE Joaquim de Azevedo Soares?
- Foram presos os organizadores das provocações de Olhalvo e do assalto e destruição do Centro de Trabalho do PCP ocorrido em Janeiro de 1976, Luís Abelha, Eng. Francisco Vaz Monteiro Góis, Fernando Filipe, João Francisco Veloso, Dr. Guilherme Carvalho Tordo e Joaquim Francisco Tordo?
 - Foram presos os agressores identificados de 17 operários de S. João da Madeira em 13-4-76, Paulo Presman, António das Águas, Artur Maia?
 - Foram julgados os caceteiros da CAP autores da brutal agressão de que foi vítima, em 15-4-76, o presidente do Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém, designadamente José Estela, Narciso Ramos, Manuel Filipe, Florindo Amaro, Rogério Leitão?
 - Foram presos os assassinos do militante comunista de Ponte da Barca, Manuel Joaquim Vale da Silva, que morreu em consequência das agressões de que foi vítima em 1-5-76 por parte de João Rodrigues Esteves, Manuel Barreto Lopes, António Araújo, José de Oliveira, José Augusto Fernandes Arcade, Eng. José Domingues, Manuel Saraiva Caldeira Barroso e Manuel do Couto Rodrigues?
 - Foi julgado e condenado o incendiário de S. João da Madeira, preso em 28-5-76?
 - Foram julgados e condenados os cúmplices do Eduardo «Corrécio» presos com ele em Braga em 15-7-76 e como ele responsáveis por assaltos e espancamentos, António Marques da Costa, Abel da Costa Oliveira e João Pinto Monteiro?
 - Foram processados os agrários que em 3-7-75 tomaram de assalto o Centro da Reforma Agrária de Elvas e o posto local da GNR, cortando aqui as comunicações telefónicas?
 - Foram identificados, julgados e condenados os indivíduos que em 27-7-75 assaltaram o posto da GNR em Santa Comba Dão e deram fuga a um colaborador da PIDE que se encontrava detido?
 - Nada se provou contra os 12 indivíduos detidos na sequência da prisão de Benjamim de Abreu e Mira Godinho?
 - Foram processados os indivíduos da FLAMA que ocuparam o Emissor Regional da Madeira em 7-10-75? E os que ocuparam o posto emissor regional de Viseu em 13-11-75?

- Foi processado e julgado o agrário Vital Furtado, que em 24 de Novembro comandou o assalto à herdade do Roncão Velho? E os caciques de Rio Maior que na mesma data comandaram o cerco e corte de acessos a Lisboa?
- Já foi julgado e condenado o autor do atentado a tiro contra um dirigente sindical verificado em 19-7-76 em Freamunde? E o agrário Damião Félix, autor dum atentado a tiro contra trabalhadores da Herdade da Lobata em 25-11-76?
- Foi julgado e condenado o agrário Constantino Tavares Rodrigues, que em 19-7-76, em Freamunde, atingiu com dois tiros o dirigente sindical Joaquim Tavares de Melo?
- Foram julgados e condenados os criminosos autores da brutal agressão ao membro da Comissão de Trabalhadores da Papeis do Vouga e candidato a deputado pelo PS, Joaquim Gonçalves Rocha, identificados como sendo os membros da «Comissão de Apoio ao Regresso do Patrão», Barros, Alexandrino e Rabão?
- Foi condenado o incendiário de Santa Marta de Falperra, António Ferreira Pinto, preso em 3-8-76?
- Foi interrogado o motorista que transportava o incendiário de Pinhel ao Café Pepe, junto à fronteira espanhola, local onde eram planeadas e pagas as acções de fogo posto?
- Foram presos e julgados os caceteiros Augusto de Oliveira e Alcino Pereira que, em 5-9-76, comandaram a invasão da Igreja de Arnoso, Famalicão, e a agressão a um grupo de jovens que assistiam à missa?
- Já foi preso o arruaceiro Carlos de Valprados, identificado no assalto à cooperativa Coopgent, ao Centro de Trabalho do PCP de Mirandela e que comandou a brutal agressão a um antifascista em 14-9-76?
- Já foi julgado o contrabandista de explosivos Marcelino Evangelista Teixeira, preso em 15-9-76 em Chaves?
- Já foi julgado Domingos Nunes Ribeiro, preso em 8-10-76 em Paços de Ferreira sob a acusação de prática de fogo posto e atentados bombistas?

É verdade que o Relatório de 1977, p. 107, afirma:

- É verdade que foram travadas as investigações sobre o atentado bombista que vitimou o padre Maximino de Sousa e a estudante Maria de Lurdes? Por quem?
- Nada se provou contra todos os suspeitos de prática de acções terroristas que chegaram a estar presos e foram postos à solta?
- Que critérios, tolerâncias ou cumplicidades permitem que andem à solta criminosos tais como: Ângelo do Nascimento (suspeito de ser o autor do atentado bombista que privou o povo de Lisboa de água durante três dias); Jorge Cavaleri (em casa de quem foram encontrados 80 quilos de explosivos); João Coutinho (suspeito de ser o autor do atentado bombista contra a messe do Estado-Maior da Armada em Cascais); Francisco Oliveira Peres (suspeito de ser o autor do atentado bombista contra a residência do Eng. Lopes Cardoso)?
- Foram investigadas as ligações a organizações terroristas clandestinas e a responsabilidade em atentados contra a ordem e a legalidade democráticas de indivíduos como Francisco Van Dunen, Hermínio Venâncio, Dias de Lima, Costa Campos, Sanches Osório, Maurício Saraiva e tantos outros? Nada se apurou?
- Foram pedidos «atestados de bom comportamento democrático» aos partidos reaccionários a que de uma forma sistemática estão ligados os terroristas?
- Que critérios, tolerâncias ou cumplicidades permitem que andem à solta indivíduos que comprovadamente planejaram, financiaram e ordenaram a execução de atentados bombistas?
- Se a resposta a todas estas perguntas foi NÃO, poder-se-á afirmar que o regime democrático definido na Constituição é uma realidade e uma lei em todo o País?
- Que espera a democracia portuguesa que o terrorismo lhe faça?

A democracia portuguesa continua, com efeito, sob a ameaça das provocações e intrigas, das chantagens, dos incitamentos ao desrespeito da Constituição, dos apelos ao uso da violência, em muitos casos concretizados

publicar-se toda a sorte de jornais fascistas e reaccionários cuja actuação tem manifestamente em vista criar um ambiente de histeria propício ao desenvolvimento de toda a espécie de provocações e violências. A supressão violenta das liberdades e dos direitos constitucionais, as pretensões neocolonialistas, o desencadeamento de acções terroristas, constituem objectivos e meios de acção, publicamente manifestados, de certas organizações, indivíduos e órgãos de propaganda, em flagrante e despudorada ofensa à Constituição da República.

A ousadia das acções da reacção deve-se em grande parte à tolerância que tem permitido a reorganização, a actividade e a propaganda dos fascistas. A escandalosa impunidade em que se movem e com que actuam os mais agressivos inimigos da liberdade — pides, bombistas, propagandistas do fascismo —, a reintegração de fascistas notórios em todos os níveis do aparelho de Estado, a escandalosa actuação de parte considerável do aparelho judicial, a impune proliferação da imprensa mais reaccionária, são factores que têm dado ânimo à reacção e estimulado a sua actividade.

O mesmo efeito tem a política de recuperação capitalista e agrária que o Governo vem seguindo com o apoio da direita reaccionária. A devolução de empresas aos grandes capitalistas sabotadores e de terras aos grandes agrários parasitas, o ambiente de hostilidade para com os trabalhadores e as suas realizações e conquistas estimulam outras exigências da reacção. A crescente agressividade do patronato reaccionário, chegando já hoje a acções de espancamento e outras violências contra os trabalhadores, demonstra que a reacção não se combate fazendo-lhe cedências. A democracia defende-se, defendendo tanto as liberdades como as outras conquistas da Revolução.

A frequência com que se registam acções terroristas faz correr o risco de que a violência fascista venha a ser tida, por sectores menos esclarecidos e combativos, como um hábito e uma realidade inultrapassável da vida e da sociedade portuguesa.

É um dever nacional não quebrar na firme exigência de se pôr cobro à conspiração reaccionária, aos atentados terroristas, às violências que procuram limitar o exercício das liberdades, ao clima de intranquilidade com que a reacção procura desacreditar a democracia às campanhas de provocação e intriga desencadeadas nela

firmeza no combate ao terrorismo; a proibição de actividades e da propaganda fascistas nos termos da Constituição; o completo desmantelamento das organizações terroristas e o desmascaramento dos seus apoios políticos e materiais; o julgamento e castigo severo dos terroristas. Apesar dos perigos e ameaças, os trabalhadores e as forças democráticas, não se deixando intimidar pela acção e propaganda reaccionária e prossequindo o exercício das liberdades como forma central da sua defesa, reforçando a sua unidade, vigilância e luta contra as actividades dos inimigos da liberdade, defenderão a democracia portuguesa.



Estimado Leitor,

AS EDIÇÕES «AVANTE!» estão muito interessadas em conhecer a opinião dos seus leitores sobre as suas edições. Assim, agradecem que responda a este questionário referente à obra «Dossier» Terrorismo, e que remeta a resposta para:

EDIÇÕES «AVANTE!» — Opinião do Leitor
Av. Santos Dumont, 57-3.º
LISBOA - 1

QUESTIONARIO

1. Qual a sua opinião sobre esta edição?
2. Sobre a apresentação?
3. Em que local adquiriu esta obra?
4. Que livros gostaria que as EDIÇÕES «AVANTE!» editassem?
5. Está interessado em receber regularmente informações sobre a actividade editorial das EDIÇÕES «AVANTE!»?

Na resposta queira indicar nome, endereço e profissão.

EDIÇÕES «AVANTE!»

SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!»

Indo ao encontro do solicitado por inúmeros leitores criámos o serviço de novidades por colecções, o SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!»

Este serviço oferece aos assinantes a comodidade de receberem os nossos livros em suas casas ou nos locais que nos indicarem, antes de serem postos à venda.

Garante-lhes ainda que nenhum livro das Edições «Avante!» em que estão interessados faltará nas suas bibliotecas.

O 13.º livro recebido nesta modalidade, em cada colecção, é oferecido pelas Edições «Avante!».

PARA SER ASSINANTE

Para ser assinante contacte com o seu livreiro habitual ou remeta à CDL — Central Distribuidora Livreira, Av. Santos Dumont, 57-4.º, Lisboa-1, um postal com a indicação do nome, morada e quais as colecções de que deseja ser assinante, acompanhado da quantia de 100\$00 (caução mínima), que funcionará como pagamento adiantado dos livros que lhe serão enviados antes da sua divulgação junto do grande público.

NOTA: Para a assinatura permanecer válida reponha imediatamente o valor dos livros que for recebendo ou então, para comodidade sua, aumente o valor da caução mínima inicial. Os nossos serviços avisá-lo-ão quando chegar a altura de a repor.

Os livros são remetidos pelo correio, sem aumento de preço, para todo o país. Para o estrangeiro serão debitados acrescidos dos respectivos portes.

"DOSSIER" TERRORISMO



Pelos períodos
que marcam os seus surtos,
o terrorismo revela
que o seu verdadeiro
objectivo

é a contestação violenta
das instituições
e do regime democrático.

Enquadradas
no plano geral
de subversão fascista,
as vagas terroristas têm,
em cada momento,
o objectivo
muito concreto
de fazer pressão
para obter resultados
políticos imediatos.

*O terrorismo
é a continuação,
por outros meios,
da acção
dos partidos reaccionários
contra as conquistas
da Revolução
portuguesa
e as forças
que defendem
essas conquistas.*